

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 28 de Março de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1165 • Director: Carlos Brito

## Comício em Aveiro

Carlos Carvalhas participou em Aveiro num comício comemorativo do aniversário do PCP, realizado na passada sexta-feira. Pág. 7



## Comemorações em Coimbra



Reportagem nas Centrais

### EM FOCO

## Prevenção da toxicodependência

A exigência da intervenção da sociedade

■ Francisco Lopes

Pág. 18



## Namoro na Praça Pública

PS e PSD na Revisão Constitucional

■ Artigo de João Amaral Pág. 19

## MUD Juvenil

Centenas de antigos aderentes do MUD Juvenil reuniram-se em confraternização, 50 anos passados sobre a criação do movimento. Pág. 21



## JORNADA DE ESCLARECIMENTO

Uma jornada nacional de informação e esclarecimento anima as organizações do PCP. Pág. 9

## Declaração de Carlos Carvalhas sobre a revisão do Tratado de Maastricht

# Não contem connosco

Págs. 5 e 32

«Ninguém poderá contar com o silêncio do PCP para aprovar medidas que se traduzem no alargamento do fosso entre os países mais desenvolvidos e os de economia mais débil, em mais desemprego e liquidação dos aparelhos produtivos nacionais e em novos avanços na direcção da Europa federal e do domínio das grandes potências, nas costas dos povos e da opinião pública dos países europeus», afirmou o secretário-geral do PCP, em declaração à imprensa a propósito da Conferência Intergovernamental para a revisão do Tratado de Maastricht. A ocasião serviu ainda para anunciar a apresentação, na Assembleia da República, de um projecto de resolução solicitando o estudo da intervenção da União Europeia em áreas constantes do Tratado, confrontando os resultados práticos registados em Portugal, tanto a nível económico como social, com os objectivos que foram declarados.

Carlos Carvalhas anunciou uma iniciativa internacional contra o desemprego, a realizar em Paris, em 11 de Maio.

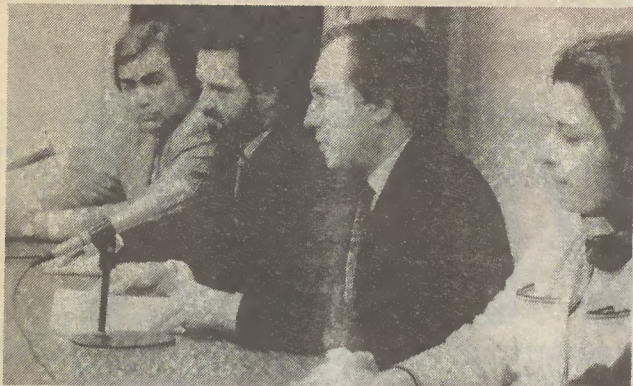


# Flexibilidade recusada

As trabalhadoras da Helly-Hansen Confeccões recusaram com firmeza e a uma só voz a flexibilização dos horários de trabalho proposta pela direcção da empresa. A CGTP e todo o movimento sindical unitário empenham-se em prosseguir a luta para impedir que a flexibilidade e a polivalência ganhem força de lei. Para 11 de Abril está convocada nova jornada a nível nacional.

Pág. 23





Carlos Carvalho divulga uma declaração sobre a revisão do Tratado de Maastricht

## RESUMO

### 20 Quarta-feira

O Governo apresenta um programa, no valor de 40 milhões de contos, que pretende criar emprego para 80 mil pessoas ■ Os reclusos do Estabelecimento Prisional da Guarda interrompem a greve ao trabalho ■ Inicia-se o II Encontro Intratimorenses, em Burg Schlaining, na Áustria ■ Portugal propõe à Alemanha uma fórmula tripartida de cooperação com África e a realização de uma cimeira euro-africana ■ Israel volta a demolir casas de presumíveis autores de atentados bombistas ■ Boris Ieltsin ameaça anular as eleições presidenciais ■ Mathieu Kerekou é reeleito à segunda volta, nas eleições presidenciais no Benin.

### 21 Quinta-feira

Carlos Carvalho desloca-se à Feira do Alentejo, em Beja ■ Os votos do PS e do PP aprovam na AR novas regras de fiscalização dos Serviços de Informações ■ Inicia-se em Ponta Delgada o 10º Congresso da Associação Nacional de Municípios ■ O Procurador-Geral da República reconhece que os presos têm direito a protestar, mas afirma que a amnistia não é instrumento para resolver o problema da sobrelotação das prisões ■ Demite-se em bloco a direcção de informação da RTP ■ O secretário de Estado dos EUA, Warren Christopher, visita oficialmente Moscovo, no dia em que dali parte o secretário-geral da Nato.

### 22 Sexta-feira

Álvaro Cunhal participa num comício em Coruche, no âmbito das comemorações dos 75 anos do PCP ■ Trabalhadores da Manuel Pereira Roldão voltam à rua, exigindo do Governo um compromisso para a viabilização da empresa ■ Demite-se o ministro da Economia, Daniel Bessa, que é substituído no cargo por Augusto Mateus, até agora secretário de Estado da Indústria ■ Daniel Branco, presidente da Junta Metropolitana de Lisboa e da CM de Vila Franca de Xira, denuncia no Congresso dos Municípios o facto de sucessivos governos não cumprirem a lei das finanças locais ■ Um massacre na província sul-africana do Kwazulu provoca 11 mortes.

### 23 Sábado

Carlos Carvalho participa num comício em Aveiro ■

«Os Verdes» reabrem a sua sede na baixa do Porto ■ Apoiantes e fundadores do MUD Juvenil comemoram em Lisboa os 50 anos da criação do movimento ■ Realizam-se eleições presidenciais em Taiwan e no Sudão ■ O «grupo de contacto» analisa em Moscovo o processo de paz na Bósnia ■ O presidente da Bielorrússia anuncia para breve uma união com a Rússia.

### 24 Domingo

Continuam protestos de reclusos contra a recentemente aprovada lei da amnistia ■ A Síria recusa as condições exigidas por Israel para o reinício de negociações de paz ■ O primeiro-ministro turco propõe à Grécia negociações para resolver os diferendos dos dois países no mar Egeu.

### 25 Segunda-feira

Inicia-se em Bragança o «Governo com diálogo» ■ Termina em Lisboa a conferência internacional «Drogas: dependência e interdependência» ■ A RP da China dá por concluídos os seus exercícios militares no Estreito da Formosa ■ A União Europeia decide proibir a exportação de vacas inglesas ■ Em Los Angeles são atribuídos, pela 68ª vez, os oscars da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas.

### 26 Terça-feira

O PCP anuncia que vai propor à AR um estudo para mostrar as contradições entre os objectivos declarados e os resultados práticos da intervenção da União Europeia em áreas que constam do Tratado de Maastricht ■ Demite-se o conselho de administração da RTP, presidido por Manuel Morgado ■ O Ministério da Saúde decide suspender a entrega do Hospital Conde Ferreira à Misericórdia do Porto ■ Em reunião com o sindicato da Indústria Vidreira, o ministro da Economia garante que o Estado não irá pedir a declaração de falência da Manuel Pereira Roldão ■ As Cortes espanholas iniciam a nova legislatura, após as eleições de dia 3, sem que o PP tenha conseguido ainda formar governo ■ PSP e PJ, acompanhadas por vários jornalistas, efectuam, no Bairro da Musgueira, em Lisboa, uma operação conjunta de combate ao narcotráfico.

## EDITORIAL

# Radicalismos

**A**o discursar em Aveiro, num comício comemorativo do 75º Aniversário do PCP, Carlos Carvalhas afirmou com toda a clareza que «não é por o Governo ter o nome de socialista que o PCP deixará de o criticar em tudo que considerar negativo para o povo e o país como não deixará de apoiar, tal como já o fez, em relação à tomada de medidas positivas».

Era a resposta à acusação de Guterres, na entrevista ao «Diário de Notícias», de que os comunistas estão a adoptar um «radicalismo que nunca existiu quando havia governos de direita».

É claro que o Primeiro-Ministro faz o número de se armar em vítima, tenta dar a ideia de que não tem nada a ver com a política dos governos de direita e ao mesmo tempo procura apoucar a luta e a contribuição decisiva dada pelo PCP para a derrota de Cavaco Silva e do Governo do PSD.

Por isso mesmo, o Secretário-Geral do PCP afirmou também: «O Governo e o Primeiro-Ministro podem dizer o que quiserem, o que não conseguem esconder é o prosseguimento, nas questões essenciais, da política que foi derrotada nas urnas em 1 de Outubro e que trará mais falências, mais desemprego e mais dificuldades para muitas e muitas famílias.»

Na verdade, a política de integração e as políticas económica, financeira, fiscal e laboral do Governo PS ou em nada se distinguem das que eram seguidas pelos governos da direita ou comportam perigosas inovações, como no domínio da chamada concertação social e das privatizações, que objectivamente têm que ser consideradas radicais.

Já que Guterres empregou a expressão «radicalismo», o que é apropriado dizer-lhe é que ela deve ser aplicada às orientações do seu próprio Governo no desenvolvimento da política de direita e não à oposição que essas orientações estão a provocar.

**O**nde efectivamente se verifica um manifesto radicalismo é, entre outras acções do Governo, no chamado acordo de concertação social a curto prazo e na tentativa actualmente em curso para lhe dar força de lei.

O que «nunca existiu» mesmo «quando havia governos de direita», parafraseando as palavras de Guterres, foi um tão flagrante regozijo da parte do grande patronato e das suas confederações como aquele que demonstraram publicamente pela obtenção neste acordo da «flexibilidade» e da «polivalência».

Vale a pena relembrar expressões vindas a público de dirigentes dessas confederações, como: «era uma nossa exigência de há muito» ou o «Governo aceitou as nossas condições».

Quer-se mais acabada manifestação de radicalismo do que este chamado acordo que desequilibra as relações laborais de forma tão leoninamente favorável ao grande capital?!

Desde a primeira hora que o PCP, ao lado dos trabalhadores e da CGTP- Intersindical, denunciou as características mais atentatórias dos interesses do mundo do trabalho constantes do chamado acordo de concertação social a curto prazo.

Pela parte do «Avante!», orgulhamo-nos de, em sucessivas edições e em variadas peças, termos esclarecido e fustigado os meandros mais tenebrosos do texto do

chamado acordo e mais recentemente da proposta de lei em que foi vazado.

O Governo conhecia a natureza das oposições ao acordo quando optou subscrevê-lo, colocando-se do lado do grande capital e da UGT, sua cúmplice. Conhece-as ainda melhor agora quando tenta dar-lhe dignidade e força geral através da aprovação de uma lei na Assembleia da República.

Como pode então o Primeiro-Ministro surpreender-se que todos que se opõem a este celerado acordo intensifiquem a luta por todas as formas possíveis para impedir que tal aconteça? Foi ele que rompeu o diálogo de que tão abundantemente se reclama.

Os comunistas congratulam-se, pela sua parte, com a tomada de consciência que se amplia entre os trabalhadores sobre a imperiosidade desta batalha e dão todo o seu apoio ao trabalho de esclarecimento e mobilização para a jornada de 11 de Abril.

Até lá, e enquanto decorre a consulta pública sobre a proposta de lei, é também da máxima importância a intervenção junto da Assembleia da República de todas as organizações representativas, de grupos de trabalhadores e até de trabalhadores e outros cidadãos considerados individualmente manifestando o repúdio pela consagração na lei da «flexibilidade» e da «polivalência».

*Já que Guterres empregou a expressão «radicalismo», o que é apropriado dizer-lhe é que ela deve ser aplicada às orientações do seu próprio Governo no desenvolvimento da política de direita e não à oposição que essas orientações estão a provocar.*

**O** outro declarado exemplo de radicalismo, no desenvolvimento da política de direita, é o vasto e rápido programa de privatizações apresentado pelo Governo conjuntamente com o Orçamento de Estado.

O ex-ministro das Finanças, Catroga, do último governo de Cavaco Silva, gabou-se de que era o seu programa. Alguns potentados da finança disseram que era ainda mais do que o programa de Catroga. De qualquer forma, todo o mundo do dinheiro se ergueu em grandes aplausos ao Governo do PS.

Aplausos mais que compreensíveis, vindos de onde vêm, pois o programa de privatizações do PS a ser concretizado significará o prático desaparecimento das empresas pública no nosso país e a sua transferência para as mãos desses senhores do dinheiro e de seus congéneres estrangeiros num negócio verdadeiramente ruinoso para o interesse nacional.

É pelas declarações e contas do Governo que se sabe que ele quer vender por 380 milhões de contos um conjunto de empresas e que espera receber este ano 305 milhões de contos de impostos.

O Primeiro-Ministro gaba-se, nesta mesma entrevista ao Diário de Notícias, de que o seu governo combina «o rigor e a consciência social».

Parece muito claro que nesta operação não há resquícios de consciência social, muito pelo contrário. Um tal programa de privatizações, a avançar, representará um agravamento ainda maior do desemprego e outras perversas consequências sociais.

E o «rigor», onde está ele neste programa, com estas contas?

O testemunho mais expressivo e mais inquietante do radicalismo do Governo PS no desenvolvimento de políticas de direita está na sua aliança de facto com o CDS/PP (que há tempos atrás o próprio PS apelidava de perigosamente radical) para a viabilização dessas políticas.

É por isso que é tão importante deixar claro que não é a esquerda que está no Governo, mas o PS, e ao mesmo tempo afirmar o PCP como a oposição de esquerda.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390.  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriciada: 47058.  
NIF — 500 050 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rosa — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B.L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## A ilusão do «marketing»

Uma das grandes frases do Primeiro-Ministro, António Guterres, na entrevista ao «Diário de Notícias», da passada sexta-feira, foi a de que «não tenho qualquer intenção de proceder a substituições no Governo».

Ora, ainda estas palavras não tinham secado nas páginas do velho matutino lisboeta e já Guterres se via forçado a proceder, na mesma sexta-feira, a mais substituições no seu Governo, desta vez na pasta da Economia.

Curiosamente, o que surpreendeu os observadores não foi a demissão de Daniel Bessa, há muito esperada, mas aquela frase de Guterres dita numa altura em que não podia ignorar a alta probabilidade de ter de proceder de modo oposto ao que afirmava, reforçando a imagem do «falar por falar», que lhe é atribuída.

Dir-se-ia que Guterres é vítima do seu próprio «marketing».

O «marketing» tornou-se, na verdade, uma componente fundamental da actuação do Governo da «nova maioria» e em especial do procedimento do seu líder.

Percebe-se que as saídas, as aparições, as visitas, as declarações, os comentários, as inter-

venções do Primeiro-Ministro, que diariamente caem nas redacções dos meios de informação, obedecem, não a reais necessidades do país ou da governação, mas às exigências de uma permanente campanha promocional.

Isso verifica-se também com a forma como são conduzidas as principais iniciativas do Governo - os planos, os programas, as medidas de urgência - de consistência mais que duvidosa e de nenhuma novidade, além dos nomes sonantes.

Toda esta toada propagandística em que é vazada a acção do Governo compreende-se melhor quando se sabe que Guterres criou, no novo executivo, uma assessoria de «marketing».

E foi o assessor, um publicitário brasileiro de nome Edson Athayde, já ligado à campanha eleitoral do PS, que afirmou em declarações ao «Diário Económico», feitas em Dezembro, e que na altura passaram despercebidas: «Quero levar para a política a lógica do marketing comercial».

Ora a lógica aí está.

Só que é uma grande ilusão esperar que o «marketing», por si só, resolva alguma coisa,

mesmo em termos de conter o descontentamento popular.

O que parece acontecer é que o enganador é enganado por seu próprio engano.

O falhanço da economia, o afundamento do aparelho produtivo, as crescentes tensões sociais, as contradições e brigas no interior do executivo e do PS começam, porém, a falar mais alto do que o efeito das bonitas palavras e das promessas de «milhões até ao fim do século», como as que acabam de ser lançadas em Bragança.

Não há «marketing» que disfarce as cedências ao grande patronato e os novos sacrifícios impostos aos trabalhadores.

Não há «marketing» que salve a política de direita, continuada nas áreas essenciais, nem que consiga calar a exigência de uma nova política.

Talvez Guterres se esteja a aperceber deste inevitável resultado quando ensaia, como faz na referida entrevista ao «D.N.», transformar-se em «oposição da oposição», também isso, que tão justamente criticou em Cavaco Silva.

■ Carlos Brito

## Acto de contrição

Desde sexta-feira passada que contamos, um a um, os dias que faltam para o «Avante!» sair e podermos então cumprir um tardio mas indeclinável imperativo de consciência.

Com efeito, foi nesse dia que lemos a entrevista ao «DN» do Eng. António Guterres em que este, elogiando o CDS/PP, acusou o PCP e os comunistas de um «radicalismo» face ao seu Governo «que nunca existiu quando havia governos de direita em Portugal» e de «persistirem em considerarem o PS como inimigo principal».

Perante este velhíssimo truque da inversão de responsabilidades e perante esta conhecida técnica de desqualificar previamente o adversário para fugir ao debate concreto das suas críticas, perdão - lá vamos embalados no «radicalismo!» -, perante esta serena crítica e sólida argumentação do Eng. Guterres, metemos a mão na consciência e não gostámos do que encontramos.

Atal ponto que, tencionando abordar a suspeita frequência com que o Primeiro-Ministro e outros governantes andam agora a criticar «um certo fundamentalismo em matéria de livre comércio que tende hoje a imperar no mundo e que tem largo eco em muitos sectores das instituições europeias» e tencionando evocar a este propósito o apoio sempre dado pelo PS a instrumentos essenciais desse fundamentalismo, prontamente decidimos entrar em ruptura com o «radicalismo» e empreender um novo caminho que, se houver justiça na terra, nos há-de conduzir ao sétimo céu do «diálogo» com o Governo.

A verdade é que uma equipa de investigadores da Universidade de Heidelberg há muito descobriu - e foi por «radicalismo» que o escondemos - que o PS, de facto, apoiou e votou o Acto Único, a liberali-

zação de capitais, Maastricht e o GATT mas foi porque pensava que o Acto Único era uma peça de teatro, que a liberalização de capitais era o direito de cada Estado poder ter mais de uma capital, que Maastricht era a criação de uma marca holandesa de pastilha elástica e que o GATT era a sigla de uma directiva internacional sobre a criação de galinhas poedeiras.

A verdade é que uma equipa de investigadores da Universidade de Santiago de Compostela provou não haver qualquer contradição entre o facto de o Eng. Guterres criticar a União Europeia por ter um filho - a moeda única - e um enteado - o emprego - e o facto de, na cimeira de Madrid, ter endeusado o filho com aquela frase «Euro, tu és o euro e sobre este euro edificaremos a União Europeia». Com efeito, demonstrou-se que foi o «radicalismo» do PCP que distorceu as palavras do Primeiro-Ministro, pois está apurado que, endeusando o enteado, o que ele disse foi «Emprego, tu és o emprego e sobre este emprego edificaremos a União Europeia».

A verdade é que uma equipa da Universidade de Langley (Virgínia, EUA), assessorada pelo «expert» independente Rui Mateus, descobriu que o destacado socialista Jacques Delors, que o «radicalismo» comunista, durante uma década, apresentou como Presidente da poderosa Comissão Europeia, nunca foi outra coisa senão um eficiente porteiro da sede da Comissão em Bruxelas.

Por fim, declarando, por sua honra, o seu activo repúdio do radicalismo e de todas as ideias antidialogantes, este novo boy fica a aguardar o merecido job.

■ Vítor Dias

## Chispalhada

São célebres e dignos de antologia os editoriais de José António Saraiva (JAS) publicados em todos os expressos sob o título geral de «Política à Portuguesa». O próprio título é, como se vê, um achado: original, insinuante, provocando-nos não sei que imediatas salvaçãoes, despertando-nos sei lá que gastronómicas memórias... enfim, «Política à Portuguesa» podia chamar-se, com igual propriedade, «Papas de Sarrabulho», ou «Bacalhau com Todos», ou, até, «Jaquinzinhos Fritos com Arroz de Tomate».

A «Chispalhada» servida por JAS no sábado passado abordava «um dos dossiers mais delicados que Jorge Sampaio tem para gerir», a saber, «o das relações com o Governo». Com a lucidez, a argúcia, o rigor e a profundidade

que sempre temperam as suas saborosas análises, chefe JAS, depois de, longa e pormenorizadamente, avisar e aconselhar o Presidente da República - denunciando as armadilhas que povoam as suas relações com o Governo e indicando-lhe as formas eficazes de evitar as ditas armadilhas - põe, enfim, o dedo na ferida ou, dizendo com mais rigor, os dedos na ferida, apontando, com o indicador que lhe resta, o grande, o maior, o verdadeiro perigo. Cujó é, como não podia deixar de ser, o PCP.

Exactamente: o PCP. Porquê o PCP? JAS explica. Luminantemente: diz ele que a razão de ser do PCP, o objecto da sua existência, o alvo perseguido em 75 anos de vida, é «explorar até aos limites as clivagens entre o Presidente da

República e o Governo». Garante JAS que já assim era no tempo do fascismo, perdão: «no tempo de Estado Novo», tempo que o PCP passou a «provocar atritos entre Belém e S. Bento - apelando regularmente ao chefe do Estado para que enfrentasse o presidente do Conselho ou mesmo o demitisse». E tão grande e tão perigoso era o poder de atracção do PCP que, vejamos bem!, mesmo nessa altura chegou a aliciar um presidente da República e a pô-lo «a conspirar contra Salazar».

E tão grande e tão perigoso continuou a ser esse poder que, após o 25 de Abril, não houve presidente que escapasse ao magnetismo do PCP, pelo que todos, mas todos, conspiraram (cada um à sua maneira, é claro) contra todos, mas todos, os primeiros-

ministros. Ora, se sempre assim foi também assim há-de ser agora - conclui, fulminante, JAS, deitando mais umas pedras de sal no tacho. E a provar o que ele diz, aí está, diz ele, a primeira página do «Avante!» gritando: «A Esquerda não está no Governo». Grito que JAS saboreia pantagruelicamente. Grito que JAS interpreta - utilizando um curiosíssimo processo de inteligência circular - como a forma desta vez escolhida pelo PCP para virar não sei se o Presidente da República contra o Primeiro-Ministro se vice-versa.

Aqui JAS lhe deixo um conselho: olhe o colesterol, homem, tenha cuidado com a chispalhada. E, já agora, beba mais um copo.

■ José Casanova

## Os negócios e a CHINA

Nas últimas semanas, temos sido bombardeados pela comunicação social yankee-dependente com a visão de uma China agressiva e imperial que pretenderia abocanhar a pequena e inofensiva ilha de Taiwan. Falam-nos muito em democracia e direitos do Homem. Pouco importa que a separação de Taiwan da China seja obra de chineses idos do Continente (e não de chineses da Formosa), que durante anos o regime de Taiwan visse a sua pretensão de representar a China inteira reconhecida pelas «democráticas» potências ocidentais (a ponto de ocupar o lugar da China na ONU durante mais de 20 anos), que a Formosa tenha sido durante décadas uma ditadura de partido único sem que tal facto preocupasse as boas consciências ocidentais.

Mas a conversa sobre «democracia» e «direitos do homem» na boca dos Estados Unidos e seus servidores só serve para justificar tudo aquilo que seja do interesse dos grandes grupos económico-financeiros desse país e do governo que os representa. Assim se «justifica» o lançamento de bombas nucleares sobre populações civis (Hiroshima e Nagasaki) e as experiências com radioactividade do Estado norte-americano sobre mulheres grávidas (confessadas há alguns meses por um membro do governo americano e rapidamente remetidas ao esquecimento). Assim se «justifica» a utilização de todo o tipo de armas (salvo as nucleares) sobre populações civis (Vietname), e o apoio a todas as ditaduras desde que defensoras dos seus investimentos. Assim se «justifica» a invasão de países soberanos e inúmeras outras violações menores e maiores da democracia e dos direitos humanos, nos EUA e no mundo.

Também nesta questão da Formosa, a última das preocupações do imperialismo é a questão da democracia e dos direitos humanos. E são eles próprios a dizê-lo, longe dos holofotes dos *prime-times* televisivos. A conceituada revista norte-americana de negócios *Business Week*, no seu número com data 4.3.96, saído antes do actual agravamento das relações dos Estados Unidos com a China, diz-nos: «começa a desenhar-se uma reavaliação da China nos corredores do poder Ocidental. (...) alguns observadores da China perguntam-se se não estará a surgir um colosso económico que poderá vir a desafiar os interesses ocidentais (...) crescem as preocupações quanto ao poderio económico da China (...) que parece cada vez mais empenhada num braço-de-ferro com empresas norte-americanas e europeias para as obrigar a transferir postos de trabalho e tecnologia em troca do acesso aos seus mercados. A China está já a desenvolver produtos electrónicos desde Tvs a cores a semicondutores, e está decidida a desenvolver as suas empresas globais em campos como as indústrias aeroespacial e automóvel. (...) Poucos esperam um crescimento inferior a 9% anuais durante a próxima década. (...) A já grande economia chinesa irá duplicar nos próximos 8 anos, tornando-a a sexta maior do mundo. (...) A China está a alargar a sua revolução industrial numa escala que apenas agora começa a ser compreendida pelo resto do mundo. Até agora, o crescimento resultou sobretudo de empresas que tiravam partido das enormes reservas de mão-de-obra barata do país (...) porém, cada vez mais estas empresas avançam para produtos mais avançados. Daqui a quatro anos, a China espera exportar 100 mil milhões de dólares de produtos electrónicos e maquinaria. Poderá dentro em breve tomar-se um dos maiores exportadores mundiais de televisões a cores, peças para automóveis e telemóveis, e também lançará no mercado motores, geradores de electricidade e *scanners* de tomografia computadorizada. Negociando com mestria o acesso aos seus mercados, Pequim está a levar as multinacionais a subsidiar grandes institutos de investigação e desenvolvimento, a modernizar os programas universitários e a prometer utilizar a China como base para exportações. (...) O Governo Clinton tem tido dificuldade em lidar com esta questão. Decidiu passar a considerar a imposição obrigatória de transferências de tecnologia e de quotas de exportação como práticas injustas. (...) 'Estamos a criar um concorrente de enormes proporções', afirma um alto funcionário norte-americano, 'mas não temos as ferramentas para lidar com essa ameaça'».

Assim, ficamos a perceber a verdadeira natureza da «ameaça chinesa» que, pelos vistos, vai tomar o lugar da «ameaça russa». São os direitos dos homens, pois claro.

■ Jorge Cadima

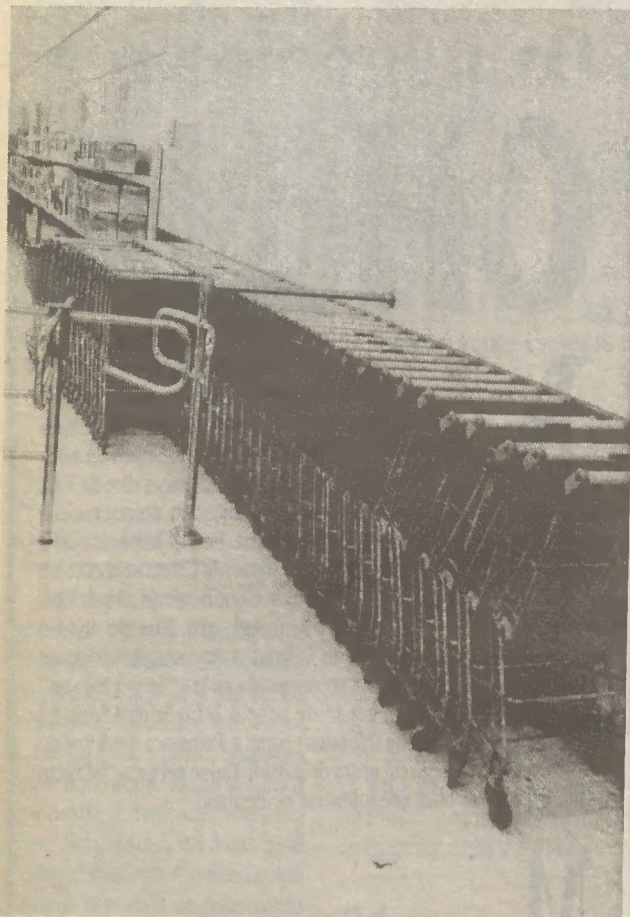


## SEMANA

## A proscricção das «vacas loucas»

A União Europeia decide suspender as exportações britânicas de carne de vaca e de outros produtos derivados, proibição que inclui tudo: animais vivos, embriões, esperma, carne de animais abatidos no Reino Unido, produtos derivados de bovinos adultos ou vitelos e matéria-prima destinada a fins médicos, farmacêuticos ou cosméticos. A medida, tomada em Bruxelas, pre-

nhou nesta posição comunitária mas, entretanto, não se sabe onde param e em que condições se encontram os 11.426 bovinos importados do Reino Unido para o nosso país entre 1985, ano em que foi declarada oficialmente a doença na Grã-Bretanha, e 1990, ano em que o Governo de Cavaco Silva proibiu a entrada de gado com aquela origem.



## Bessa demite-se

Daniel Bessa, ministro da Economia, demite-se no final da reunião de Conselho de Ministros que decidiu a redução do horário dominical dos hipermercados. Aparentemente, esta decisão do Governo teria sido a causadora da demissão do ministro Daniel Bessa, um independente que se vinha batendo por uma solução mais favorável às grandes superfícies nesta

questão dos horários de abertura aos domingos. Todavia, eram conhecidos os atritos entre o ministro e os seus secretários de Estado, nomeadamente Manuel dos Santos, secretário de Estado do Comércio, atritos que nas últimas semanas chegaram à discordância pública e explícita sobre matérias da tutela.

O Primeiro-Ministro, António Guterres, convi-

do de imediato por telefone o secretário de Estado da Indústria, Augusto Mateus, para substituir Daniel Bessa, que aceitou.

Portugal ali-



## Demissões na RTP

Joaquim Furtado, director de Informação e Programas da RTP, e toda a equipa por si constituída, apresentam a sua demissão na sequência de discordâncias com uma ordem de serviço

assinada pela presidente da Administração, Manuela Morgado, que, segundo os demissionários, lhes retira todos os poderes editoriais. Seguindo uma filosofia de rigor orçamental, a

ordem de serviço que despoletou as demissões determinava que nenhum programa da área de informação ou de qualquer outro sector pudessem avançar sem a concordância dos chama-

dos «gestores de canal», que se pauperiam por exigências como o volume de publicidade ou público-alvo a atingir. Ao ser sujeito a tais regras, Joaquim Furtado e toda a sua equipa consideraram que estavam a ser tratados como

«simples «bibelots» de uma política meramente economicista».

A administração pediu aos demissionários que se mantivessem em funções até se resolver a questão, ao que estes acederam.

## Os ultimatos de Marcelo

Em vésperas de congresso laranja, Marcelo Rebelo de Sousa desunha-se a criar «factos políticos» e faz constar esta semana que prepara um ultimato ao congresso do PSD que se realizará em Santa Maria da Feira: se a sua moção tiver uma votação igual ou aproximada à de Santana Lopes, «poderá não apresentar lista» para a Comissão Política.

Nesta questão da liderança do PSD, a trajectória de Marcelo Rebelo de Sousa tem sido demasiado denunciada: primeiro garante que não se candidatará nem que Deus desça à Terra, a seguir candidata-se apesar de Deus, ao que se sabe, não o haver privilegiado com uma visita e, finalmente, ameaça que desiste se não lhe derem a maioria absoluta.

Perante isto, Marcelo nem com a ajuda de Deus, sob ultimato, obterá uma nota positiva no seu «Exame»...



## A condenação do ministro

Segundo informaram fontes judiciais, o ex-ministro italiano Giacomo Mancini foi condenado a três anos e meio de prisão pelo tribunal de Palmi, acusado de cumplicidade com a Mafia da Calábria. É a primeira vez que um tribunal italiano condena um ex-ministro por cumplicidade com a Mafia, no quadro da «Operação Mãos Limpas» que abalou toda a elite diri-

gente italiana que tem estado no poder há mais de 40 anos. Entretanto continua em desenvolvimento o novo escândalo que atinge o ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi, suspeito agora de corromper juizes. Recorde-se que Berlusconi ascendeu ao poder no rescaldo da «Operação Mãos Limpas», assumindo-se como o novo paladino de Itália.

## FRASES

«Metade dos que vão estar no Congresso transmitiram-me o seu apoio.»

(Santana Lopes - «Expresso», 23.03.96)

«Estou em condições de afirmar que serei candidato à liderança.»

(Marcelo Rebelo de Sousa - «Expresso», 23.03.96)

«Não farei golpes de teatro.»

(José Freire Antunes - «Semanário», 23.03.96)

«Mesmo dizendo o contrário, ninguém acredita que o próximo líder do PSD vai ser escolhido em função de uma moção de estratégia.»

(José Carlos Vasconcelos - «Visão», 21.03.96)

«O PS não deve ter ilusões, pois quando os problemas das falências, dos salários em atraso e do desemprego se agudizarem e a sua política se desacreditar, a direita que agora o aplaude será a primeira a tirar-lhe o tapete.»

(Carlos Carvalhas, em Aveiro, citado em «Público», 24.03.96)

«Nos espaços da economia «mais avançada», quer dizer, mais dispensadora de mão-de-obra, milhões de homens não estão apenas «desempregados», estão já e estruturalmente à margem do mundo onde a criatividade humana existe. Na melhor das hipóteses, são assistidos materialmente - o que não é o caso de toda a humanidade -, mas desconectados da máquina social, como um doente desligado do aparelho que o faz viver.»

(Eduardo Lourenço - «Público», 24.03.96)

«Como os trabalhadores agrícolas e os operários dos romances de Caldwell e de Steinbeck, são agora os quadros qualificados, gente que pensava que «tinha» um emprego, e com ele um estatuto num universo estável, que todos os dias descem, como se desembarcassem da última viagem às Bermudas, ao porão de um desemprego comparável a uma morte civil, a do anonimato e da não existência social.»

(Idem)

«Salazar era um homem maravilhoso, maduro, tolerante e cheio de sabedoria. Era a antítese do ditador. Dadas as circunstâncias, penso que ele estava a sair-se muito bem no governo, a tragédia foi partir tão cedo.»

(Ian Smith, ex-primeiro ministro da ex-Rodésia - «Público», 25.03.96)

«Decididamente, isto de governar está cada vez mais difícil. Difícil e surpreendente.»

(José Manuel Fernandes, «Editorial» - «Público», 25.03.96)

## Motim na prisão de Caxias

Numa óbvia coincidência com a entrada em vigor da amnistia recentemente aprovada pela Assembleia da República, estala um motim na ala Sul da prisão-hospital de Caxias que se prolongou durante os primeiros dias desta semana, embora com menos intensidade, provocando dois feridos ligeiros. Os reclusos, que incendiaram alguns colchões e destruíram diverso equipamento, reivindicam também uma amnistia, a par de reclamações bem mais antigas e sentidas, nomeadamente sobre as más condições da generalidade dos estabelecimentos prisionais portugueses, a braços com exiguidade de instalações, falta de pessoal, de formação profissional, de apoio aos reclusos e de eficazes programas de reinserção social, problemas que se têm avolumado tendo por pano de fundo sucessivos cortes orçamentais impostos pelos governos do PSD/Cavaco Silva, política que o actual Executivo, pelo que se depende do Orçamento de Estado, não parece capaz de alterar.



## Revisão do Tratado de Maastricht

# O povo português deve pronunciar-se em referendo

**A** posição do PCP sobre a Conferência Intergovernamental (CIG) para a revisão do Tratado de Maastricht, a realizar em Turim, Itália, no próximo dia 29, foi divulgada anteontem por Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa. Acompanhado por Luís Sá, Joaquim Miranda, Ana Serrano e José Rodrigues, o secretário-geral do PCP, cuja declaração transcrevemos, defendeu a realização de um referendo sobre a matéria em apreço e apelou à participação na iniciativa internacional contra o desemprego, a realizar em Paris, de que damos conta na última página.

Tendo em conta o início do processo de revisão do Tratado da União Europeia com as Conferências Intergovernamentais de 1996 e a gravidade da actual crise económica que caracteriza a Comunidade, o PCP entende que chegou o momento de tomar uma posição, na sequência da que foi adoptada pelo CC em 15 de Junho de 1995. E gostaríamos de chamar desde já a atenção do povo português que o que está em preparação não é uma revisão do Tratado de Maastricht naquilo que é mais gravoso para os trabalhadores e os povos, mas sim, o seu aprofundamento na via do federalismo e na constituição de um verdadeiro directório das grandes potências.

Dispensamo-nos, naturalmente, de repetir aqui as orientações e análises já então produzidas.

Mas gostaríamos de sublinhar que é hoje cada vez mais claro que Maastricht significou afastar povos e países dos centros de decisão fundamentais, que o Tratado é particularmente determinado pela fixação de um calendário tendente à criação da União Económica e Monetária, com a criação do Banco Central Europeu e da moeda única, fixando critérios e um programa de convergência nominal que tem significado pesados sacrifícios para os trabalhadores e para os povos, nomeadamente, de países economicamente mais fracos.

Pela nossa parte, declaramos que ninguém poderá contar com o silêncio do PCP para aprovar medidas que se traduzam no alargamento do fosso entre os países mais desenvolvidos e os de economia mais débil em mais desemprego e liquidação dos aparelhos produtivos nacionais e em novos avanços na direcção da Europa federal e do domínio das grandes potências, nas costas dos povos e da opinião pública dos países europeus.

É evidente que existem dois projectos de União Europeia que se confrontam neste processo. Um, é um projecto federal, da moeda única e do triunfo do neoliberalismo, das multinacionais e das grandes potências. Outro, é um projecto de estreita colaboração entre Estados iguais e soberanos, que pretendem enfrentar com determinação as consequências sociais da presente crise social e económica, que se preocupa, nas palavras, e nos actos, com as taxas elevadas de desemprego e a aceleração de processos de exclusão social, com a deterioração da qualidade do trabalho e a redução da protecção social, com o processo de flexibilização e desregulamentação do «mercado de trabalho» e com a deslocalização, que é favorecida pelo actual processo de liberalização antecipada do comércio

internacional. Esta última concepção entende que a CE não pode fazer da área da política social e dos objectivos que constam dos próprios tratados meras figuras de retórica.

## A proposta de um estudo sobre a concretização da Europa social, do emprego e do desenvolvimento harmonioso

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta na Assembleia da República um projecto de resolução que solicita o estudo da intervenção da CE em áreas que constam do próprio tratado em vigor há três anos procurando evidenciar no nosso país as contradições entre os resultados práticos e os «nobres» objectivos aí proclamados. É o caso da «promoção de um progresso económico e social equilibrado e sustentável», do «reforço da coesão económica e social», da «missão» de «promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas, um crescimento sustentável, um elevado nível da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-membros». É o caso ainda da «necessidade de promover a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores de modo a permitir a sua igualização no progresso». É o caso ainda do objectivo de «reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas, incluindo as zonas rurais».

A elaboração, que propomos de um estudo exaustivo sobre a aplicação concreta destes princípios e objectivos durante os três anos decorridos desde a assinatura do Tratado da União Europeia, com a colaboração aos parceiros sociais e a todas as forças vivas da sociedade de forma a que de forma inequívoca se tirem conclusões, seguramente, porá em evidência que os critérios de convergência de Maastricht e toda a política neoliberal é contrária à prossecução do que deveriam ser as suas mais importantes missões, levando a CE a concentrar-se quase exclusivamente em tarefas burocráticas e de defesa de interesses que não coincidem com os dos trabalhadores e dos povos europeus.

Desta nossa preocupação decorre que o PCP está interessado no exame de questões como a democracia e transparência no processo

## — defende Carlos Carvalhas em conferência de imprensa

de decisão, o papel dos parlamentos nacionais, os direitos dos cidadãos, o controlo do princípio da subsidiariedade numa perspectiva descentralizadora. Mas, contrariamente ao Governo, o que entendemos ser verdadeiramente essencial na situação europeia e nacional é o reexame das metas e objectivos da União Económica e Monetária e da moeda única, é a revisão da Política Agrícola Comum e de pescas, é a alteração dos objectivos e orientações da política comercial nas relações com países terceiros, são as questões da política social e do emprego. Por isso, e sem prejuízo da importância das questões institucionais, o PCP opor-se-á a que estas sirvam de pretexto para esconder outros problemas essenciais para o presente e o futuro dos povos da Europa.

## Contra a «comunitarização da política externa e de segurança comum» e dos assuntos internos e justiça

O PCP opõe-se, em particular, à substituição dos chamados 2º e 3º Pilares por políticas comuns nestas áreas, completando assim a CE com dimensões em que decidiria por maioria e que são essenciais à sua transformação em Estado Federal: uma política externa comum, com uma defesa e exercício comuns e a intervenção supranacional em questões de justiça e de polícia, no âmbito interno.

Neste quadro, verificar-se-ia a transformação da UEO em força militar da União Europeia e o alargamento do âmbito e reforço dos dispositivos policiais, como a EUROPOL, o sistema de informações do espaço comum de Schengen e a adopção de políticas de restrição do direito de asilo e de concessão de vistos, na lógica da construção da «Europa fortaleza» de cariz xenófobo.

Esta orientação prejudicaria gravemente a soberania dos Estados e não favorece a causa da paz, da liberdade dos cidadãos e da convivência entre os povos. O imprescindível combate ao crime internacional e internacionalizado (tráfico de droga e de armas, branqueamento de dinheiro, tráfico criminoso de resíduos, fraudes e corrupção de âmbito multinacional, etc.), pode ser realizado eficazmente pela cooperação intergovernamental, das polícias e dos meios judiciais de cada Estado, sem criação de autoridades supranacionais nesta área.

A proposta recentemente apresentada de um «Senhor

PESC» é uma versão da mesma orientação fundamental, a qual não tem em conta que esta deve ser uma matéria em que cada Estado deve manter a sua soberania e autonomia de intervenção, sem prejuízo da cooperação intergovernamental.

promisso do Luxemburgo) está em vigor e deve continuar a estar.

Ao mesmo tempo, O PCP entende que é necessário favorecer mecanismos de intervenção dos parlamentos nacionais e assegurar uma interpretação descentralizadora do princípio da subsidiariedade.

nacional sobre as posições que o Governo português deve adoptar nas Conferências Intergovernamentais. Nesta matéria, constitui uma rematada hipocrisia que o Governo e o Primeiro-Ministro António Guterres afirmem ser contra a subestimação do desemprego pela CE e ao mesmo tempo se pronunciem a favor da União Económica e Monetária, dos critérios de convergência e, em geral, das políticas que se traduzem em mais desemprego, precarização e liquidação dos direitos dos trabalhadores.

## Uma iniciativa internacional contra o desemprego

No dia 11 de Maio, realiza-se em Paris um grande comício, onde estarão presentes, ao mais alto nível, os representantes dos Partidos signatários e apoiantes do apelo «Por uma Europa dos povos, do emprego e do progresso social».

Os signatários e apoiantes do comício: Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, Partido Socialista Popular da Dinamarca, Esquerda Unida de Espanha, Aliança de Esquerda da Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia, Synaspismos da Grécia, Esquerda Democrática da Irlanda, Partido da Refundação Comunista de Itália, Partido Comunista Português, Partido da Esquerda da Suécia, diversas personalidades, entre elas o trabalhista Ken Coats, Presidente da Comissão do Emprego do Parlamento Europeu, entendem que a aplicação do Tratado de Maastricht, e

em particular as políticas de convergência para a moeda única, veio aumentar o custo social dessas políticas, gerando uma Europa dividida entre fortes e fracos, criando grandes bolsas de pobreza, penalizando os jovens e as mulheres, degradando o meio ambiente e aprofundando as diferenças sociais. As políticas monetaristas e os cortes nas despesas públicas estão a causar desemprego em massa e desagregação social.

E salientam que a defesa e aumento de salários e pensões, a manutenção e melhoria dos serviços sociais públicos, a solidariedade entre comunidades e a cooperação com os países do Leste e do Sul, uma luta implacável contra a xenofobia e o racismo, são fundamentais para se defender e difundir uma visão da sociedade cuja base está a ser minada pelas forças negativas do mercado e pelas políticas de direita.

Por isso, os signatários apelam à participação neste grande Comício em Paris, para que em conjunto se aponte e se empreenda um novo caminho para uma Europa dos povos, baseada no emprego, no progresso social, na participação democrática dos cidadãos e na paz.



## Contra o desemprego

Por uma Europa dos povos, do e do progresso social



## Por mais democracia e transparência, recusar menos soberania e mais supranacionalidade

O PCP considera que é necessária mais democracia e transparência no processo de decisão da CE. No entanto, recusa que essa necessidade e o alargamento da União Europeia sejam utilizados como pretexto para diminuir o peso dos pequenos e médios Estados no processo de decisão, alterando a ponderação dos votos dos vários países, eliminar ou descaracterizar a presidência rotativa, excluir a participação de nacionais de todos os Estados na Comissão, diminuir os poderes do Conselho de Ministros da CE e alargar os poderes dos órgãos supranacionais.

Nesse sentido, o PCP opor-se-á a todo e qualquer alargamento do princípio da maioria a sectores ou áreas em que se verifica a decisão por unanimidade, à transformação de políticas intergovernamentais em políticas comuns e ao fortalecimento de órgãos supranacionais, em especial da Comissão, em prejuízo dos Estados e de órgãos que assentam nestes a sua legitimidade. Para o PCP o direito de veto (Com-

## Por um grande debate e participação nacional do povo português

O PCP preconiza um grande debate e participação nacional e dos povos da CE acerca da revisão do Tratado e da União Económica e Monetária.

Não mais se podem verificar situações de decisão sem participação das populações como as que se registaram no passado.

Dáí decorre que o PCP assume o compromisso de promover iniciativas para debate do Tratado, de participar naquelas para que for convidado e preconiza uma intervenção da Assembleia da República em todo este processo.

Ao mesmo tempo, o PCP considera que a importância das questões em jogo justifica que o povo português seja chamado a pronunciar-se sobre estas matérias em referendo com plena consciência das suas implicações para o presente e o futuro de Portugal.

No entanto, o PCP entende oportuno sublinhar que a questão essencial do momento não é a do irrecusável direito de o povo português se pronunciar sobre o resultado essencial do debate, mas sim a de abrir um debate



# Revisão do Tratado de Maastricht

## Comissão e PE pressionam CIG

### ... e CES canta o rock

O Parlamento Europeu (PE) aprovou, no passado dia 13 de Março, com várias alterações, o relatório elaborado em conjunto pela socialista belga Dury e a democrata-cristã holandesa Maij-Weggen, que estabelece as prioridades políticas do PE para a Conferência Intergovernamental (CIG), a qual se inicia no próximo dia 29 de Março, em Turim.

No fundamental, este relatório nada acrescenta de novo às teses e posições conhecidas que a maioria das forças políticas do Parlamento Europeu vêm defendendo há anos, e expressas em inúmeros outros relatórios.

Também neste caso a tradição foi mantida. Para aplanar dificuldades, vencer as vozes recalcitrantes mesmo no seio da maioria e facilitar o voto, encarrega-se um deputado/a socialista e um/a de direita de elaborarem em conjunto os relatórios mais difíceis e coloca-se o PE perante o facto consumado do consenso «esquerda-direita», condicionando a votação.

Foi assim para Maastricht (relatório Martin/Herman), o Bourlanges/Martin do ano passado já sobre a CIG, etc.

A novidade, e positiva, é que apesar de tudo isto o número dos que votaram contra ou se abstiveram foi de 41,70% no total, um «record» neste tipo de votações, o que significa que mesmo nesta casa crescem as dúvidas e as oposições ao tipo de integração europeia em curso. Dias antes desta votação publicou a Comissão Europeia a sua posição sobre a CIG e, mais uma vez, o papel químico funcionou em pleno: o copianço mútuo é evidente, interessando pouco quem mais copiou, se o PE se a Comissão, e interessando mais a convergência da dupla pressão sobre os governos e a CIG (que evidentemente não se esgota nestes dois documentos).

Também há diferenças, mas estas completam-se e não vão ao arripio umas das outras.

### Que se pretende?

Entre inúmeros apelos a uma União mais democrática, mais próxima e preocupada com os cidadãos, aberta e transparente (será má consciência?), defende-se a generalização da votação por maioria e o reforço dos poderes supranacionais a todos os níveis, com maior subalternização dos Estados às instituições da União Europeia (EU), posições que vão no sentido contrário à democratização apregoada.

Partindo-se de que o alargamento da UE é um facto, está decidido e faz parte do acervo comunitário, então a UE a 20 ou mais Estados não poderá funcionar eficazmente sem alterar de maneira fundamental o seu sistema institucional e constitucional.

A regra para a tomada das decisões a nível do Conselho deverá ser a da maioria qualificada (ou superqualificada conforme os casos), condescendendo-se ainda na manutenção da unani-

midade para certas áreas de «natureza constitucional», alterações aos Tratados, recursos próprios, Art.º 235.º (casos omissos no Tratado). A unanimidade deverá ser gradualmente suprimida na evolução da UE, a sua manutenção é vista como paralisante da actividade e do desenvolvimento da União, a qual exige a flexibilidade e a rapidez

votos numa base que faça coincidir a maioria qualificada no Conselho com a maioria da população da UE. Argumentando-se que a votação será cada vez mais complicada com o aumento do número de Estados, em nome da simplificação e da democratização do processo de decisão quer-se é garantir e reforçar o domínio e o controlo dos grandes em todo o processo, até para «facilitar o abandono da unanimidade em determinadas matérias sensíveis» (PE), ou para «se afastar sistematicamente da decisão por unanimidade» (Comissão).

Actualmente, os 5 maiores (Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha e Espanha) têm 78,4% da população da UE a 15 (289,200 milhões em 368,700), e 48 votos no Conselho (55,17%), em 87 possíveis, sendo a maioria qualificada de 62 votos em 87 ou seja de 72%.

forma ainda mais clara e obrigatória, e que o sistema de recursos próprios deverá ser adequado a fim de assegurar essa solidariedade.

Mas, ao mesmo tempo, pede-se que se organize a «flexibilidade» e os seus limites, isto é, não a uma «UE à la carte», todavia os Estados que desejem «progredir mais rapidamente na realização dos objectivos do Tratado» devem poder fazê-lo sem impedimentos, e os outros devem poder juntar-se a esse grupo «sempre que o queiram ou o possam».

O papel da Comissão e do PE tem sido sempre nestes casos o da patrulha de «vanguarda», que prepara e desmina o terreno para a entrada de choque e de surpresa do grosso das tropas.

Aberta a porta, por arrastamento a questão da rotação semestral da presidência, pedindo-se

número de deputados a eleger por cada país. Solicita-se que a CIG decida sobre a questão.

Que outras coisas, não de menor interesse ou importância, se pedem ou se defendem?

Que a UEO se integre gradualmente na UE, o que implica que as questões militares façam parte integral das competências comunitárias e pagas pelo orçamento comunitário, mas que a UE/UEO continue a ser a «identidade europeia» de segurança e de defesa mais tarde e, como tal, o « pilar europeu » da NATO.

A comunitarização da PESC em toda a sua extensão exige uma «Agência Europeia de Armamentos», e uma «base industrial sólida», pelo que o sector do armamento deve ser incluído nos Tratados.

As decisões operacionais devem ser decididas por maioria qualificada, permitindo-se que os

esse efeito, para falar «a uma só voz», nomeadamente para a PESC.

O cumprimento do direito comunitário, o reforço dos tribunais e sanções penais uniformes para os Estados faltosos é todo um outro capítulo para o qual se insta a CIG a avançar.

### Um biombo festivo

A comunitarização da justiça e dos assuntos internos, abrangendo áreas da segurança interna e o reforço da cooperação judiciária e policial é um outro aspecto para o qual se pede mais ousadas decisões da CIG.

Claro que as preocupações em relação ao emprego não estão ausentes, era o que faltava, que diriam os cidadãos?!

Todo este cenário necessita de um biombo bem florido que atraia o olhar e distraia o pensamento do fundamental dos objectivos.

Afirma-se exigir a «União Social», a construção efectiva do «modelo europeu de sociedade», o qual combina a «democracia, os direitos do Homem, o Estado de Direito com uma economia aberta fundada sobre o dinamismo de mercado, a solidariedade e a coesão».

Quer-se um «elevado nível de emprego», encorajar o diálogo social, a integração nos Tratados do protocolo social e da Carta Social, mais luta contra a exclusão social, a pobreza e o desemprego.

Bonito!, mas (há sempre um mas) nada disto deve colocar em causa a União Económica e Monetária (UEM), os seus critérios de convergência nominal e a moeda única, nem o calendário para concretizar a UEM.

Mais, na tal sociedade aberta e de dinamismo de mercado, também se afirma que «o emprego depende sobretudo dos operadores económicos».

As provas estão patentes no desemprego crescente, na degradação social, no desmantelamento da segurança social, e é comovente verificar como os «operadores económicos» têm contribuído para tal situação.

Para terminar, apela-se para que os cidadãos sejam informados e até que se organizem campanhas de intoxicação, perdão!, de esclarecimento, sobre os benefícios e contribuições que a tal CIG nos poderá oferecer, mas referendos não – «vade retro, Satanás!».

É neste quadro que a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) decidiu organizar, em Turim, coincidindo com o início da CIG, uma «reunião de reflexão» para exprimir as suas preocupações e o seu apego à ideia europeia, para a qual «não há alternativa».

Para terminar tanta reflexão, a mesma finda com um festival «rock» para a juventude, sob o lema «Emprego, Solidariedade e Democracia na Europa».

Que dizer?



das decisões e da execução das mesmas que devem assumir cada vez mais o carácter vinculativo para todos os Estados.

Nesta filosofia e ordem de ideias coloca-se em questão a igualdade estatutária dos Estados na futura UE alargada, com certas cautelas, é certo, dada a natureza delicada do assunto e para não alarmar desnecessariamente a opinião pública.

Sabemos que esta igualdade na prática é mais formal do que outra coisa, pois o poder político, económico, militar e populacional dos Estados é diferente, tendo actualmente a Alemanha 10 votos no Conselho e Portugal 5.

O que se pretende, porém é outra coisa, é institucionalizar de forma mais marcante, tendo em conta o alargamento, as diferenças em nome do «equilíbrio entre os grandes e os pequenos Estados-membros». Baseando-se no facto de que os futuros Estados aderentes têm todos relativamente pouca população, com excepção da Polónia, o que fará crescer o peso dos pequenos Estados, recomenda-se que a CIG defina novas regras de ponderação dos

Os outros 10 países com 79,500 milhões possuem 39 votos no Conselho. É evidente que os 5 grandes necessitam só de 14 votos para obter a maioria qualificada, mas os 10 outros para tal precisam de 48 votos, mais do que os 39 que conseguem reunir em conjunto. Se a regra geral das decisões passasse a ser a maioria qualificada, é por sua vez evidente que os grandes tinham a vida facilitada para imporem, mais facilmente do que hoje, os seus interesses.

Compreende-se assim melhor a razão da exigência do abandono da unanimidade e do direito de veto.

### Aumentar poderes

Os documentos referidos não podiam deixar de considerar a questão da coesão económica e social. É claro que dizem que sim, que a coesão é um dos aspectos fundamentais da UE, deverá ser reforçada e o combate às disparidades entre os Estados e às regiões deverá ser consagrado nos Tratados revistos de

que a ordem seja de tal forma alterada que impeça que três Estados pequenos assumam a presidência consecutivamente e possam constituir a «Troika», ou seja, a representação externa da UE.

### Um braço armado

Em relação ao PE defende-se a generalização da co-decisão legislativa ou o seu reforço supranacional em todos os aspectos das políticas comuns, comunitárias e orçamentais, assim como o da sua influência na política externa (PESC), acordos internacionais, nomeações para os diversos órgãos institucionais e ratificação dos Tratados.

Aqui, também, sempre invocando o alargamento, propõe-se um tecto máximo de 700 deputados independentemente do número de países que venham a constituir a UE no futuro.

Tendo em conta que hoje existem 626 deputados no PE para 15 países, faltam 74 a distribuir pelos 11 candidatos à UE. Impossível, logo se impõe a redução do

Estados-membros que não concordem em participar o possam fazer fisicamente mas, em nome da solidariedade, têm de participar nas despesas.

A PESC deveria ser coadjuvada por um «Centro ou Célula de Análise e Planeamento», constituída por «peritos» com o objectivo de aconselhar a UE a estabelecer uma política preventiva de conflitos. O curioso é que sempre se vai afirmando que nesta passagem da UE de potência comercial a potência política e militar, o tal «braço armado» poderá ser utilizado para defender os interesses da UE seja onde for. Como política de prevenção de conflitos é, no mínimo, de uma grande hipocrisia mais a mais numa altura em que uma política de desarmamento deveria ser o cerne da política externa da UE.

Lamenta-se que a UE, coitada, sofra de carências no plano internacional, o que a impede de ter a autoridade política suficiente designadamente no quadro das negociações a nível dos organismos internacionais, pelo que deve passar a dispor de personalidade jurídica internacional para



## Comício em Aveiro

## Juventude marca presença



Comício em Aveiro, momento alto das comemorações

A significativa participação da juventude terá sido um dos factos mais relevantes do Comício que decorreu no passado sábado, 23 de Março, em Aveiro, com a presença de Carlos Carvalhas, iniciativa política que marcou o ponto mais alto das comemorações do 75º Aniversário do PCP, na região de Aveiro.

Entre as centenas de militantes e amigos do Partido que se deslocaram ao auditório do Centro de Cultura e Congressos de Aveiro, espaço adaptado numa antiga fábrica de telha, os jovens destacaram-se pelo seu número e entusiasmo. Desde logo vibrando com a bela actuação, totalmente em português, do grupo musical «Cor da Lua» que abriu a festa, os jovens gritavam palavras de ordem e aplaudiam aspectos principais das intervenções políticas.

Estiveram presentes militantes do Partido,

acompanhados pelos seus familiares e amigos, vindos de praticamente todos os concelhos do Distrito, cujas organizações estiveram representadas na mesa do comício, que era também composta pelo Secretariado da DORAV, pelos membros do Comité Central residentes no Distrito, por Sérgio Teixeira, da Comissão Política, e pelo Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas.

Proferiram intervenções Fátima Guimarães, da Comissão Executiva da DORAV, do PCP, Nuno Santos, da Direcção Distrital da JCP, Júlio Balreira, membro da DORAV e Carlos Carvalhas, cuja intervenção se destaca nesta página.

No final, foi feita uma oferta ao Partido, na pessoa do Secretário-geral, da garrafa nº 1 da série especial de mil garrafas de vinho da Bairrada, com que a DORAV assinalou os 75 anos do Partido.

## Intervenção de Carlos Carvalhas Voltados para o futuro

Ao comemorarmos o 75º Aniversário do nosso Partido, prestamos com reconhecimento e emoção homenagem às gerações que nos precederam e recordamos com orgulho a nossa luta ao longo destes anos, mas sempre voltados para as lutas do presente e os combates do futuro.

O reforço da ligação do nosso Partido aos trabalhadores, às populações, à sociedade, o reforço da sua influência social, política e eleitoral, é fundamental para uma efectiva mudança de política e para a transformação social no sentido do progresso, da justiça social e da libertação do homem da exploração, da opressão e da alienação.

Esta é uma questão central que temos pela frente.

Mas é também necessário que aquilo que afirmamos nos discursos sobre a necessidade do reforço da nossa ligação aos trabalhadores, e sobre a necessidade da renovação tenha tradução na prática, na intervenção do quotidiano, na mobilização de esforços, na distribuição de meios e de tarefas e no acesso a novas responsabilidades (...)

### Vender gato por lebre

(...)

O programa de criação de emprego anunciado no mais típico estilo de marketing comercial, tal como a empresa que anuncia o seu novo produto ao público com os vendedores na plateia, não passa de um conjunto de comprimidos de aspirina (era assim que o Eng. Guterres, na oposição, denominava estes programas de Cavaco Silva) para um doente cuja gangrena se acentua.

O Governo sabe que moeda única e emprego são incompatíveis.

O Governo sabe que o tratamento do défice orçamental pela deflação social para cumprir os critérios da convergência nominal respondendo às exigências dos mercados (leia-se capital financeiro e especulativo) levará à criação de mais desemprego.

O Governo sabe que a carga fiscal efectiva sobre os rendimentos do capital tem baixado, enquanto a mesma tem aumentado em relação aos «rendimentos do trabalho», com efeitos negativos no emprego.

O Governo sabe que o aumento do desemprego é uma consequência das opções de fundo da política económica e social, que está ligado à política de concentração de riqueza, às privatizações, ao primado dado às operações financeiras e especulativas em detrimento do aparelho produtivo e da produção nacional.

Não é com um pacote de emprego, com algumas medidas pontuais positivas e não é sobretudo «levando» o marketing comercial para a política, como afirmava candidamente Edson Atayde (Diário Económico de 5/12/95), assessor de comunicação do Governo, que se dão respostas efectivas e se ataca a sério este grande flagelo social.

A questão não é de «vender» medidas, não é de vender «gato por lebre», mas em responder seriamente e com rigor aos problemas do país e aos graves problemas sociais e humanos.

Mas não deixa de ser significativo que o PS tenha levado para o Governo «uma assessoria sem tradição no executivo português», como dizia um matutino, para «vender» políticas, como quem vende pastas dentífricas ou detergentes.

Daí o blá blá social, dos discursos para embulhar o conteúdo da mesma política que foi derrotada nas urnas em 1 de Outubro! Isto é: as medidas concretas continuam a prosseguir no essencial os dogmas do monetarismo e do neoliberalismo, a impulsionar a concentração de riqueza, mas o discurso aparece agora recheado de «consciência social», de «lágrimas de crocodilo».

### O velho truque de quem tem a consciência pouco tranquila

E não venha o Eng. Guterres, como o fez em recente entrevista, com o velho truque de que o PCP «está a adoptar um radicalismo que nunca existiu» quando havia governos do PSD! Porque não é por o Governo ter o nome de socialista que o PCP deixará de o criticar em tudo o que considerar negativo para o povo e o país como não deixará de apoiar, tal como já o fez, em relação à tomada de medidas positivas.

Mas o que se vê é que a política de fundo mantém no essencial, a orientação dos governos de direita, enquanto que o que tem vindo de positivo, infelizmente, tem-se reduzido a medidas pontuais ou decorativas. Pode-se mesmo dizer, já que se fala de radicalismo, que radicalismo é o que mostra o PS ao querer continuar com a política neoliberal e com a marcha forçada para a moeda única.

É também significativo que o Eng. Guterres, nessa entrevista, diga que o PP tem tido uma atitude dialogante.

Então, face ao «fechar de olhos» do Governo aos escândalos da venda da Petrogal, que o PS tanto fustigou na oposição, o CDS/PP não teria de ter uma posição dialogante e o PCP uma posição de crítica clara?

Então, face a um Orçamento do Estado, que dá em benefícios fiscais aos grandes senhores do dinheiro e às actividades financeiras e especulativas milhões de contos; que estabelece mais indemnizações aos proprietários absentistas do Alentejo; que mantém a mesma carga fiscal sobre os trabalhadores por conta de outrem e que são os que de facto pagam impostos, o CDS/PP não teria que ter uma posição dialogante e o PCP uma posição de coerência crítica?

Então, face ao suculento pacote de privatizações que o Governo anunciou e que vários ministros do PSD aplaudiram, o CDS/PP agora com os elogios e já com o perdão do Champalimaud, não teria de ter uma posição dialogante e o PCP não teria de denunciar esta autêntica mão baixa que se quer fazer à riquíssima propriedade pública, que nem sequer é pertença do Governo?

Então, face ao anúncio de uma política laboral e de um acordo de concertação social, que tem os elogios das Confederações do grande patronato, o CDS/PP não teria de ser apoiante e dialogante e o PCP não teria de lhe dar firme e decidido combate?

Estamos a falar de questões essenciais e de fundo, que irão condicionar fortemente a evolução da vida nacional.

E certamente que vós estais de acordo que o PCP sem tibiezas e sem desculpabilizações, só porque é o PS que está no Governo, continue a levantar as bandeiras da esquerda, as bandeiras do 25 de Abril, as bandeiras do progresso, da justiça social e da independência nacional.

E isto diz respeito à melhoria dos salários, pensões e reformas e da melhoria das condições de vida da população.

Aos direitos dos trabalhadores e ao combate aos despedimentos, à precariedade, à flexibilização do horário do trabalho e à polivalência.

Ao desemprego, que foi um dos temas de maiores críticas do PS ao governo do PSD e aos seus pacotes de propaganda.

A política de integração europeia e às questões de defesa do nosso aparelho produtivo e da produção nacional, isto é, ao futuro das nossas pescas, agricultura e de importantes sectores e subsectores da nossa indústria.

O Governo e o Primeiro-Ministro podem dizer o que quiserem, o que não conseguem esconder é o prosseguimento nas questões essenciais da política que foi derrotada nas urnas em 1 de Outubro e que trará mais falências, mais desemprego e mais dificuldades para muitas e muitas famílias.

O Orçamento do Estado para 1996 é praticamente igual ao que o PSD faria se fosse governo. Um Orçamento feito à medida de Maas-tricht e que foi viabilizado pelo PP. Por isso é que o PP anda agora muito preocupado em mostrar que é mais oposição que o PSD anunciando todos os dias interpelações de pólvora seca.

O PCP bem gostaria de aplaudir o governo PS, mas poderíamos aplaudir a continuação, no essencial, da política do PSD só porque o Governo já não tem como Primeiro-Ministro Cavaco Silva, mas o Eng. Guterres?

A prosseguir assim, serão cada vez mais os portugueses que, tendo votado no PS, se indignarão de verem os seus votos usados para a concretização de uma política que, no essencial, poderia ser apoiada pelo PSD e por toda a direita.

A prosseguir assim, outros membros do Governo se sucederão a Daniel Bessa, apanhados nas contradições entre as pressões do aparelho partidário, a prática política e as expectativas criadas pelas muitas promessas e contradições que atingirão outros ministérios e que se multiplicarão noutras áreas, como mostram os casos da RTP, os negócios com a TVI e os casos de Santo Tirso e da Pereira Roldão...

A prosseguir assim, não faltarão portugueses a lembrar ao Eng. Guterres uma outra entrevista ao mesmo matutino (DN 4/6/95), em que este afirmava que «só valia a pena ir para o governo para deixar uma marca durável e não para fazer o mesmo que os outros fizeram» ...

Mas o PS não deve ter ilusões, pois quando os problemas das falências, dos salários em atraso e o desemprego se agudizarem, a direita, que agora o aplaude, será a primeira a tirar-lhe o tapete (...)



### Carlos Carvalhas visita Ovibeja

Acompanhado de uma delegação constituída por autarcas e dirigentes locais comunistas, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou, quinta-feira da passada semana, a Ovibeja/Feira do Alentejo 96, onde foi recebido pela Comissão Organizadora do certame, que o informou acerca da importância e objectivos da Feira.



## MONTEMOR-O-VELHO

### Militante homenageado

Militantes e simpatizantes comunistas juntaram-se no coração de Montemor-o-Velho, na Carapinheira, para homenagear um dedicado militante do Partido na freguesia, Mário Silva Galvão. Na iniciativa, que juntou 135 pessoas, entre jovens, agricultores e trabalhadores das mais diversas profissões, intervieram João Abrantes, em nome da Comissão Concelhia, Mário Galvão, da Comissão de Freguesia, e Vasco Paiva, da DORC e do Comité Central.

O homenageado, ferroviário, ex-jogador e árbitro de futebol, foi vítima de um acidente que o impediu de continuar a sua vida profissional, mas como fez questão de referir «não ia ser uma cadeira de rodas» que o impediria de «continuar a ser útil à freguesia, ao Partido e ao País».

Na festa, que se prolongou noite fora, foi anunciada a realização da assembleia de Organização Concelhia de Montemor-o-Velho, para o próximo dia 16 de Junho.

## SINES

### Jovens aderem ao PCP

Sete jovens aderiram ao PCP no decorrer de um jantar comemorativo do 75º aniversário do PCP, realizado no passado dia 16 do corrente, na Casa do Povo, em Sines. Participaram 200 pessoas e intervieram os camaradas Rui Penas, pela JCP, Francisco Pacheco, presidente da Câmara Municipal de Sines, e Américo Leal, da DORS, que destacaram o papel do Partido na luta em defesa dos trabalhadores e da democracia, rumo ao socialismo.

## PAREDES

### Jantar de aniversário

Mais de uma centena de militantes e simpatizantes participaram num jantar comemorativo do aniversário do PCP, promovido no passado dia 16, em Baltar, no concelho de Paredes.

Estiveram presentes José Timóteo e Serafim Brás, membros da DORP e do Comité Central do Partido, acompanhados pelos membros do executivo da Comissão Concelhia de Paredes.

Na sessão intervieram Cristiano Ribeiro, da Comissão Concelhia, que falou sobre a actividade partidária, e José Timóteo que aproveitou para falar de alguns momentos decisivos da história do PCP ligando-a ao momento presente e as tarefas que se colocam aos comunistas portugueses.

## Iniciativas na Emigração

### SUIÇA

Em Thun, realizou-se uma reunião do PCP seguida de um jantar, com a presença de diversos camaradas para festejar o 75º aniversário do PCP. Foram feitos pelo núcleo local do Partido porta-chaves comemorativos deste aniversário. Participou nesta reunião e jantar o camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado do Comité Central, que, no mesmo dia, fora já entrevistado no programa de rádio português em Zurique.

Em Ridds, perto de Sion (cantão do Valais), teve também lugar um almoço comemorativo. Algumas dezenas de camaradas e amigos confraternizaram e ouviram palavras sobre o Partido também de Blanqui Teixeira.

## CANADÁ

No Centro Comunitário de Santa Cruz em Montreal teve lugar um almoço de confraternização para assinalar o 75º aniversário do PCP.

Esta iniciativa promovida por emigrantes comunistas, contou com a presença de 100 pessoas. Numa intervenção alusiva à data, o camarada Manuel Rodrigues, em nome da organização local, fez uma breve resenha da história do PCP e do seu indispensável contributo para a resolução dos problemas nacionais, abordando também a intervenção do PCP em defesa dos emigrantes, como se pode comprovar, mais uma vez, através da apresentação na AR do projecto de lei que cria os órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro.

Um espectáculo animou o resto da tarde, com um recital de poesia por Manuel Lança, canções com Augusto Pereira e Fernando Romana, acompanhados à guitarra por Travassos e à viola por Valadas.

## ALEMANHA

Na cidade de Hamburgo, no passado sábado, decorreu no restaurante Lisboa um jantar para assinalar os 75 anos do PCP, que contou com cerca de 30 pessoas. Em nome da organização local do PCP interveio José Ventura sobre esta efeméride e com referências à situação política nacional.

# Combate ao desemprego

## Governo ilude razões de fundo

**Comentando o pacote de medidas de combate ao desemprego, anunciadas na semana passada pelo Governo, o Gabinete de Imprensa do PCP afirma em comunicado que «o conjunto de medidas anunciadas pelo Governo visa não tanto combater efectivamente o desemprego mas sobretudo criar na opinião pública a imagem de um Governo sensibilizado, preocupado e activo em relação a este grave problema nacional».**

A nota divulgada recorda que, «no passado recente, essa foi também uma das características de múltiplos planos de combate ao desemprego apresentados pelos Governos de Cavaco Silva e de cujos resultados nunca foi aliás apresentado qualquer balanço.

«Com efeito, o carácter positivo de algumas medidas parcelares não pode fazer esquecer que o preocupante aumento do desemprego está indissociavelmente ligado a opções de fundo de política económica e social conscientemente assumidas pelo Governo do PS e que encontram reveladora expressão nas grandes orientações do Orçamento de Estado recentemente aprovado com a cumplicidade do CDS/PP.

### Ilusionismo

«Na verdade, é um acto de puro ilusionismo que o Governo pretenda fazer de conta que não sabe que o aumento do desemprego é uma consequência directa e inevitável da sua deliberada subordinação às políticas de convergência nominal de Maastricht e à marcha for-

çada para a moeda única, da sua concordância com outras orientações de política económica (liberalização, desregulamentação de mercados e serviços públicos, acordos bilaterais de comércio com países terceiros, livre circulação de capitais, etc.) com as evidentes consequências da estagnação do crescimento económico e das dificuldades criadas à actividade produtiva nacional. O Governo também sabe que, a serem concretizados a sua proposta de lei sobre flexibilização de horários e polivalência de funções e o seu programa de privatizações, haveria um aumento de despedimentos, rescisões for-

çadas e pré-reformas. A insistência hoje novamente feita pela Ministra do Emprego numa política de desregulamentação a coberto da «modernização do sistema jurídico das relações laborais» significa precisamente uma ameaça de agravamento do desemprego.

### Fuga às responsabilidades

«E não pode deixar de ser considerada como uma atitude de reprovável fuga às responsabilidades o truque recentemente exercitado pelo Primeiro-Ministro e que consiste em responsabilizar unicamente as instâncias europeias ou os outros chefes de Governo presentes no Conselho Europeu (oito dos quais são socialistas) por insensibilidade face ao problema do desemprego quando é irrefutável que o PS sempre se tem identificado com os rumos e orientações determinantes da actual «construção europeia».

«É ainda de recordar que na recente cimeira de líderes socialistas realizada em Sintra foi reclamada uma política activa de emprego a nível comunitário mas poucos dias depois, na reunião dos Ministros das Finanças (ECO-FIN), foram rejeitadas propostas para novos investimentos geradores de emprego, sem qualquer oposição do Ministro das Finanças português e dos seus colegas de Governos dirigidos por Partidos Socialistas ou Social-Democratas e com o argumento de que tais investimentos eram incompatíveis com as políticas de consolidação orçamental e com o objectivo da convergência nominal.

Uma política de decidido combate ao desemprego e de verdadeira criação de empregos e de garantia da sua estabilidade exige uma profunda alteração da política económica e social até agora seguida, exige uma política virada para a defesa e dinamização do aparelho produtivo nacional e para o desenvolvimento assente na melhoria das condições de vida do povo e em particular do seu poder de compra».

## Comunistas apoiam jornada cívica em Gouveia

A Comissão Concelhia de Gouveia do PCP apela aos seus militantes e trabalhadores para que participem na jornada cívica pela Indústria Têxtil marcada para hoje, quinta-feira, na cidade de Gouveia.

Em nota divulgada, os comunistas recordam as propostas que têm feito para estancar a crise no sector têxtil e criar alternativas de emprego, atra-

vés da instalação de novas indústrias ou áreas de actividade. Regozijando-se com o facto de «os poderes instituídos e os agentes económicos compreenderem finalmente a necessidade de juntar esforços e capacidades para o desenvolvimento efectivo do concelho», o PCP deixa claro que a jornada de hoje não pode ser «uma caso gratuito e de mero folclore». Considera que é necessário enviar as reclamações ao Governo, exigindo que nos contactos com este «a Comissão Organizadora da jornada participe de pleno direito, com a legitimidade e força que lhe dá a sua composição.»

Refira-se que, no passado dia 19, a eleita da CDU divulgou uma carta aberta dirigida ao presidente da Assembleia Municipal de Gouveia reclamando que o órgão autárquico accionasse mecanismos de emergência para ajudar os 140 trabalhadores com salários em atraso da empresa Estevão Ubach, de S. Paio.

## Hospital de Covões

### Situação inaceitável

O Núcleo do PCP do Hospital de Covões considera inaceitável, injusta e desumana a situação que foi criada às Auxiliares de Acção Médica com cuja luta se solidariza.

As Auxiliares de Acção Médica é um grupo profissional constituído basicamente por mulheres que há muito reivindicam melhores condições para o exercício profissional, designadamente o aumento do número de elementos escalonados para o turno da noite.

Estas trabalhadoras, que já tinham de dar resposta, durante o turno das 23 às oito horas, às necessidades urgentes dos doentes de várias enfermarias, distanciadas entre si e que englobam muitas vezes mais de uma centena de doentes, vêm agora acrescidas as suas responsabilidades com a atribuição que lhes é feita do transporte e manuseamento de cadáveres, actividade que até aqui pertencia ao pessoal das Agências Funerárias.

Se já não eram satisfatórias as condições que as Auxiliares de Acção Médica do Hospital de Covões possuíam para desempenhar as suas funções, elas agora são completamente inaceitáveis.

Apoiando as reivindicações que as Auxiliares de Acção Médica fazem no abaixo-assinado que entregaram à Administra-

ção, designadamente de aumento de pessoal, da criação de melhores e mais humanizadas condições de trabalho e da criação duma secção de óbitos, com pessoal adstrito, o PCP considera que «a unidade e a determinação dos trabalhadores é condição fundamental» para que essas reivindicações sejam satisfeitas.

## Alcochete

### Câmara quer contrapartidas à Nova Ponte

A Comissão Concelhia de Alcochete, em comunicado à população, lamenta que o Poder Central, que a partir de 1 de Outubro se esperava que passasse a ser parceiro activo na promoção do desenvolvimento e da justiça social, promova, afinal, uma política contrária às promessas eleitorais do PS.

Mercê de um bom aproveitamento por parte da Câmara Municipal das verbas que, no quadro da O.I.D. e dos Fundos Comunitários, foram postas à disposição do concelho, foi possível construírem-se infra-estruturas e equipamentos necessários à melhoria da qualidade de vida da população, num município que não é rico.

Entretanto, o incumprimento sistemático da lei pelo PSD, prejudicando o concelho de Alcochete em mais de 120 mil contos, e a política ruínoza que seguiu, designadamente fechando o Hospital e o

Posto da GNR, contribuindo para o encerramento de empresas e aumentando em largas centenas o número de desempregados, foram factores que, associados às graves limitações que a pretexto da construção da Nova Ponte impôs à Gestão Municipal, vieram contrariar o esforço colectivo da comunidade no desenvolvimento do concelho.

No sentido de minorar as consequências desta política, e face ao Orçamento do Estado para 1996, a Câmara apresentou ao Governo 12 propostas de alteração ao PIDDAC, 11 das quais foram rejeitadas, apesar de terem merecido o acordo dos autarcas do PS.

Face a esta situação, a Comissão Concelhia de Alcochete do PCP reclama uma nova política, a revogação das limitações impostas à gestão da Câmara e o cumprimento das contrapartidas que devem acompanhar a construção da Nova Ponte.



PCP



## VISEU

**JCP inaugura novo espaço**

Na passada sexta-feira, a JCP/Visu inaugurou no Centro de Trabalho do PCP, em Visu, um novo espaço de convívio e debate, aberto a todos os jovens da região que o queiram frequentar. Esta primeira iniciativa semanal dos jovens comunistas contou com a participação de Carlos Clara Gomes que, com as suas canções (e estórias), animou a primeira parte do convívio.

Rui Bernardino, da Direcção Nacional da JCP, que também interveio, lembrou a necessidade de preparar o V Congresso Nacional da JCP e apelou aos jovens para que se unam na luta em defesa dos seus interesses e direitos.

Renovando o convite à participação de «todos os jovens sem complexos, dispostos a divertirem-se, sem alienações», os jovens comunistas de Visu informam que a próxima iniciativa, que se realiza no próximo sábado, dia 30, permitirá já, a quem quiser, «navegar» na Internet.

## PORTO

**Deputado compromete-se**

No dia 18, o deputado comunista João Amaral esteve no Porto onde, acompanhado de Ilda Figueiredo e Serafim Brás, da DORP do PCP, teve algumas visitas e encontros de trabalho.

Num encontro com a administração dos Portos do Douro e Lezírias (APDL), onde foi informado sobre o andamento do projecto para a barra do Douro, cujo financiamento - cerca de 3,5 milhões de contos - não está ainda assegurado, João Amaral comprometeu-se a diligenciar no sentido da concretização desse objectivo.

Ainda da parte da manhã desse dia, o deputado do PCP esteve no porto de pesca da Afurada, onde garantiu que intervirá na AR, nomeadamente em relação ao molhe de protecção do Porto, da legalização da pesca de mujiganga e ainda para os problemas do contrato de trabalho a bordo, para o qual o PCP apresentou anteriormente um Projecto de Lei.

Já na parte da tarde, João Amaral reuniu com trabalhadores da Clínica Particular do Porto, que se encontra fechada por erros da sua Administração. O deputado comprometeu-se também a intervir junto do Ministério com vista à viabilização da Clínica.

## COIMBRA

**Ministro falseia números**

O ministro da Agricultura, dando a cara pelo Governo, visitou no dia 20 o Baixo Mondego, onde, segundo notícias vindas a público, informou que a verba orçamentada para as obras do Mondego ascendia a um milhão de contos. O que é falso.

Em comunicado aos órgãos de informação, o Gabinete de Imprensa da Direcção da Organização Regional de Coimbra, desmente estes números, informando que a verba que aparece inscrita no PIDDAC/96 (pág. 48) é de 470 mil contos, ou seja, menos 10,7 por cento que em 1995.

Segundo a DORC, ao ritmo a que a obra está a ser feita, levará dezenas de anos a concluir. "Resolvido que está o problema de fazer chegar a água à indústria de celulose da Figueira da Foz, a obra hidro-agrícola começou a emperrar. É a lógica da indústria a sobrepor-se à agricultura", conclui a DORC.

## GUARDA

**Propostas para o distrito**

Embora não tendo deputados eleitos pelo distrito, os comunistas da Guarda, honrando os seus compromissos eleitorais, apresentaram ao Grupo Parlamentar do PCP algumas propostas no sentido do reforço de verbas para obras e investimentos que melhorariam as condições económicas e sociais da região.

Algumas dessas propostas foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar, sob a forma de Projectos de Lei, e levadas a votação. É o caso, por exemplo, da construção dos quartéis dos Bombeiros Voluntários de Almeida e Guarda, da construção da Escola C+S para o Concelho da Guarda, da construção do IC 12 (Visu/Covilhã), da construção da ETAR em Pinhel ou da despoluição dos rios e ribeiras nascentes no Parque Natural da Serra da Estrela.

Lamentavelmente, na Assembleia da República, PS e CDS votaram contra e PSD absteve-se, apesar de algumas destas propostas terem sido promessas eleitorais suas.

# Álvaro Cunhal em Coruche

## «Passado, presente e futuro do PCP não são divisíveis»

Os 75 anos do PCP foram assinalados em Coruche com uma sessão-debate realizada, na passada sexta-feira, com a presença de Álvaro Cunhal.

Perante uma assistência de mais de 100 pessoas, que se juntaram no Auditório Municipal de Coruche, para participar num colóquio integrado nas comemorações do 75º aniversário do PCP, Álvaro Cunhal fez uma intervenção que, abordan-

do independente de interesses económicos e de pressões do capital, são cinco objectivos essenciais de que o PCP nunca abdicou, antes ou depois do 25 de Abril, disse Álvaro Cunhal que, no fim da sua intervenção, se colocou à disposição dos pre-

ética?». «Por que abafa a comunicação social as realizações do PCP? Por que diz que nelas só há «velhos», quando, conforme se pode ver neste colóquio, tantos jovens participam?» foram as primeiras questões a que Álvaro Cunhal respondeu.

Entretanto, apesar do adiantado da hora, as perguntas mantinham-se: «Pretendia o camarada Álvaro Cunhal, com o seu

pensa o Partido realizar viradas para os jovens, para a sua mobilização e a sua adesão?».

Respondendo a todas as questões, Álvaro Cunhal terminou, dirigindo a todos os presentes os seus votos no sentido da concretização dos desejos pessoais de cada um, individualmente.

E... se não passasse da meia-noite, todos ali continuaríamos, que o interesse era notório.

### Iniciativas de aniversário

Outras iniciativas comemorativas dos 75 anos do PCP foram efectuadas no distrito de Santarém, no fim-de-semana de 23 e 24 de Março.

Destacamos: o jantar comemorativo do **Couço**, com a participação de cerca de 300 pessoas e a intervenção política a cargo de Henrique de Sousa; o almoço comemorativo de **Pai-alvo, concelho de Tomar**, com cerca de 200 participantes e a intervenção política a cargo de Jerónimo de Sousa; o jantar comemorativo de **Benfica do Ribatejo, concelho de Almeirim**, com cerca de centena e meia de participantes e a intervenção política de Edgar Correia.

Em todas estas realizações, a tônica dominante foi o reforço do PCP e o combate à política de direita que o actual Governo do PS está a seguir nos aspectos essenciais.



Aspecto da mesa, onde se pode ver, para além de Álvaro Cunhal ao centro, Armando Rodrigues e José Labaredas, à esquerda, e Manuel Brandão e António João das Neves

do embora aspectos do passado de luta do PCP, incidiu fundamentalmente sobre as tarefas que no presente se colocam aos comunistas.

Na mesa do colóquio, presidido por José Labaredas, da Comissão Concelhia de Coruche, encontravam-se, ainda António João Correia das Neves, da Comissão Concelhia de Coruché, Manuel Brandão, membro da DORSA e Presidente da Câmara de Coruche e Armando Rodrigues, membro suplente do CC e responsável da Concelhia de Coruche.

Considerando que a vida do PCP se pode dividir em três grandes momentos históricos - 48 anos de luta contra a ditadura; intervenção no 25 de Abril e na transformação da sociedade portuguesa; luta contra a política de direita, a partir de 1976 - Álvaro Cunhal lembrou que comemorar os 75 anos do PCP não é «só recordar o passado», como pretende a comunicação social, uma vez que, no PCP, passado, presente e futuro são três momentos interligados e inseparáveis.

Segundo Álvaro Cunhal, ao longo destes 75 anos de vida, ocorreram grandes transformações no mundo, verificou-se o aparecimento de fenómenos novos. A acção do PCP, acompanhando naturalmente essas mudanças, manteve, no entanto, constantes algumas características e objectivos essenciais, afirmou.

A luta pela liberdade; a defesa dedicada e corajosa dos interesses da classe operária, dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas; o desenvolvimento do País, na base do aproveitamento dos nossos recursos naturais; a luta pela independência nacional; e a sua assunção como força política

para responder às questões que eventualmente lhe quisessem colocar.

Diversas questões surgiram, então. Um camarada interrogava: «Por que ruiu a Reforma Agrária? Que projecto de sociedade propõe o PCP para Portugal?» Em «desabafo», outra camarada lembrava que tinha sido, em tempos, «negociada» à esquina de uma rua, e dizia parecer-lhe que «as praças de jorna» tinham sido agora transferidas para os gabinetes. «O que se passa na ex-União Sovi-

lho "O Partido com Paredes de Vidro", escrito antes da Perestroika, fazer um aviso à navegação do movimento comunista?»; «O que é hoje construir no concreto uma sociedade socialista?»; «Que posição tem o PCP hoje em relação ao pequeno patronato, se é verdade que dificilmente ele hoje poderá ser separado dos empregados?»; «Como vê o PCP os direitos das mulheres? E que fazer para que elas possam intervir mais acentuadamente na vida política?»; «Que iniciativas

## Jornada Nacional do PCP

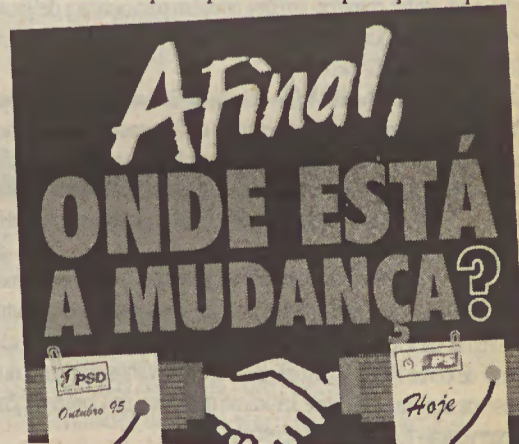
### Informar e esclarecer

«Afim, onde está a mudança?» é o leitmotiv da acção nacional de informação e esclarecimento que o PCP ontem iniciou.

Durante cerca de uma semana, dirigentes e militantes do PCP, em contactos directos com as populações, com os trabalhadores, com os cidadãos em geral, nos principais centros urbanos, distribuirão um tablóide onde se abordam alguns dos temas candentes da actualidade política, nomeadamente aqueles que terão incidências mais gravosas nas classes trabalhadoras.

O desemprego que se prevê possa atingir no final do ano os 550 mil trabalhadores; a burla que representa a proposta de lei enviada pelo Governo à Assembleia da República, onde, a pretexto de uma redução progressiva da semana de trabalho até às 40 horas, se introduz a flexibilidade de horários e a polivalência de funções; a tentativa, por parte do PSD e do PP, de aproveitamento da abertura do processo de revisão constitucional para fazer uma nova Constituição para um outro regime; o extenso e rápido programa de privatizações de empresas públicas, através do qual o PS prossegue e acelera o assalto ao património do Estado que a direita havia começado, são alguns dos problemas analisados.

Afinal, onde está a mudança? «Com o Orçamento de Estado que aprovou na Assembleia da República, o PS não promove a mudança, não contempla expectativas e esperanças de quem



nele votou e não cumpre promessas eleitorais», pode ler-se no tablóide que vai ser distribuído.

Apresentando ainda algumas propostas do PCP - que se afirma como oposição de esquerda ao Governo PS, ao mesmo tempo que desenvolve uma acção de carácter construtivo - o documento faculta também ao leitor a possibilidade de aderir ou colaborar com o PCP, através de uma ficha, onde serão inscritos os dados que permitirão estabelecer com ele contacto. E o apelo fica: **Junta-te a nós!**



## GAIA

**Centro afecta moradores**

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP e os autarcas da CDU, em comunicado dirigido aos moradores da Simopre-Arrábida, solidarizam-se com as acções que estes vêm desenvolvendo contra a construção do Centro de Negócios da Arrábida.

Mais, o documento informa que o vereador da CDU na Câmara - o único a votar contra o licenciamento do projecto - solicitou, em tempo oportuno, ao ministro do Planeamento e Administração do Território uma inspecção ao referido processo, tendo posteriormente requerido os resultados da mesma. Quase um ano é decorrido e a resposta continua por dar.

Denunciando a insensibilidade dos responsáveis do PS na Câmara de Gaia face a este problema, o PCP e a CDU comprometem-se a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para anular uma decisão que constitui «um verdadeiro atentado ao direito dos cidadãos no que respeita à sua qualidade de vida».

## AMADORA

**Governo prejudica**

Como é do conhecimento da população, diz em nota à comunicação social a comissão concelhia da Amadora do PCP, a construção da CRIL e da Radial da Pontinha «são obras fundamentais» para reduzir um volume de tráfego que atravessa a cidade da Amadora e a asfixia nas horas de ponta. Assumida pelo governo anterior, esta obra tinha o seu termo previsto para 98, por ocasião da Expo'98. Agora, o secretário de Estado das Obras Públicas vem anunciar que a CRIL já não ficará pronta em 98 e que a Radial da Pontinha não irá arrancar e, ao mesmo tempo, propõe a construção do troço Pontinha/Expo'98. A ir para a frente esta intenção do Governo, e se a aliarmos à abertura do metro da Pontinha, quer isto dizer que esta entrada na Amadora vai-se tornar um verdadeiro «inferno».

Apelando à população para que proteste, a Comissão Concelhia da Amadora do PCP exige do Governo o cumprimento das promessas eleitorais.

## CÉLULA DA EDP

**Realiza Assembleia**

Com a presença de 29 camaradas, realizou-se no passado sábado, a IV Assembleia de Organização da Célula da EDP/ORL. A Assembleia, que teve a presença de Alexandre Teixeira e de Jorge Pires, respectivamente, membros do Comité Central e do Secretariado do CC, elegeu um novo Secretariado com 14 camaradas e traçou as principais orientações e objectivos para a sua actividade.

No plano da organização do Partido foi decidida, por exemplo, uma maior afirmação do Partido na empresa por via, designadamente, do trabalho político dos membros do núcleo activo e da edição de uma informação regular.

A nível da luta dos trabalhadores, foi considerado objectivo prioritário a continuação e fortalecimento da luta contra o plano de privatização do Grupo EDP, em defesa dos direitos dos trabalhadores e dos interesses nacionais.

**Iniciativas de aniversário**

**MIRANDELA** - No passado domingo, a Comissão Concelhia promoveu um debate sobre «Momento Político e Propostas do PCP», onde participaram Emídio Ribeiro, da Comissão Política, e José Brinquete, responsável da DORBA. No debate, que contou com a presença de muitos camaradas e amigos e que decorreu de uma forma muito participada, foram abordadas matérias como o Orçamento de Estado, o futuro da agricultura, a criação de postos de trabalho, entre outras.

À noite, num jantar-convívio em que também participaram destacadas figuras da área democrática, entrevistaram Vítor Martins, do secretariado da DORBA, e Emídio Ribeiro.

**MONTEMOR-O-NOVO** - Cerca de 200 membros e simpatizantes do Partido quiseram também comemorar os 75 anos do PCP, participando num almoço que decorreu num ambiente de boa disposição e confiança. Durante o almoço, entrevistaram Vitalina Roque, vereadora da Câmara Municipal, e Florêncio Cacete, dirigente da JCP, ambos membros da Comissão Concelhia local.

**TOMAR** - Também no domingo, a Comissão Concelhia promoveu um almoço comemorativo dos 75 anos do PCP, na Sociedade Recreativa Vilanovense, na Freguesia de Paialvo. Na iniciativa, que contou com a presença de cerca de 200 pessoas, participaram vários membros dos organismos dirigentes locais e Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, cuja intervenção foi atentamente escutada.

**75.º aniversário do PCP nas Noites do Vitória**

Realizou-se, no dia 22 de Março, no Centro de Trabalho Vitória, a primeira sessão do «Ciclo de conversas com quem fez e faz a história do PCP»

O tema era «Acção clandestina e luta de massas». Com o salão do Vitória bem composto, o debate foi especialmente interessado e animado, prolongando-se até à 1 hora da madrugada.

Na mesa, pela ordem que intervieram, estavam Sérgio

Vilarigues, Blanqui Teixeira, Carlos Brito e Edgar Correia. A moderação esteve a cargo de Maria Louro, da direcção do Sector Intelectual de Lisboa, que apresentou os objectivos da iniciativa e leu as biografias dos quatro oradores.

Foi Sérgio Vilarigues que iniciou a «conversa». Na sua intervenção, cheia de exemplos vivos e «estórias» bem humoradas, passou por temas de tanto interesse como: a



clandestinidade, a vida clandestina, as prisões, várias anotações sobre a reorganização de 40/41; a ligação, promoção e apoio a algumas acções de massas no início dos anos 40; a imprensa do Partido como instrumento decisivo na ligação às massas.

Seguiu-se Blanqui Teixeira que «conversou» sobre situações de acção clandestina nas décadas de 40/50. Lembrou as lutas estudantis de 1940/41 contra o aumento de propinas. Versou outros temas: um jovem comunista nas Forças Armadas; como foi vivida a entrada e a saída da clandestinidade; a clandestinidade, a democracia e a ligação às massas; o papel da imprensa do Partido.

Depois, Carlos Brito contou três «estórias»: a primeira para ilustrar como o clandestino podia ser preso e a solidariedade e as cumplicidades com os clandestinos; a segunda, para falar das greves da região de Lisboa, em 1973/74, a combinação das formas ilegais, semilegais e legais na luta de massas, a importância dos cadernos reivindicativos e da

imprensa partidária e sindical; a última, para ilustrar, com um episódio divertido, a importância da presença de espírito na defesa do clandestino.

Finalmente, Edgar Correia, que centrou a sua intervenção no «Relatório sobre a manifestação contra a carestia de vida, de 1972, no Porto» (que em breve será publicada), salientando o bom conhecimento dos problemas, a importância das formas de esclarecimento que foram usadas, o trabalho colectivo na organização do Partido e a mobilização e participação dos militantes, prendeu especialmente a atenção da assistência com os vivos exemplos que relatou das originais formas de agitação utilizadas e a expressiva força numérica da concentração reconhecida pela própria imprensa censurada.

O debate generalizou-se a seguir com muitas e vivas intervenções da assistência sobre: a importância de alguns movimentos unitários na ponta final da ditadura fascista; a assistência, solidariedade e socorro aos presos políticos; a necessidade de uma história do Partido e a questão do acesso ao seu arquivo documental; a vida na clandestinidade e o dia do clandestino; o êxito da concepção da luta clandestina como foi desenvolvida pelo PCP.

As «Conversas» continuam no próximo dia 29 e o tema será «Continuar o combate nas cadeias. As fugas».

**Exposição no Edifício Arrábida**

Meia centena de camaradas e amigos do Partido participaram no sábado passado, na inauguração da exposição sobre o 75.º Aniversário do PCP que esteve patente ao público, até ontem, no 1.º andar do edifício Arrábida, em Setúbal.

Entre os presentes, contavam-se dirigentes sindicais e do movimento associativo e membros de Comissões de Trabalhadores, a convite da Comissão Concelhia de Setúbal do Partido.

Lina Oliveira fez uma breve apresentação e, num improviso, os camaradas Salvador Amália e Maria Clementina Pereira Amália evocaram aspectos da vida e luta clandestinas contra o fascismo, em que tiveram parte activa.

Salvador Amália sugeriu que o Partido pudesse ter em

conta uma iniciativa sobre o Moinho das Amêijoas (à saída de Setúbal, no sentido da praia da Figueirinha), que durante anos foi ponto de apoio do Partido e local de convívio democrático.

Tal sugestão teve acolhimento imediato na reunião de camaradas das freguesias da cidade de Setúbal que decorreu após a inauguração da exposição. A ideia é realizar-se um piquenique no cabeço onde, está instalado o Moinho.

Também a célula do Centro Regional de Segurança Social de Setúbal realizou um convívio nas instalações da DORS, sendo de registar a presença de uma simpatizante do PS que não quis alhear-se das comemorações do 75.º aniversário do PCP e de uma visita ao Centro de Trabalho.

**CAMARADAS FALECIDOS****Agostinho Noro**

Faleceu, no passado dia 12 do corrente, Agostinho Noro, operário ferroviário, dirigente sindical e militante comunista organizado em Coimbra. No seu funeral estiveram várias centenas de pessoas, entre familiares, camaradas e amigos, que lhe renderam uma última homenagem.

**António Silvestre Figueiredo**

Vítima de doença prolongada, faleceu, no passado sábado, António Silvestre Miranda Figueiredo, prestigiado comerciante de Seia. Contava 68 anos de idade e estava organizado na freguesia de Seia, onde foi destacado militante desde Julho de 1974.

**Clotilde Rodrigues Carrilho**

Faleceu Clotilde Portela Vilão Rodrigues Carrilho, organizada na Freguesia da Pena, em Lisboa. O seu corpo esteve em câmara ardente na Igreja de S. José, de onde saiu o funeral realizado ontem.

**Joaquim Oliveira Cruz**

Faleceu, em Fevereiro passado, José Joaquim Oliveira Cruz, conhecido pelo «Pirica», comerciante e militante da organização de Tavira do PCP.

**Manuel Augusto César**

Faleceu, no passado dia 18 do mês corrente, Manuel Augusto César, organizado no Bom Sucesso, Freguesia de Alverca, onde residia. Militante activo, participava nas comissões de moradores do bairro desde o 25 de Abril de 1974.

**Salvador Nunes**

Faleceu, com 59 anos, após prolongada doença, Salvador Nunes, militante da Organização de Vialonga.

**Paulo Correia**

Faleceu Paulo Correia, vítima de prolongada doença. Enfermeiro-chefe na reforma, era membro da Comissão Concelhia de Almada.

**Augusto Miranda**

Faleceu, com 84 anos, Augusto Miranda, que estava organizado na Freguesia da Cova da Piedade, em Almada.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

**Setúbal Desenvolvimento adiado**

O PS continua a dar prioridade ao cumprimento dos critérios de Maastricht, pelo que não admira que os deputados socialistas, eleitos pelo círculo de Setúbal, tenham votado contra as propostas que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou, designadamente as que mais directamente diziam respeito ao distrito, acusa a Comissão Executiva Distrital da Direcção da Organização Regional de Setúbal, em comunicado à população.

Se as propostas que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou tivessem sido aprovadas, consideram os comunistas de Setúbal, isso representaria a concretização de «acções concretas nas áreas do desenvolvimento estratégico, equipamentos e serviços para idosos, instalações das forças de segurança, melhoria das condições de saúde, instalações para o ensino médio e superior e ensino básico e secundário, acessibilidades e rede rodo-ferro e fluvial, reparação da rede viária, sistemas integrados de águas residuais, desassoreamento do rio Sado e regularização das suas margens, consolidação de escarpas de zonas ribeirinhas, aquisição e recuperação de imóveis de utilidade pública para fins culturais e operações de reabilitação urbana». Enfim, representaria o progresso e a melhoria da qualidade de vida da região que, com o seu voto contra, o Partido Socialista entrou.

Estas propostas, «que assentam num incomparável património de conhecimentos e estudo sistemático das realidades, aspirações e necessidades do distrito e das suas populações», diz ainda o comunicado, «derivam de um estilo de trabalho dos deputados comunistas, que mantêm ao longo dos mandatos uma permanente ligação aos seus eleitores».



## TRABALHADORES

LUTAR  
É O CAMINHO

Defender o emprego, melhores salários e a viabilização das empresas são motivos que têm levado muitos trabalhadores a optar pela via da luta. No dia 20, deslocaram-se a Lisboa os operários da Valfrio, que pretenderam obter do secretário de Estado da Indústria «uma posição clara e positiva, que conduza à viabilização dum projecto de recuperação da empresa em tempo útil», como refere um comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul. A assembleia de credores da Valfrio estava convocada para ontem, em Setúbal.

Também no dia 20, concentraram-se junto ao IPE reformados da Mompur e Equimetal, que vieram do Barreiro exigir a reposição do complemento de reforma e da assistência médica.

Paralisados desde 15 de Março, exigindo a reintegração de 5 camaradas (entre os quais um delegado sindical) e a negociação do caderno reivindicativo, os trabalhadores da ponte para a Dinamarca (obra da Compelmada e Italsines) conseguiram segunda-feira uma reunião na IGT, que foi prolongada para terça-feira à tarde. Em plenário, depois, seriam analisados os resultados da reunião e a resposta dos trabalhadores.

Estiveram em greve, na passada quinta-feira, as trabalhadoras da Vitrohm, multinacional alemã instalada em Trajouce, Cascais, que anunciou um despedimento colectivo de 91 pessoas e a aplicação geral do lay-off. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas contesta o lay-off e considera o despedimento injustificado, afirmando que a Vitrohm pretende encobrir uma manobra de retirada de trabalho que, futuramente, seria realizado em regime de empreitada por pessoal com vínculos precários.

## BURLA

Os trabalhadores da Luzcor Têxteis, de Guimarães, reúnem-se hoje para analisar a situação da empresa, que o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes considerou «uma das mais escandalosas do sector». No plenário, refere a Agência Lusa, os trabalhadores vão debater as medidas a adoptar face ao facto de a Luzcor estar praticamente paralisada desde Setembro de 1993. A empresa «beneficiou de um processo especial de recuperação, aprovado maioritariamente pelos credores da empresa, incluindo a Segurança Social, que garantiu a manutenção de 150 postos de trabalho», referiu fonte sindical, mas «nunca cumpriu a decisão do tribunal, pelo que o sindicato considera que este processo mais se assemelha a uma operação de burla inaceitável».

## SONASA

Recentemente adquirida pela Securitas, a Sonasa está a propor aos seus trabalhadores que aceitem transferir-se para aquela empresa de segurança, mas intimida-os a prescindirem de direitos e regalias adquiridos, denunciou a delegação distrital de Faro do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul. Um responsável do sindicato disse à Lusa que no contrato de transferência é proposto ao trabalhador que reconheça a «quitação» das dívidas da Sonasa, pretendendo-se assim a «abandonação dos créditos a que tem direito, entre os quais trabalho suplementar, horas extraordinárias e feriados». «São milhares de contos que a Sonasa deve aos seus trabalhadores», salienta o CES/Sul, que lança um alerta no sentido de estes não assinarem o documento.

## ARTE XÁVEGA

A regulamentação urgente da arte xávega foi reclamada sexta-feira ao Governo, pelos sindicatos dos Trabalhadores da Pesca do Norte e do Centro, num documento dirigido ao primeiro-ministro, ao ministro da Agricultura e Pescas e ao secretário de Estado das Pescas. «Apesar das inúmeras promessas, continuamos hoje a debater-nos com inúmeros problemas, devido à falta de regulamentação e apoio para as infra-estruturas necessárias, nomeadamente no que se refere ao processo legal das vendas do pescado», refere a carta.

COOPERAÇÃO  
CGTP-SITAVA

Um protocolo assinado anteontem prevê o estreitamento das relações entre o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos e a CGTP-IN e, segundo uma nota do departamento de informação da central, «surge como o corolário lógico da cooperação que sempre existiu e que se tem vindo a aprofundar entre as duas organizações». O protocolo garante que o Sitava poderá participar nas actividades e estruturas da CGTP a todos os níveis, «requerendo, apresentando e votando as moções e propostas que entender convenientes», e passará a «beneficiar de apoio institucional, assessoria técnica, formação sindical e profissional e da acção desenvolvida pela CGTP-IN em defesa dos interesses comuns a todos os trabalhadores e dos interesses específicos dos seus representados». A central deverá «auscultar o Sitava sobre tudo o que diga respeito aos trabalhadores por ele representados e a consultá-lo para a designação de representantes institucionais no plano nacional, na UE, na CES ou outros, sempre que estejam em causa questões relacionadas com os trabalhadores da aviação civil».

Congresso da USL acusa o Governo  
Prática política defrauda  
expectativas de mudança

A tentativa de impor por lei a flexibilização dos horários e a polivalência de funções profissionais, e o conteúdo do Orçamento do Estado recentemente aprovado foram apontados no 6º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa como exemplos de que a exigência de mudança, expressa nas eleições legislativas e confirmada nas presidenciais, não está a concretizar-se na governação de António Guterres.

Nos documentos do congresso, realizado sexta-feira nas instalações do LNEC, afirma-se que «a prática política do novo Governo está a defraudar as expectativas daqueles que acreditavam que este pudesse concretizar» a mudança esperada, pelo que «a denúncia é inevitável e a mobilização dos trabalhadores imprescindível, para que seja efectivamente levada à prática uma política económica e social onde o emprego e o bem-estar dos trabalhadores e das populações constituam referências de um modelo de desenvolvimento que tenha na valorização do homem o seu objectivo central».

Analisando o processo de revisão do Tratado de Maasticht, o congresso reafirmou que «só é possível a coesão económica e social quando designadamente ambas as matérias forem encaradas em pé de igualdade» e que «cabe ao povo português, após uma ampla discussão pública, expressar a sua vontade, através de um referendo».

Reforçar  
e descentralizar

O reforço da organização sindical no distrito, a todos os níveis e particularmente nas

estruturas de base, foi apontado entre as tarefas fundamentais incluídas no Programa de Acção aprovado no congresso. Em consequência da deslocação de empresas para a periferia, a aposta na descentralização da actividade sindical é considerada como «o meio mais eficaz de promover uma maior ligação aos trabalhadores».

Num momento em que está na ordem do dia a concretização da regionalização, a USL decidiu dinamizar a criação do Secretariado Sindical Regional que, como parceiro social, deverá intervir, prioritariamente no plano reivindicativo, ao nível do desenvolvimento da futura região administrativa.

O congresso de dia 22 apelou à continuação da luta sindical pela recuperação e valorização dos serviços públicos. Reafirmou que a importância nacional da Expo'98 não deve em caso algum servir de pretexto para desrespeitar os direitos dos trabalhadores, tanto na construção como

durante a exposição e depois de 1998.

No 6º Congresso da USL participou uma delegação da Comissão Executiva da CGTP-IN, de que faziam parte Américo Nunes, Emídio Martins, Jerónimo Rodrigues e Manuel Carvalho da Silva. Intervindo no encerramento, o coordenador da central criticou severamente a proposta de lei que pretende impor a flexibilidade e a polivalência, a pretexto da redução do horário de trabalho, considerando-a como «o maior escândalo do direito laboral em Portugal nos últimos 20 anos» e «o maior atentado aos direitos e à dignidade dos trabalhadores desde o 25 de Abril».

«Continua a dar-se a subversão do percurso histórico do Direito laboral, o que, diga-se, sempre foi um facto», disse Carvalho da Silva, denunciando a «convivência entre os poderes político e económico para tramar a classe trabalhadora».

Sindicato vidreiro reage a comunicado do PS  
Não foi a nossa posição que mudou  
com as novas cores do Governo

Os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão «não lutaram por lutar», «fizeram-no e fazem-no independentemente de quem está no Governo, com o objectivo de viabilizar a empresa, garantir os seus postos de trabalho e os seus direitos», afirma o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, reagindo a declarações públicas do deputado Henrique Neto e da organização concelhia do PS.

O sindicato denuncia, em contrapartida, «a hipocrisia daqueles que, implícita e explicitamente, como Henrique Neto e o Partido Socialista,

porque lhes convinha, incentivavam e aplaudiam a luta dos trabalhadores da MP Roldão nos tempos do Governo PSD, mas que agora demagogicamente vêm levantar o fantasma dos 7 milhões de contos de dinheiro dos contribuintes, para justificar a decisão da necessidade da falência». O STIV «lamenta profundamente que aqueles que prometeram a viabilização da MP Roldão venham agora, demagogicamente, responsabilizar os trabalhadores e as suas organizações, branqueando a gestão de Carlos Antero e as responsabilidades políticas do anterior

Governo e, ao mesmo tempo, tentar fazer esquecer as responsabilidades que eles próprios e de livre vontade assumiram».

Na sequência da luta pela viabilização da MP Roldão, os trabalhadores concentraram-se sexta-feira junto do local onde decorria o V Congresso da Indústria de Moldes, aguardando a chegada do ministro da Economia. Foi então que Henrique Neto se dirigiu aos trabalhadores e sindicalistas «de forma desabrida e pouco responsável», refere o sindicato, anunciando que vai acionar um processo-crime contra o deputado, pelo seu comporta-

mento e pelas afirmações que terá então proferido e que são «bem reveladoras dos objectivos provocatórios» que estiveram na origem do incidente.

Hoje tem lugar, na Marinha Grande, a assembleia de credores definitiva da Manuel Pereira Roldão, que deverá decidir o futuro da empresa.

Anteontem, os representantes dos trabalhadores reuniram em Lisboa com o secretário de Estado da Indústria; as conclusões do encontro seriam analisadas quarta-feira de manhã, em plenário, que poderia decidir novas acções de luta contra a ameaça de falência.

Lista unitária é a que mais sobe  
nos Bancários do Sul e Ilhas

Nas eleições do passado dia 20, que se destinaram a escolher os delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas ao próximo congresso da UGT, a lista A (da tendência unitária) foi a que registou maior subida, tanto em número de votos como de eleitos, relativamente ao acto eleitoral que precedeu o congresso anterior. A lista apoiada pelo PSD perdeu mais de 700 votos (apesar do aumento do número de votantes) e 3 delegados.

Quando estavam por apurar os votos por correspondência, que ainda poderão ter alguma influência no resultado final, os números provisórios eram os seguintes:

- Lista A (unitária) - 5624 votos e 30 delegados (4371 votos e 22 delegados na eleição anterior)
- Lista B (PS) - 5964 votos e 32 delegados (4949 e 26),
- Lista C (PSD) - 3561 votos e 19 delegados (4215 e 22).

Das 39 secções de voto, a lista unitária foi a mais votada em 13, a socialista em 22 e a do PSD apenas em 4. A Lista A obteve maiores votações em quase todos os grandes bancos onde funcio-

nam estruturas representativas dos trabalhadores, particularmente em locais de trabalho centrais, enquanto a Lista B conseguiu melhores resultados nas mesas de voto regionais.

Dos 49309 associados do SBSI acorreram às urnas 16307.

## Vitória no BBI

Tomou posse anteontem a Comissão de Trabalhadores do Banco Borges e Irmão, onde uma lista unitária ficou a escassas dezenas de votos da maioria absoluta.

Nas recentes eleições, a lista unitária obteve 1115 votos (48 por cento) e 5 mandatos na CT. A lista apresentada pela tendência socialista elegeu 3 membros (633 votos e 27 por cento), tal como a lista dos TSD (esta com 583 votos e 25 por cento). Já nas anteriores eleições a lista unitária obtivera 44 por cento dos votos.



## Uma Associação por Adriano

No próximo dia 9 de Abril, se fosse vivo, Adriano Correia de Oliveira completaria 54 anos. Uma data que irá ser assinalada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, criado em Avintes em Outubro de 1995, com dois objectivos fundamentais: a criação de um centro de documentação sobre a vida e a obra de Adriano e a promoção de actividades artísticas, culturais e desportivas, "numa perspectiva de educação, formação e intervenção cívica".

A criação desta associação, como homenagem a Adriano, surge também como comunhão com os seus ideais, "na sua postura cívica e interventiva na sociedade, na valorização cultural do povo que cantava".

Serão considerados como sócios fundadores da associação todos os que façam a sua inscrição até 9 de Abril.

## Contra o racismo Acção Renascer

O Teatro Bar e o SOS Racismo vão levar à prática a *Acção Renascer*, projecto inserido na Quinzena da Juventude do Barreiro, no próximo sábado, nas Ruínas da antiga Fábrica de Cortiça. A iniciativa inclui, num bar com música ambiente, a actuação de malabaristas e cuspidores de fogo do Chapitô, um debate sobre Racismo/Xenofobia/Sociedade Multicultural, a apresentação de uma exposição sobre racismo, de par de uma outra sobre o teatro. E ainda - uma exposição de jovens pintores subordinada ao tema "Renascer", a pintura de um mural sob a mesma temática e a representação do espectáculo "3 personagens em busca do autor", em cenário natural e ao ar livre.

## Dia Nacional do Utente da Saúde

A Associação Nacional das Comissões de Base da Saúde e a União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes realizam hoje, dia 28, no Teatro Maria Matos, um debate sobre o tema "A saúde é um direito", como forma de assinalar o Dia Nacional do Utente da Saúde, que decorreu a 26 de Março.

As mesmas organizações divulgaram um Manifesto em que se sublinha a necessidade da participação da população na definição de uma nova política de saúde e se defende uma profunda reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde.

## Medalha para o povo de Timor-Leste

O grupo "Tortura Nunca Mais", do Rio de Janeiro, atribuiu uma das medalhas "Chico Mendes de Resistência 96" à luta do povo de Timor-Leste.

O grupo, uma organização brasileira, instituiu a medalha "Chico Mendes de Resistência" em 1989 e distingue anualmente 10 personalidades ou instituições latino-americanas que se tenham destacado ou morrido na luta pelos direitos humanos.

## Mensagem de diálogo no Dia do Teatro

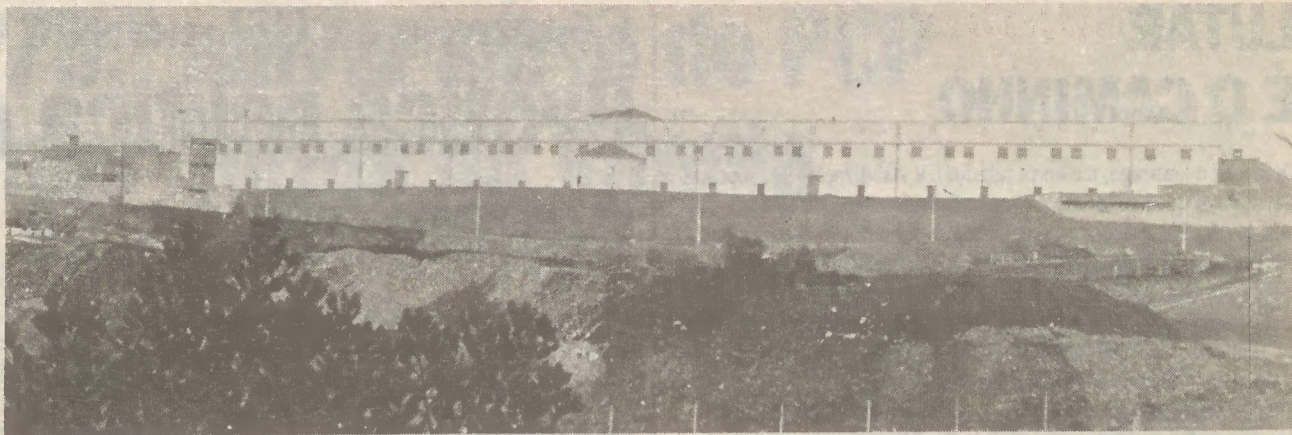
A "Sede de Diálogo" é o tema da mensagem do autor dramático sírio Saadalla Wannous alusiva ao Dia Mundial do Teatro, que foi assinalado quarta-feira em Portugal com espectáculos gratuitos nas principais salas do país.

Difundida pela Comissão Nacional da UNESCO, esta 35ª mensagem que assinala a efeméride - a primeira foi redigida pelo punho de Jean Cocteau, em 1962 - apela ao "recoo das tendências belicosas" das nações e seres humanos, apostando no "diálogo global, em pluralismo democrático".

O autor sírio considera que, "apesar de todas as revoluções tecnológicas, o teatro permanecerá um espaço modelar onde o homem reflete sobre a sua condição existencial e histórica". "A especificidade do teatro faz dele um campo singular onde reside a possibilidade, extensiva ao espectador, de vencer o seu isolamento e meditar sobre a condição humana, num contexto colectivo que desperta a sua pertença ao grupo e lhe ensina a riqueza da multiplicidade do diálogo num quadro festivo", salienta. E adianta: "Todo o tipo de diálogo liberta da tristeza da solidão e aguça a consciência comunitária, não sendo o teatro apenas uma manifestação da sociedade civil, mas antes um requisito imperativo para o desenvolvimento e progresso".

## Alqueva aguarda fundos da CE

A comissária europeia da Política Regional e Fundos de Coesão, Monike Wulf Mathies, afirmou, em Lisboa, que a decisão da



O Forte de Caxias

# As prisões e os limites para a demagogia

No reduto Norte de Caxias, duas alas ficaram destruídas e onze presos e um guarda prisional feridos. Consequência da expressão violenta de um protesto que envolve os reclusos de várias prisões, desencadeado pela exigência de uma amnistia mais abrangente, e que também reflecte a péssima situação que se vive nas prisões.

O Presidente do PP aproveitou entretanto a oportunidade para responsabilizar o PS e o PCP pela violência que deflagrou em Caxias.

Neste contexto, o "Avante!" pediu a Luís Sá, responsável na Comissão Política do PCP pela área das Liberdades, Direitos e Garantias, o depoimento que aqui publicamos.

O Presidente do PP, Manuel Monteiro, na sua ânsia de votos e com completa falta de escrúpulos, culpou no passado fim-de-semana, o PS e o PCP pelos motins nas prisões. Pretende assim, a despropósito, explorar a justa inquietação com um problema grave, e que é grave pela política de direita que ele próprio tem defendido. Esqueceu, ou talvez não, a péssima situação nas prisões. Esqueceu que o castigo da sociedade aos delinquentes não tem que ser confundido com desumanidade, ausência de formação profissional, direito à saúde e à prática desportiva, como é característico da política

de direita ao longo de uma década. Esqueceu que a única resposta social ao aumento da insegurança não tem que ser uma política criminal que passe pelo aumento desmedido das penas previstas no Código Penal, antes tem que resultar de um conjunto diversificado de medidas. A própria criação de outras condições sociais, com menos desemprego e menos marginalizados e excluídos será importante. Mas esta é uma questão supérflua para quem clama por menos Estado e pela limitação brutal das suas despesas, a não ser nas que estiverem ligadas com o reforço do aparelho repressivo.

Com efeito, pode pensar-se o que se quiser acerca da amnistia recentemente aprovada pela Assembleia da República na sequência da mensagem do ex-Presidente da República, Mário Soares. O que não se pode responsabilmente é ignorar que o crescimento exponencial da insegurança e da criminalidade é inseparável da política de direita que o PP quereria agravar. Não se pode igualmente esconder o deplorável estado das prisões portuguesas, de que um dos aspectos mais negativos é a sobrelotação, e que o PCP abordou ao longo dos anos em diversas iniciativas na Assembleia da República. Deve também ser lembrado o facto de a eficácia das acções de reinserção social dos delinquentes ser extremamente diminuta e de ser questionável a política de cumprimento de penas (se política existe). Também é inquestionável que se acumularam reivindicações sem resposta dos guardas prisionais, num quadro de mal-estar, que poderia ter explodido agora como noutra situação.

O que importaria neste quadro seria rectificar as políticas económicas e sociais de direita que contribuem para elevados índices de criminalidade; aumentar o investimento em instalações pri-

### Depoimento de Luís Sá

sionais para, em ritmo acelerado, aumentar a sua capacidade e humanizar as condições de vida nas prisões; investir na reinserção social dos delinquentes, o que significa o investimento a partir das próprias prisões, designadamente na formação cultural e profissional; assegurar uma revisão global da política de execução de penas, com juridicinalização de actos que devem deixar de ser administrativos e assegurando critérios de justiça.

A verdade é que a situação explosiva criada nas prisões foi criada, irrecusavelmente, pela política de direita. A grande questão é saber se as medidas recentemente anunciadas pelo Ministro da Justiça, e que têm naturalmente, o seu tempo próprio de implementação, não vão esbarrar com a política de forte contenção de despesas públicas do Governo, também aqui coincidente com a direita, e que decorre em grande medida dos critérios de cultura que favorece o crescimento da criminalidade não continuará a ser estimulado por essa mesma política do PS, que, nos aspectos económicos e sociais, se torna, em aspectos decisivos, coincidente com a da direita. Os índices de desemprego já conhecidos podem apontar nesse sentido.

## Mulher, Alentejo que futuro?

Ouvir diferentes opiniões e permitir um amplo debate sobre questões como o papel e a situação actual da mulher no Alentejo e o seu futuro a curto/médio prazo, foi tema do Encontro promovido pelo MDM, domingo passado, no Palácio D. Manuel, em Évora. Um tema tanto mais urgente quanto se trata de uma região em que a realidade socio-económica se traduz em números como 20% de desempregados, dos quais 67% são mulheres.

O debate - em que participaram mais de 250 pessoas, na sua maioria mulheres, e que contou com a presença do presidente da Câmara - centrou-se em torno de um documento de análise em que, de par de um sucinto balanço da evolução da situação da mulher, se aposta na procura de "caminhos conducentes a uma cada vez maior igualdade homem / mulher, no tocante ao ensino, ao emprego, à família, à sociedade em geral".

Nesta perspectiva, particular realce é dado à formação, informação e desenvolvimento económico, como "vias fundamentais para a alteração do estado actual das coisas".

Formação, nas suas várias vertentes, nomeadamente cívica, técnica e científica, por se revelar "um instrumento capaz de reestruturar a participação da mulher, a quantidade e a qualidade dos seus desempenhos e, consequentemente, aumentar o grau de auto-satisfação e de reconhecimento do mundo à sua volta".

Informação porque, "quando contínua, diversificada e aberta, permite a renovação e actualização permanente que conduz a posições privilegiadas de intervenção positiva e valorizada".

O documento debatido em Évora salienta ainda, como factor fundamental para a evolução

da situação da mulher, "a criação de novas estruturas de desenvolvimento económico que viabilizem uma mais adequada e justa repartição da riqueza nesta região, a criação de mais emprego e o aumento do nível médio de rendimento das mulheres".

No que respeita a perspectivas de futuro, o MDM considera "de toda a urgência a institucionalização das Regiões Administrativas". Um poder regional que "deverá corresponder a um novo estádio da democracia portuguesa" e junto do qual "deve ser reivindicado o direito de uma maior participação feminina".

O documento sublinha, por outro lado, "ser importante ter em conta outros factores de desenvolvimento integrado: novos cursos de nível técnico-profissional, médio e superior; plano de rega do Alentejo, criação de empregos e bem-estar social a ele apensos; incremento de infra-estruturas de apoio à infância e à terceira idade; educação familiar para a igualdade

de direitos e deveres no seio da família".

Nas conclusões aprovadas neste Encontro regional, refere-se a continuidade de problemas que "são sentidos pelas mulheres de um modo muito particular", como é o caso do desemprego, envelhecimento, carências de infra-estruturas de apoio à infância e à terceira idade, centralização de serviços de saúde. Problemas para que o actual governo começa a "tardar em acções concretas", em particular no que toca ao Plano de emergência para o Alentejo, rendimento mínimo, efectivo aumento das pensões de reforma.

Para "combater este estado de coisas", as mulheres presentes no Encontro propõem-se, nomeadamente, lutar pela institucionalização das regiões administrativas e assumir o princípio de uma região Alentejo, reivindicar o direito do MDM a ser parceiro social, reivindicar ainda uma "real igualdade de oportunidades homem/mulher, em todos os campos da vida".



## NACIONAL

Comissão Europeia relativamente à barragem do Alqueva, no Alentejo, será tomada em Junho deste ano.

Monike Mathies, que falava aos jornalistas no final de uma audiência com o Presidente da República, Jorge Sampaio, explicou que a Comissão só decidirá depois de conhecer o resultado dos estudos de impacte ambiental requeridos.

A comissão europeia, que visitou o local da barragem, considerou que o projecto do Alqueva é "importante", nomeadamente para o "desenvolvimento sustentado" da região alentejana.

Na audiência com Jorge Sampaio, a comissão discutiu a necessidade de haver planos de desenvolvimento regional integrados, e entre as grandes cidades e o mundo rural.

A importância da "reconciliação" entre os interesses económicos e as necessidades ambientais na elaboração dos planos de desenvolvimento, e a sua adequação aos critérios dos fundos estruturais, foi outro dos temas da audiência com Jorge Sampaio.

## O negócio da droga

O tráfico de drogas gera entre 500 mil milhões de dólares a um bilião de dólares de ganhos anuais e o volume de negócios das grandes organizações criminais atinge os 750 mil milhões de dólares.

De acordo com dados avançados por Umberto Santino, director do Centro Siciliano de Documentação (CSD), alguns institutos das Nações Unidas referem que o tráfico de drogas gera, anualmente, entre 300 a 500 mil milhões de dólares, enquanto o PNUCID - Programa das Nações Unidas para o Controlo Internacional de Drogas - fala em montantes entre 500 mil milhões de dólares e um bilião de dólares.

Santino acrescenta que, diariamente, nos mercados financeiros do planeta, registam-se cerca de um bilião de dólares de transacções, dos quais somente uma pequena parte representa verdadeiras operações de câmbios.

Outra parte é constituída por capitais flutuantes, com o objectivo de alcançar maior rentabilidade, e uma parte indeterminada formada por capitais ilegais.

A liberalização da circulação de capitais, a constituição de grandes mercados regionais, como a União Europeia, e a mundialização dos mercados financeiros aumentam as possibilidades de simbiose entre dinheiro próprio e "sujo", considera o responsável italiano.

A mundialização do capitalismo e as políticas aplicadas pelos organismos internacionais (ajustamentos estruturais, desmantelamento de sectores económicos, privatização de bens públicos, desemprego, liberalização cambial) aumentam, segundo Santino, os desequilíbrios territoriais e as diferenças sociais, oferecendo consideráveis vantagens aos capitais ilegais.

## Quercus defende um plano nacional para a água

A Quercus vai apresentar um protesto formal junto do Governo espanhol e da UE, a propósito das "posições perigosas" de Espanha relativamente à água ibérica.

Em conferência de imprensa, o presidente da organização ambientalista, José Manuel Palma, criticou também o Governo português por não ter "uma estratégia eficiente para lidar com o problema" e defendeu que Portugal deve "obrigar o Governo espanhol a cumprir os acordos já existentes e a responder às posições apresentadas" por Lisboa, antes de começar a negociar com a UE dinheiro para o plano de barragens.

A Quercus criticou também a inexistência de Planos de Bacia Hidrográfica e de um Plano Nacional da Água, que já deviam estar concluídos e que ainda nem começaram a ser feitos.

"A administração de recursos hídricos em Portugal está de rastos. Seis anos depois da lei da água, não existem relatórios da vigilância da qualidade da água pelo Ministério da Saúde, as Direcções Regionais não fazem relatórios da qualidade da água bruta superficial para consumo humano e não existe uma estrutura sólida da aplicação do princípio do poluidor pagador", frisou a Quercus. Na conferência de imprensa, a organização defendeu que a gestão da água seja feita por bacia hidrográfica, que sejam criadas Agências de Bacia e que seja o Instituto da Água a coordenar o processo sobre o Plano Nacional da Água.

## Declaração dos Verdes sobre racismo e floresta

O Grupo Parlamentar de "Os Verdes" fez uma declaração política, a semana passada, na Assembleia da República, sobre o dia mundial da floresta e o dia internacional contra o racismo.

Nesta declaração, a deputada ecologista Heloísa Apolónia, focou a situação que se vive no nosso país, e em particular a devastação da floresta, mercê da introdução intensiva de espécies de crescimento rápido, os incêndios florestais, a não reflorestação das áreas ardidas, os abates ilegais de árvores e a desarborezação das zonas ribeirinhas e sua relação com as cheias.

No que se refere ao racismo, salientou as "muitas atitudes racistas que ocorrem diariamente" no nosso país.

# Sonhar, Viver, Intervir, Construir

## Breve introdução a três documentos

■ Manuel Gouveia

O V Congresso da JCP entra agora na sua fase decisiva: a discussão colectiva dos projectos de documentos em toda a organização. Até dia 5 de Maio, serão centenas as reuniões e discussões colectivas que, em colectividades de base, em plenários ou debates temáticos, se debruçarão sobre os documentos, enriquecendo-os, e dando forma à extraordinária democracia que caracteriza os Congressos dos comunistas.

Um processo que fará jus, seguramente, ao lema do Congresso - **Sonhar, Viver, Intervir, Construir**. Porque na JCP o Sonho tem um lugar de relevo, mas o Sonho ligado à Vida, animando a nossa intervenção diária, um sonho para construir. Uma JCP que, animada pelo ideal e pela confiança revolucionária, faz da sua ligação aos jovens e ao movimento juvenil, do seu compromisso permanente com os direitos, as aspirações e anseios da juventude, a força motriz para a vitória do projecto revolucionário dos comunistas.

### A Mudança constrói-se na luta

Se procurarmos um grande denominador comum para a Resolução Política, esse é exactamente, e não por acaso, o lema que lhe serve de título: **A Mudança constrói-se na luta!**

Ao longo dos seus cinco capítulos - Análise da situação internacional, Análise do processo de integração europeia, Análise da situação social e política nacional, Análise da situação da juventude e seus movimentos, Objectivos e linhas de intervenção da JCP - passa uma confiança lúcida na capacidade da juventude e dos povos construir um mundo diferente e melhor. É lúcida porque nasce da perfeita compensação das dificuldades que hoje se colocam ao desenvolvimento da luta revolucionária, mas também das possibilidades (e urgências) para que essa luta se desenvolva. Lúcida também porque, ao apontar claramente as grandes contradições do nosso tempo, entre o imperialismo e os povos, entre o capital (e os governos, como o de António Guterres, ao seu serviço) e os trabalhadores, coloca a confiança no transformar positivamente as condições de vida do nosso povo, de construir a mudança, nas mãos do povo e da sua suprema forma de participação democrática nas sociedades de hoje: a luta!

### Pela Esquerda é que vamos

Novamente o título define a linha de força de um documento. A Base Programática da JCP "**Pela Esquerda é que vamos!**" apresenta as reivindicações e propostas concretas dos jovens comunistas para a política necessária para a resolução dos grandes problemas da juventude e concretização dos seus direitos, aspirações e anseios. São quase trezentas propostas, nas mais diversas áreas, que são a demonstração de um caminho urgente e possível, radi-

calmente diferente do seguido pelo actual e anterior governo, um caminho pela Esquerda, o caminho da juventude e dos trabalhadores. Esta Base Programática, ainda certamente enriquecida pela discussão no quadro preparatório do Congresso, será um instrumento fundamental para a actividade futura da nossa organização, não apenas pela sua transformação em projectos de lei na Assembleia da República, mas igualmente por se assumir como o grande cartão de visita da JCP, dando corpo no plano do concreto aos grandes ideais que nos animam, e apontando objectivos de acção e luta para os jovens comunistas.

### Viver e transformar a Vida

Pela primeira vez num Congresso da JCP, um Manifesto, documento que procura ser clarificador de posições ideológicas e galvanizador para a acção e inter-



venção revolucionária, é colocado à discussão no quadro preparatório do Congresso. Ao fazê-lo, a Direcção Nacional dá resposta à necessidade de incrementar a formação ideológica no seio da nossa organização e a afirmação e combate ideológico na nossa acção junto da juventude. Assumindo como lema "**Viver e transformar a Vida!**", o lema da nossa Campanha de Afirmação, a sua linha de força está resumida no apelo final que nos

lança: "**É nesta luta, numa luta difícil, mas necessária e apaixonante, que apelamos à tua participação, numa acção revolucionária denunciadora da incapacidade de soluções do sistema capitalista e que combata por uma nova sociedade, onde não haja lugar para a exploração do homem pelo homem, onde o homem consciente e livre participe na construção do seu futuro - na construção do socialismo, do comunismo.**"

## JCP prepara Congresso

### Reunião de balanço em Lisboa

Críticas ao actual governo, solidariedade com as lutas de trabalhadores e uma avaliação positiva da Campanha de Afirmação, lançada no quadro da preparação do V Congresso da JCP, foram alguns dos pontos em debate na reunião da Comissão Distrital de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa.

As críticas centram-se, em particular, no Orçamento de Estado para 1996, marcado pelos critérios de Maastricht, em detrimento da resolução dos problemas das populações e da satisfação das necessidades de desenvolvimento do nosso país, e no projecto de revisão constitucional, designadamente no que respeita à revisão das leis eleitorais.

As "medidas pontuais divulgadas pelo governo para o combate ao desemprego" e as recentes medidas "no que respeita ao acesso ao Ensino Superior", são igualmente alvo da apreciação crítica da JCP.

Neste encontro, a Comissão Distrital de Lisboa salientou as realizações em torno do Dia do Estudante e da Juventude e do Dia Mundial contra a Discriminação Racial, e saudou o 50º aniversário da criação do MUD Juvenil.

No quadro da preparação do V Congresso, sublinha-se em particular a Campanha de Afirmação, "a decorrer de forma positiva, com a realização de debates, convívios e distribuição

e afixação de propaganda", apesar de "prejudicada com o facto de, no concelho de Oeiras, terem sido retirados cerca de 200 pendões, pela Câmara Municipal deste concelho".

### Encontros em Portalegre e Avis

Realizaram-se no sábado passado, dia 23, dois encontros de Jovens Comunistas, em Portalegre e Avis, com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP e membros da Direcção Nacional da JCP.

Nestes dois encontros, que se inserem no quadro preparatório do V Congresso da JCP, foram temas de debate: o novo Regime de Acesso ao Ensino Superior; problemas relacionados com o emprego; a situação do Ensino Superior; a Regionalização; o 75º aniversário do PCP e a actualidade do ideal comunista.

### Um brinquedo para Cuba

*Um brinquedo para Cuba* - campanha de solidariedade promovida pela coordenadora concelhia de Sintra da JCP, que decorre até ao fim do próximo mês de Abril.

Os brinquedos podem ser entregues no centro de trabalho do PCP no Concelho ou na sede nacional da JCP.

CONGRESSO  
JCP  
18/19 de Maio • LISBOA



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Prosseguir a luta



O líder do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, afirmou no Parlamento "não haver solução para o grave problema do desemprego"

enquanto o actual Governo prosseguir a mesma política económica adoptada pelo PSD, deixando ainda a advertência de que "a luta dos trabalhadores pelos seus direitos prosseguirá nas empresas, nos sindicatos e, se necessário, na rua". Octávio Teixeira respondeu assim, na semana transacta, a uma intervenção proferida momentos antes, no período antes da ordem do dia, pela deputada do PS, Elisa Damião, de quem partiram acusações caluniosas ao PCP por aquilo que considerou a sua ajuda ao "esquecimento colectivo das responsabilidades do PSD na desregulação do mercado de trabalho" e, por, alegadamente, se preparar para demonstrar, em "levantamentos sociais sem autenticidade, que prefere o PSD no Governo". Refutando todas as acusações, Octávio Teixeira, na réplica à deputada do PS, perguntou ainda "quais são as grandes diferenças entre aquilo que foi anunciado e aquilo que são os grandes pacotes do PSD para combater o desemprego", evidenciando por último o facto de o Governo estar a "defraudar as esperanças dos trabalhadores".

## Conselho de Educação



Teresa Ambrósio, indicada pelo PS para presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), não conseguiu, faz hoje oito dias, ser eleita na Assembleia da República para aquele órgão, por não ter recolhido a maioria absoluta dos votos. Teresa Ambrósio obteve 101 votos a favor, 50 contra, duas abstenções, dois votos brancos e cinco nulos. O PSD tinha previamente anunciado que votaria contra o nome indicado pela bancada socialista, por considerar que não tinha o perfil adequado para o cargo. Todos os restantes membros indicados pela Assembleia da República foram eleitos, a saber: o sociólogo Augusto Santos Silva, indicado pelo PS; Joaquim Azevedo, indicado pelo PSD; o advogado e deputado Sílvio Cervan, indicado pelo PP; o ex-deputado Paulo Rodrigues, indicado pelo PCP; e Joaquim Bonifácio, indicado pelo Partido "Os Verdes".

## Diplomas aprovados



A Assembleia da República aprovou, na passada semana, em votação final global, o diploma apresentado pelo PS que

reforça as competências do Conselho de Fiscalização do SIS (Serviço de Informações de Segurança).

O diploma foi aprovado apenas com os votos favoráveis do PS, a abstenção do CDS-PP e os votos contra do PSD, PCP e Partido "Os Verdes".

Aprovado ainda, mas por unanimidade, foi o diploma que estabelece o alargamento do regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos. Trata-se de um projecto apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em alternativa à proposta de lei do Governo, que acabou por ser retirada na sequência de "dúvidas sobre a constitucionalidade" de parte do seu articulado.

# Luís Sá sobre a revisão do Tratado da União Europeia

## Não à "Europa Federal"

## Sim à Europa social e do emprego

O Grupo Parlamentar do PCP opõe-se a qualquer iniciativa tendente a dar novos passos no sentido da "Europa Federal" e reclama que, no centro das suas preocupações, a Europa eleja a política social e o emprego. Defendida pelo deputado comunista Luís Sá, esta posição foi expressa ontem, na Assembleia da República, no decorrer do debate de urgência sobre a revisão do Tratado da União Europeia.

Acusando a Comunidade Europeia e a "burocracia comunitária" de terem como objectivo permanente - embora não declarado e assumido - a referida "Europa Federal", Luís Sá declarou que a transposição desta doutrina para a Conferência Intergovernamental de 1996 implicaria discutir, em termos "irreversíveis", "novas transfe-

rências de poderes dos Estados para a CE, designadamente na política externa, de defesa, de administração interna e justiça".

Manifestando a sua frontal oposição a um tal desiderato, o parlamentar do PCP observou que, ao contrário, o que deve estar presente neste debate são questões como a moeda única,

a União Económica e Monetária, a Política Agrícola Comum ou a Política comunitária de Pescas - matérias que não devem ser "intocáveis", sublinhou - e que devem assumir "um lugar central no debate e nas posições do Governo português".

Reportando-se às afirmações do Primeiro-Ministro proferidas em Bruxelas e Madrid sobre a moeda única e o emprego - recorde-se que António Guterres afirmou na Cimeira de Madrid que "tu és

euro e sobre esta pedra erguerá a integração europeia"; mas não disse, como observou Luís Sá, "tu és emprego e sobre esta pedra desenvolver-se-á a integração europeia" -, o deputado comunista sublinhou a este propósito que quem queira colocar em primeiro plano o emprego e os objectivos sociais não poderá fazê-lo apenas em palavras, ou seja, deverá assumi-lo em actos, actos estes que terão de passar necessariamente por "aceitar a revisão da União Económica e Mone-

tária", dos seus "prazos, metas e objectivos."

"Não aceitamos passivamente que o mercado interno, a moeda única, a União Económica e Monetária e tudo o que interessa ao grande capital tenha prazos e metas claramente definidos - enfatizou Luís Sá -, enquanto que objectivos que constam dos tratados, como a coesão económica e social, o desenvolvimento harmonioso, a igualização no progresso e nas condições de vida e de trabalho são claramente preteridos".

## Código Cooperativo

## Não à gula dos grandes grupos

Baixaram à comissão especializada, depois de aprovados na generalidade, os projectos de lei do PSD e do PS sobre o Código Cooperativo. Em debate faz hoje oito dias, o projecto do PSD retoma no fundamental as mesmas medidas por si preconizadas em diploma elaborado enquanto foi Governo, o qual, recorde-se, acabaria por não ser promulgado pelo Presidente da República devido às suas graves inconstitucionalidades.

Nos seus objectivos, como alertou o deputado Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, que votou contra o diploma, a bancada laranja visa criar um quadro normativo que abra as portas do sector cooperativo ao domínio de "grandes interesses económicos privados, estranhos ao primado da solidariedade, da cooperação e da união voluntária de pessoas para satisfazer as suas aspirações e necessidades comuns económicas, sociais e culturais".

Uma leitura diferente tiveram os deputados do PCP no que se refere ao diploma do PS - e por isso o votaram favoravelmente -, em relação ao qual, foi dito, nada de essencial há a objectar, sem prejuízo de se considerar que o mesmo poderá vir a ser melhorado na especialidade.

Definindo a posição do Grupo comunista, Lino de Carvalho referiu, em síntese, que o que falta ao sector cooperativo não é um novo Código, mas sim "políticas de apoio no âmbito financeiro, fiscal, técnico e administrativo".

"O que falta são políticas opostas àquelas que o PSD prosseguiu durante anos e anos - concluiu Lino de Carvalho -, que limitaram os benefícios fiscais do sector, que não criaram nenhum quadro de acesso ao crédito em condições adequadas à especificidade e princípios do sector, que não facilitaram a criação e o desenvolvimento de cooperativas".

## Venda da rede de sinal da TVI

## Um "negócio" pouco claro

A formação parlamentar comunista requereu com carácter de urgência a presença do ministro do Equipamento Social, João Cravinho, na Assembleia da República, para esclarecer a anunciada venda por um valor de entre cinco a seis milhões de contos da rede de distribuição de sinal da TVI (RETI) à Portugal Telecom.

Os comunistas pretendem ver debatido, na Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente, concretamente, os termos que presidem a um «negócio» manifestamente patrocinado pelo Governo que, do seu ponto de vista, está rodeado de "contornos bem pouco claros" e que, a concretizar-se, representaria o "lançar de uma bóia de salvação" por parte da Portugal Telecom - uma empresa estratégica de telecomunicações em que

## "Doença das vacas loucas"

## Urgem os esclarecimentos

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de uma audição parlamentar destinada a apurar a dimensão no nosso país da denominada "doença das vacas loucas". Trata-se sobretudo de averiguar quais as eventuais consequências decorrentes desta situação para a saúde pública, importando saber, simultaneamente, quais as medidas tomadas ou a tomar para a sua contenção.

Com esta iniciativa, adoptada no momento em que crescem entre os agricultores e os consumidores em geral fundadas preocupações quanto ao alcance e aos efeitos da doença (encefalopatia espongiforme dos bovinos), o Grupo comunista pretende assim contribuir para o cabal esclarecimento da verdade, em ordem a esclarecer e tranquilizar os portugueses.

Estas reacções de inquietação são perfeitamente compreensíveis se atendermos ao recrudescimento das notícias sobre a doença ou se nos lembrarmos do ocorrido em 1993, na

Assembleia da República, quando o PSD tentou ocultar ou minimizar o assunto, no âmbito de uma audição parlamentar então realizada, mesmo quando os factos já eram por de mais evidentes.

Com todos estes factos presentes na memória nada mais natural, pois, que a recente medida de suspensão das importações de carne de vaca do Reino Unido tomada pelo Governo tenha agravado as suspeitas generalizadas sobre a possibilidade de existência de casos confirmados em Portugal.

Tudo razões adicionais, por conseguinte, para a oportunidade e justiça da audição parlamentar proposta pelo Grupo comunista, que, entre outras entidades, sugere que sejam ouvidos os departamentos da Administração Pública relacionados com a investigação veterinária, especialistas veterinários, Ordem dos Veterinários, confederações agrícolas e ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural.

## Em causa as privatizações

## Governo escancara as portas aos estrangeiros

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a ratificação do decreto-lei que abre as portas das privatizações aos grandes grupos estrangeiros da União Europeia. Contestado pelos comunistas é o facto de este diploma - ao excluir na sua aplicação os estrangeiros naturais ou com sede em países da União Europeia - subver-

ter os limites impostos pela legislação à participação de estrangeiros no âmbito do processo de privatizações.

Por outras palavras, como assinala o Grupo comunista no seu pedido de ratificação, "este decreto-lei escancara as portas das privatizações a estrangeiros... da União Europeia", evi-

denciando, ao mesmo tempo, uma vez mais, que o argumento quanto a um alegado «reforço da capacidade empresarial nacional» mais não é, afinal, do que um pretexto para «fazer passar o nefasto processo de privatização de empresas públicas», como já sucedera com o pretexto do «capitalismo popular» ou como continua a ser com os «prejuízos» das empresas públicas.

Invocada pela bancada do PCP, noutro plano, é também a circunstância de o diploma governamental incidir sobre meios de produção - que carece da autorização legislativa da Assembleia da República.

Com efeito, a Constituição incluiu na reserva de competência do Parlamento (artigo 168.º, nº 1) a legislação sobre «meios e formas de intervenção, expropriação, nacionalização e privatização dos meios de produção...» e a verdade é que tal autorização da Assembleia não foi concedida ao Governo.



## INTERNACIONAL

## Bósnia

## A lógica da separação

A França ameaça rever a sua participação no processo de pacificação em curso na Bósnia se se mantiver a tendência de «desvio» deste processo de «uma lógica de paz para uma lógica de separação».

O alerta foi feito pelo ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hervé de Charette, em Moscovo, à margem da reunião do Grupo de Contacto sobre a ex-Jugoslávia, no passado fim-de-semana.

«Lanço um apelo a todas as partes para que assumam as suas responsabilidades», disse o ministro, afirmando que a «França não se associará muito tempo à acção em curso».

Os governantes franceses «estão inquietos face ao desvio que se verifica dia a dia na Bósnia, que faz passar da lógica de paz para a lógica da separação, podendo dar lugar a novas tensões e a graves perigos para o carácter duradouro que queremos imprimir à paz», disse Charette, citado pela agência Lusa.

«Assistimos a um verdadeiro desvio em todos os aspectos do

processo», frisou o chefe da diplomacia francesa, acrescentando que «se as coisas continuarem neste caminho, as eleições não passarão de simples formalidade».

Recorda-se que as eleições na Bósnia estão previstas, em princípio, para Setembro.

«A depuração (étnica) prossegue sob o olhar indiferente da comunidade internacional», acrescentou Hervé de Charette, a propósito da evacuação das populações que não admitem ficar nas zonas confiadas a nova administração.

«O dispositivo militar de interposição está efectivamente



O dispositivo militar na Bósnia não impede que a «lógica de paz» se esteja a transformar numa «lógica de separação»

instalado mas o resto marca passo», observou o ministro.

Os aspectos civis da aplicação dos acordos de paz na Bósnia, oficialmente assinados a 14 de Dezembro de 1995, em Paris, revelam-se cada vez mais difíceis de aplicar e a partilha étnica está a transformar-se numa realidade que nada augura de bom para o futuro próximo. A força multinacional (IFOR) de 60.000 homens, encarregada de assegurar o pleno respeito da aplicação dos acordos de paz, estabeleceu uma linha de separação entre a Federação croato-muçulmana, que ocupa 51 por cento do território bósnio, e a República Sér-

via, à qual foram atribuídos os restantes 49 por cento.

A partir de 20 de Março, as duas entidades políticas passaram a ter jurisdição exclusivamente nas suas fronteiras internas, o que provocou um verdadeiro êxodo das populações receosas de ficar sob o domínio de entidades de etnia diferente.

Entretanto, o tribunal penal internacional (TPI) para a ex-Jugoslávia anunciou a semana passada a incriminação de três muçulmanos bósnios, o que acontece pela primeira vez, e de um croata da Bósnia, todos acusados de crimes de guerra contra sérvio-bósnios.

Os pronunciados foram responsáveis pelo campo de internamento de Celebici (Bósnia central) e são acusados de envolvimento em casos de homicídio, tortura, violação de mulheres detidas, agressões e tratamento desumano ali registados entre a Primavera e o Inverno de 1992.

Estas incriminações são encaradas como uma forma de tentar silenciar as críticas sérvias de que o TPI não é imparcial, mostrando-se mais predisposto a condenar os sérvios.

Dos 53 suspeitos indiciados antes dos despachos agora anunciados, 46 são sérvios e os outros sete são croatas.

## Eleições no Ulster

O Sinn Fein admite a possibilidade de intervir nas eleições de Maio, no Ulster, com vista à abertura de negociações multipartidárias para fazer sair do impasse o processo de paz na Irlanda do Norte. O sinal de abertura foi dado pelo Congresso da organização, realizado em Dublin no passado fim-de-semana, numa clara tentativa para restaurar a sua credibilidade como interlocutor político no processo de paz, depois da ruptura do cessar-fogo do IRA no mês passado.

As eleições de 30 de Maio no Ulster, convocadas por Londres, visam escolher um total de 110 representantes entre os quais serão escolhidos os negociadores que participarão, a partir de 10 de Junho, na mesa-redonda multipartidária.

O Sinn Fein está habilitado a concorrer às eleições e a integrar o Forum eleito, mas a sua participação nas negociações está condicionada ao «restabelecimento absoluto e inequívoco do cessar-fogo», informou o governo britânico.

O congresso - ensombrado pelo anúncio de que o INLA (Exército Nacional de Libertação Irlandês), que observava um cessar-fogo de facto, vai retomar as acções militares e colocou as suas unidades em estado de alerta - reafirmou o apoio na liderança de Gerry Adams e Martin McGuinness.

O INLA, grupo dissidente do IRA, justificou o fim das tréguas com a ausência de progressos no processo de paz e «as actividades do exército britânico e da polícia» no Ulster.



## Delegação Sandinista recebida pelo PCP

Victor Hugo Tinoco, Secretário para as Relações Internacionais da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e Humberto Avilez, encontraram-se com Albano Nunes, membro do Secretariado do CC do PCP, Carlos Aboim Inglês, da Comissão Central de Controlo, e Jorge Cadima. A delegação nicaraguense deslocou-se a Portugal a convite do PCP, no quadro das relações de amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos, tendo também participado num debate organizado no Barreiro pela respectiva Comissão Concelhia do PCP.

## PCP defende direitos dos emigrantes

O VI Congresso da Federação da Comunidade Portuguesa na Holanda realizou-se no passado fim-de-semana, numa altura em que cresce o poder das transnacionais e dos mercados financeiros, em que são postos em causa direitos sociais dos trabalhadores e em que o desemprego continua a aumentar (na UE atinge os 20 milhões).

«O PCP está ao lado daqueles que lutam contra esta «construção da Europa» ao serviço da alta finança e dos grandes grupos económicos, e querem construir uma Europa dos povos, do emprego e do progresso social, onde todos tenham lugar onde quer que se encontrem» - lê-se na saudação do PCP ao Congresso onde se fez representar por João Armando, membro da Direcção da Organização na Emigração do PCP, e Sérgio Ribeiro, euro-deputado comunista.

Para inverter esta «marcha forçada pelos países mais desenvolvidos», os comunistas apontam como medidas urgentes «recolocar no centro da política europeia as questões sociais e do exercício da cidadania, com a defesa do aumento real dos salários e das pensões e o melhoramento dos serviços públicos. Exigem-se, também, mudanças nas orientações neoliberais, imprimindo novas prioridades na utilização dos recursos financeiros e reabilitando as políticas agrícolas e produtivas».

A nota do PCP refere ainda a emergência das organizações sociais dos emigrantes através da «vontade popular e da necessidade dos trabalhadores organizarem os seus tempos livres, de promoverem a língua e a cultura portuguesas, mas também para intervirem junto das autoridades oficiais na defesa dos seus direitos sociais e políticos».

## Greve na Índia

A central sindical indiana, CITU, promoveu recentemente uma greve contra a lei EPF, que visa reduzir para metade os Fundos de Pensões, com assinalável êxito a nível nacional. Em Deli, a greve foi quase total, bem como nas cidades industriais de Madras, Bangalore, Hyderabad, Calcutá, Ernankulam, Durgapur, Guwahati, Chaziabad e Kampur. Em muitas destas localidades foram organizadas manifestações em que participaram largos milhares de trabalhadores.

O esquema EPF é um atentado contra os Fundos de Pensões: apesar da garantia mínima de 500 rupias, esta lei refere-se

apenas aos trabalhadores que têm um esquema de pensão familiar e se retirarão antes do ano 2000. Estes funcionários terão de ter 58 anos de idade e ter completado 24 anos de serviço.

Inicialmente, surgiram algumas dúvidas quanto à viabilidade da greve, devido ao facto de alguns sindicatos apoiarem a medida governamental. Contudo, esta divisão interna no movimento sindical não impediu o sucesso da iniciativa a que se juntaram centenas de importantes sindicatos como Ashok Leyland de Madras, Bata Union de Calcutá e HAL de Lucknow.

## Rússia

Guennadi Ziouganov, o líder comunista russo, garantiu que que tinha sido «evitado» um golpe de Estado na semana passada, na Rússia, graças aos ministros do Interior e da Defesa. Quanto à resolução da Duma sobre o restabelecimento da ex-URSS, Ziouganov considera que se trata de «restaurar a vontade do povo», permitindo, ao mesmo tempo, intensificar «as relações entre as antigas repúblicas soviéticas».

## Ambiente

Todos os anos, 50 mil espécies de plantas e animais desaparecem devido à desflorestação (que ocorre a uma média superior a 250 mil hectares por semana). Com estes números assustadores, o Fundo Mundial para a Defesa da Natureza comentou a inércia dos 53 governos, reunidos em Genebra no âmbito do Painel Intergovernamental da ONU. Os grupos de pressão política, em especial os madeireiros e os industriais, são apontados como os grandes responsáveis pela simples «retórica» que os representantes governamentais assumiram.

O sobreconsumo no Ocidente industrializado é outra das preocupações dos ambientalistas. «Os norte-americanos consomem 40 por cento mais recursos do mundo do que o africano ou o indiano médio, e os europeus 20 vezes mais. Temos a tendência para culpar a sobrepopulação dos países subdesenvolvidos pela desflorestação, mas não é verdade», afirmaram os ecologistas.

## Taiwan

Lee Teng-Hui venceu as eleições presidenciais em Taiwan, com 53 por cento dos votos. Peng Ming-Min, que defende a independência da ilha, ficou em segundo lugar, com 21 por cento. Entretanto, a China anunciou o fim das manobras militares no Estreito de Taiwan, reafirmando que defende a «reunificação pacífica» da ilha, segundo a mesma fórmula adoptada para Macau e Hong Kong, mas «não renuncia ao uso da força».

## República

## Checa

130 mil funcionários dos serviços de saúde da República Checa estiveram em greve na segunda e na terça-feira, como forma de protesto contra algumas medidas anunciadas pelo governo, nomeadamente o pagamento dos serviços baseados em acordos com cada hospital e não à escala nacional como até agora se verificava.

## Grécia

A recente luta dos trabalhadores da construção civil gregos já deu frutos. O Governo anunciou que irá fazer concessões especiais face às exigências, após diversas manifestações em vários pontos do país onde participaram milhares de pessoas. Os trabalhadores anunciaram que, caso estas medidas não sejam tomadas até Abril, irão proceder a mobilizações ainda mais dinâmicas.



75 anos do PCP em Coimbra

# Uma voz imprescindível ao serviço do povo

Texto: Carlos Nabais  
Fotos: Sérgio Moraes



Única força política organizada e activa durante o regime fascista, o PCP continua a ter hoje um papel insubstituível no distrito de Coimbra, onde se destaca pela firme defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, cujos problemas conhece em profundidade, sendo portador de propostas concretas para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida na região. Na base disto está a intensa actividade que a DORC desenvolve, e onde se destaca um conjunto de debates internos sobre diversos temas como a juventude, regionalização, problemas do movimento sindical, questões europeias e outras, muitos dos quais já se realizaram estando outros calendarizados para os próximos meses. Provando que está aberta à sociedade e interessada no diálogo com todos, a ORC

promove nos próximos meses Abril, Maio e Junho, uma série de sessões públicas sobre «Os 20 anos da Constituição da República», «Infra-estruturas e obras públicas», «Capitalismo contemporâneo e as questões sociais», e «Os problemas do ambiente, hoje». Para o dia 11 de Maio, foi já anunciado o Encontro Distrital da CDU dedicado à preparação das próximas eleições autárquicas, enquanto que, em 28 de Junho, os comunistas reeditam em Coimbra «A esquerda é uma Festa», no âmbito da qual tem lugar diversas manifestações de carácter político e cultural. Refira-se ainda que já saiu o número zero do boletim da DORC «Informar», o qual incluiu um interessante artigo sobre a história do Partido em Coimbra. É com esta forte presença política que a Organização Regional pretende marcar as comemorações dos 75 anos do PCP no distrito, onde um extenso programa de iniciativas de aniversário, que cobre 13 concelhos, culmina amanhã com

um grande comício, em que participa Álvaro Cunhal, na Praça da República. Neste local, concentraram-se ao longo desta semana várias realizações, aproveitando para o efeito uma grande tenda que a organização ali montou. Inaugurado na passada segunda-feira, o espaço tem um pequeno palco e equipamento de som, albergando uma exposição evocativa do aniversário do Partido, composta por vários painéis e vitrinas, bem como uma banca de venda de livros. Ali estiveram, ontem, os «Jahlú e os Sond System» e os «Eden» num espectáculo promovido pela JCP de Coimbra, seguindo-se nos próximos dias outras iniciativas. A inauguração foi marcada com um jantar volante, em que participaram mais de centena e meia de pessoas, destacando-se a presença de vários dirigentes do Partido, intelectuais comunistas de grande prestígio e muitos jovens a dar sinal de uma JCP dinâmica e em crescimento.

Entre alguns convidados, a reportagem do «Avante!» foi encontrar dois timorenses. António Ramos e Lino Freitas, ambos membros da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENTEL), que se refugiaram no nosso país, após terem participado no assalto à Embaixada dos EUA, em Jacarta. São hoje estudantes em Coimbra, e juntamente com vários outros timorenses colaboram activamente com a organização da JCP, que os convidou para aquela ocasião. Entretanto, o convívio prosseguia num tom alegre e em amena cavaqueira, sabendo-se que a noite não acabaria ali. Por volta da dez da noite, Domingos Oliveira, membro do CC e da DORC, subiria ao palco para fazer uma saudação ao aniversário do PCP. Seguiu-se um momento de poesia, em que os actores Fernando Taborda, Rui Damasceno e Vítor Torres, todos da Cooperativa de Teatro Bonifrates, declamaram poemas de Joaquim Namorado. Estávamos em Coimbra e foi com mais encanto que nos despedimos.



O extenso programa de iniciativas de aniversário, que cobre 13 concelhos, culmina amanhã com um grande comício, em que participa Álvaro Cunhal. Na tenda montada na Praça da República, está patente uma exposição que foi inaugurada, na passada segunda-feira, com um jantar volante em que estiveram mais de 150 pessoas



## Do comício à manifestação

Advogado, militante comunista desde 1946, Alberto Vilaça integra a Direcção Regional de Coimbra, tendo desde há muito o gosto pela pesquisa histórica, sobretudo de coisas do Partido. Já com um livro de memórias publicado, ultima

A obra surgiu depois de uma aturada investigação e versa sobre a organização e actividade do PCP naquele período. Segundo nos adiantou o camarada Vilaça, o livro faz algumas revelações, sustentando nomeadamente que o primeiro órgão oficial de imprensa do Partido em todo o país surgiu no distrito de Coimbra sob o título «O Alarime».

Embora o volume não integre episódios pessoais, Alberto Vilaça acedeu à nossa curiosidade e

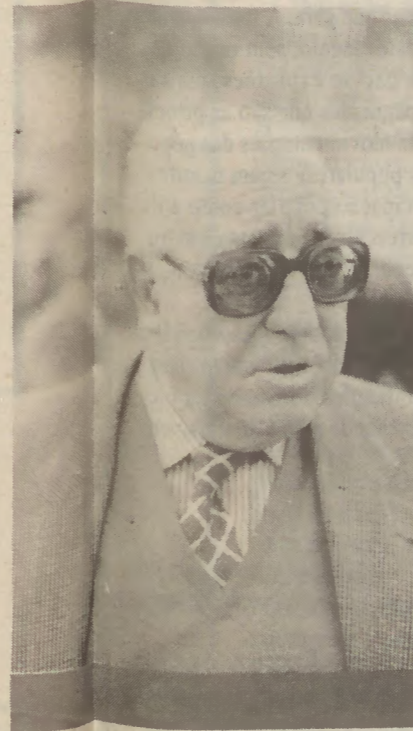
recordou uma das muitas histórias que guarda da luta antifascista.

Estava-se em 1961, em plena campanha eleitoral, e os democratas de Coimbra anunciaram uma sessão de propaganda no Teatro Avenida. Contudo, para que a sua realização fosse possível era preciso a autorização do Governo Civil, o qual, por sua vez, exigia um visto da Inspeção Geral dos Espectáculos.

Os dinamizadores da sessão, nos quais estava Alberto Vilaça, chegaram a deslocar-se a Lisboa, mas até ao dia do comício não foi possível obter a autorização. «Para nós era claro que o comício não se realizaria, mas decidimos não anunciar o seu cancelamento para provocar uma concentração às portas do Teatro que espontaneamente se transformaria em manifestação.» Isto, é claro, não sem a ajuda de alguns camaradas que no meio da multidão passariam a palavra: «vamos em manifestação para a baixa».

Para a polícia não desconfiar do que estava a ser preparado, Alberto Vilaça telefonou para Lisboa, sabendo que o aparelho estava sob escuta. «Eram já seis da tarde quando telefonei ao Francisco Zenha falando-lhe do comício e pedindo-lhe que fizesse uma diligência para obter a autorização por telegrama. É claro que me respondeu que tal era completamente impossível ainda para mais àquela hora em que as repartições já estavam fechadas. Mas o nosso objectivo era defender a nossa manobra e assegurar que a concentração se realizasse.»

E assim aconteceu, recorda Alberto Vilaça. «Não fizemos o comício, mas fizemos uma manifestação que acabou por ter muito mais impacto. Lembro-me de termos improvisado o slogan - Liberdade sim, Salazar Não.»



Alberto Vilaça



António Ramos e Lino Freitas, ambos membros da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste, que se refugiaram no nosso país, após terem participado no assalto à Embaixada dos EUA, em Jacarta

## Lutas nas empresas

Do passado, o actual Governo herdou uma difícil situação nas empresas, que é notícia diária nos jornais e televisões. Revelando total incapacidade para tomar medidas eficazes, os novos governantes não se ilibam por isso de responsabilidades na sucessão de encerramentos que têm arrasado para o desemprego milhares de trabalhadores.

Depois de meses sem pagarem salários, as administrações das empresas desencadeiam processos de falência, quantas vezes fraudulentos, enquanto outras nem a esse trabalho se dão - desaparecem pura e simplesmente sem deixar rasto e nem prestar contas a ninguém. Foi o que sucedeu recentemente no distrito Coimbra segundo relatou ao «Avante!» António Moreira, coordenador da União de Sindicatos e membro da DORC do PCP.

A ADEL era uma empresa do sector cerâmico do concelho de Penela, que empregava 35 trabalhadores na sua maioria mulheres. Constituída à base dos fundos comunitários, teve ainda o apoio financeiro da Câmara Municipal para criar oito postos de trabalho. Hoje, é uma empresa-fantasma. A administração ausentou-se, deixando três meses de salários em atraso, enquanto que os subsídios de férias e Natal desde 1992 que nunca foram pagos.

No entender de António Moreira, «enquanto houve dinheiro da comunidade a empresa manteve-se e, embora sem provas, tudo leva a crer que se trata de mais um caso de falência fraudulenta». O camarada Moreira refere que, em Novembro do ano passado, «a administração alegou dificuldades financeiras e recusou-se a pagar os salários do mês. As trabalhadoras decidiram então impedir a saída de um camião com mercadorias até que recebessem o que lhes era devido». O protesto durou assim quatro horas ao cabo das quais o dinheiro dos salários lá apareceu nas mãos dos administradores.

Outra acção semelhante é realizada em Janeiro depois de o mês de Dezembro estar em atraso. As trabalhadoras retêm outro camião e prolongam o protesto até à intervenção da GNR. Seguiu-se o desaparecimento da administração e a rescisão dos contratos por forma a terem direito ao subsídio de desemprego.

António Moreira considera que estes casos só são possíveis devido à ausência de fiscalização por parte do Estado. «Deveria ser feita mal são dados os primeiros sinais de salários em atraso, dívidas das empresas à segurança social, ou mesmo aos sindicatos a quem muitas vezes não são enviadas as quotizações», afirma acrescentando que «é necessário alterar a lei das falências por forma que haja menos fraudes». Infelizmente, muitas outras empresas do distrito ameaçam encerrar a curto prazo.

## JCP alarga influência

Nos últimos meses, a JCP de Coimbra registou mais de 50 novas adesões e se o número é por si só expressivo não chega para traduzir a crescente intervenção e dinâmica da organização. «Muitos jovens participam nas actividades da JCP mas durante muito tempo não se inscrevem», disse ao «Avante!»

Ángelo Alves, responsável distrital da organização.

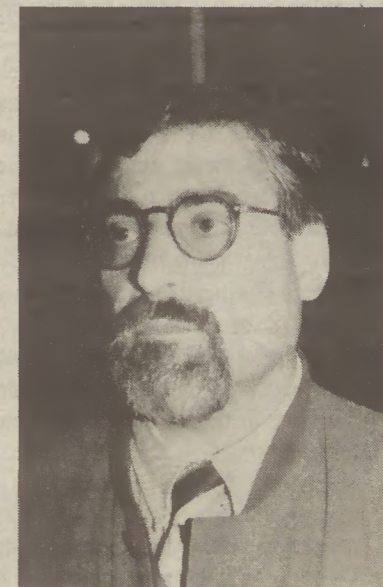
Por outro lado, referiu-nos, «a JCP no distrito era até há pouco tempo essencialmente sustentada pela Organização do Ensino Superior e hoje já temos jovens organizados nas escolas secundárias, assim como estamos a criar colectivos fora do concelho de Coimbra». O exemplo de Cantanhede é o mais significativo: «Era um dos concelhos onde tínhamos maiores dificuldades. Não havia organização, mas com a dinâmica ganha nas legislativas conseguimos criar um colectivo activo de 15 camaradas que tem uma importante intervenção nas escolas.»

Os jovens comunistas estão neste momento envolvidos em eleições em três escolas secundárias, onde integram listas unitárias, o mesmo se passando nos estabelecimentos de ensino superior.

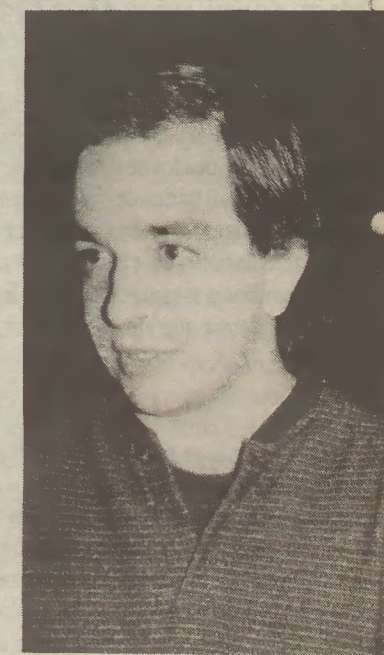
As eleições para a Associação Académica de Coimbra também estão no centro das preocupações: «Lamentamos que a anterior direcção tenha afastado os estudantes desta estrutura, facto que está bem patente no elevado nível de abstenção na primeira volta que atingiu 87 por cento. É nosso objectivo que na segunda volta, em que concorrem a lista P - da Juventude Socialista, e a lista L - independente, os estudantes participem na eleição de uma nova equipa que combata a falta de informação e a falta de incentivos à participação na vida associativa.»

Como fez questão de salientar Ângelo Alves, o desenvolvimento da JCP no distrito «só tem sido possível graças ao apoio do Partido, que é um exemplo do que pode e deve ser feito no trabalho com a juventude».

Pela frente, a JCP de Coimbra tem a preparação de um Encontro Distrital, marcado para 20 de Abril, que reunirá mais de uma centena de jovens.



António Moreira



Ângelo Alves



# Prevenção da toxicodependência

## A exigência da intervenção da sociedade

**A TOXICODPENDÊNCIA constitui hoje um dos grandes problemas da humanidade, um flagelo social com graves reflexos em Portugal.**

**Abertos às soluções e caminhos que de facto contribuíam para prevenir a toxicodependência, não podemos tolerar a continuação da insensibilidade, da falta de vontade política, da ausência duma estratégia coerente de intervenção. A gravidade da situação impõe a adopção de medidas excepcionais para a prevenção da toxicodependência e o combate ao tráfico de droga.**

**1** Todos os dias nos chegam sinais de dor e angústia, relacionados com a crescente gravidade deste fenómeno: no dia-a-dia daqueles que têm familiares toxicodependentes, com tudo o que isso significa; na preocupação da generalidade das famílias pelo risco de um filho, ou outro familiar mais chegado, poder ser apanhado na teia da droga. Mas também nos chegam sinais de acontecimentos que alertam a comunidade no seu todo: a brutalidade do suicídio colectivo de três jovens no viaduto Duarte Pacheco, e a lancinante declaração que um deles escreveu; o motim da cadeia de Caxias, indissociável da superlotação das cadeias, das condições infra-humanas que aí se verificam e do elevado número de toxicodependentes que nelas se encontram; as cada vez mais frequentes movimentações das populações, como a manifestação de Quarteira.

Tudo isto são sinais visíveis dum problema que não tem parado de se agravar: o número de toxicodependentes aumenta; as mortes por causas ligadas à droga sobem de forma alarmante; são colocadas no mercado novas drogas, publicitadas como sendo inofensivas, mas de facto perigosas, muitas das quais portadoras de mecanismos mais rápidos e mais sofisticados de dependência; as prisões enchem-se de toxicodependentes; o tráfico de droga expande-se; os lucros colossais que gera são branqueados e ligam cada vez mais o tráfico ao sistema financeiro internacional e a círculos do poder económico e político. A toxicodependência assume cada vez mais as características de uma verdadeira epidemia que atravessa os mais diversos domínios da sociedade.

**2** Porquê? Quais as razões de tal situação? Os caminhos que conduzem à toxicodependência são muito diversificados: as características do indivíduo, havendo quem refira dados genéticos como estando na base de fragilidades que em certas circunstâncias podem conduzir ao consumo e à dependência; a relação com os outros, designadamente durante a adolescência, incluindo os próprios sucessos e insucessos da relação amorosa: o papel do grupo, da iniciação como experiência, a ideia de que a toxicodependência com o seu cortejo de dramas só acontece aos outros, de que se é superior à droga e se sabe lidar com ela, com a tomada de consciência da dependência, na maior parte dos casos, tarde de mais; a inserção familiar, aspecto importante, que não justifica no entanto a linha de culpabilização das famílias que muitas vezes se faz. Mas se tudo isto são elementos a ponderar, as principais causas das vulnerabilidades que podem conduzir à toxicodependência encontram-se na organização social, nos valores do sistema capitalista, nas políticas neoliberais, na competitividade, no salve-se quem puder, seja na escola, na empresa ou na vida social em geral, no stress, nas desigualdades e exclusões sociais, no desemprego, na miséria, nas contradições – para muitas pessoas, particularmente jovens – brutais, entre as expectativas de padrões de vida que são criadas e as possibilidades reais que a sociedade dá para as concretizar.

Acresce a tudo isto o grande negócio que é a droga. O interesse material e a prática dos traficantes de progressivamente transformarem os toxicodependentes sem poder financeiro, em promotores de tráfico, para garantir a satisfação da sua dependência. A complacência, quando não promoção (independentemente do discurso oficial) do tráfico, a teia de interesses que tece e a que está ligado.

**3** Nos últimos 10 anos, período negro do agravamento do fenómeno, os governos do PSD promoveram uma política global que acentuou as fragilidades que conduzem à toxicodependência, e

desenvolveram nesta área uma acção que não acompanhou a dimensão do agravamento do problema. As verbas destinadas foram insignificantes. Os meios disponibilizados mostraram-se claramente insuficientes para o combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais. A recusa da concretização de uma rede pública nacional de centros de atendimento, tratamento e reinserção social, impossibilitou oportunidades efectivas de recuperação de toxicodependentes, ou empurrou-os para o escandaloso negócio de instituições privadas que os exploram e às suas famílias até ao limite das possibilidades.

O PS, que ao longo dos anos não interveio activamente nesta área, pareceu despertar com a aproximação das últimas eleições legislativas, definiu a droga como inimigo público número um, e tratou de forma mais desenvolvida estes problemas no programa eleitoral e no programa do governo. Mas quem criou expectativas de mudança enganou-se.

Passaram cinco meses desde a formação do Governo, e o inimigo público número um desapareceu da linguagem governamental. Mais grave do que isso, o PS prossegue uma linha de continuidade da política do PSD.

É certo que de vez em quando aparecem referências a programas, a políticas integradas, à discussão em conselho de ministros, como mais uma vez está a acontecer. O Governo voltou também a falar de aumento de penas para os traficantes, que pode ser um sinal suplementar de condenação destas práticas, mas que como é em geral reconhecido não terá qualquer reflexo significativo na eficácia do combate ao tráfico. É inevitável que mais alguma coisa seja feita, dada a inércia destes meses, mas mais uma vez vem à memória a política do PSD, de comissões interministeriais, de discussões em conselho de ministros, de declarações e prioridades que não se traduziram em nada de substancial.

O PS manteve as estruturas e as pessoas. O Orçamento de Estado, à parte a engenharia financeira, não se traduziu em qualquer investimento significativo para a implementação de uma efectiva rede pública de atendimento e tratamento, num flagrante desrespeito do PS pelos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral quando preconizou a criação de um centro de atendimento em cada distrito e o aumento de número de vagas em comunidades terapêuticas.

**4** A complexidade dos fenómenos das toxicodependência implica, a par da firmeza do combate à droga, a disponibilidade para considerar sem preconceitos as formas e os caminhos mais eficazes de contribuir para a efectiva prevenção da toxicodependência, nas estratégias globais, nos métodos de tratamento, etc.

Entretanto, a gravidade dos problemas, a falta de resultados, leva por vezes à resignação, ao baixar de braços, à defesa de falsas soluções que camuflando os problemas não resolve a questão essencial – como contribuir para evitar que as pessoas, particularmente os jovens, caiam na dependência das drogas que liquidam a sua personalidade, condiciona tragicamente a sua vida e tantas as vezes os conduz à morte.

Por vezes, fala-se de luta perdida contra a droga. Mas ela foi travada com vontade política e coerência?

### Como é que se pode falar de luta perdida:

– quando as políticas gerais praticadas nos últimos anos criaram o caldo de cultura que conduziu ao aumento da toxicodependência?

– quando, apesar do agravamento brutal da toxicodependência, continuamos sem uma rede nacional pública de atendimento, tratamento e reinserção social e com o número incrível de apenas 50 camas em comunidades terapêuticas de instituições públicas?

– quando as cadeias se enchem de toxicodependentes e em vez de se criarem condições para recuperação social, são meio para envolvimento na toxicodependência, não havendo na generalidade das cadeias estruturas próprias para o tratamento?

– quando, no âmbito do combate ao tráfico, não foram disponibilizados os meios suficientes, e quando, apesar dos atrasos com que foi aprovada, existe há anos legislação contra o branquea-



**FRANCISCO LOPES**  
Membro da Comissão Política

resignação e o baixar de braços.

Não se pode classificar como perdida uma luta que não foi travada de forma coerente, integrada e determinada. O caminho não é a

mento de dinheiros e não há um único processo que tenha sido julgado até agora?

– quando são conhecidas as ligações profundas do sistema financeiro internacional e de círculos do poder de países dos mais importantes do mundo aos lucros provenientes do narcotráfico, que estabelecem limites de conveniência sobre até onde pode ir o combate efectivo a este fenómeno?

Não se pode classificar como perdida uma luta que não foi travada de forma coerente, integrada e determinada. O caminho não é a resignação e o baixar de braços.

**5** As comunidades locais vão sentindo o seu espaço e a sua vida invadidas pela toxicodependência, pelo meio do pequeno e grande tráfico e por todos os problemas que gera. A tensão tende a subir. Sem meios para combater este flagelo, sem noção das causas e ideia precisa de soluções, dão-se explosões, muitas vezes orientadas contra os toxicodependentes que são as principais vítimas de todo este processo. As movimentações das populações, sejam as chamadas «milícias populares» sejam manifestações de grande amplitude e participação popular como a de Quarteira, independentemente da correcção das orientações, traduzem sentimentos profundos de insegurança, preocupação, mal-estar e revolta a que é preciso estar atento.

A participação activa, esclarecida da população é essencial, e pode ser um elemento determinante tomando a iniciativa e exigindo o cumprimento das responsabilidades do Estado na prevenção da toxicodependência, na garantia de meios de tratamento, no combate ao tráfico de droga.

**6** É indispensável uma efectiva mudança que a gravidade da situação torna mais urgente. Impõe-se a concretização de uma nova política.

Uma política geral que promova o desenvolvimento, a justiça social, a melhoria das condições de vida, o emprego, a participação juvenil. Uma estratégia coordenada e global com um efectivo plano nacional de prevenção da toxicodependência e combate ao tráfico. Uma alargada acção de prevenção primária. A criação de uma rede pública nacional de atendimento, tratamento e reinserção social, que permita a cada toxicodependente uma vaga disponível no momento em que se quer tratar. A consideração do toxicodependente como doente, não o sujeitando, por simples consumo, a penas de prisão que nada resolvem. A disponibilização dos meios necessários e a consideração de soluções de coordenação que confirmem nova eficácia ao combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais. O estímulo à investigação científica sobre estas matérias. Uma intervenção activa no plano internacional, para que seja desenvolvida uma acção coerente contra o narcotráfico e assegurada uma ordem internacional justa, com oportunidades de desenvolvimento para todos os países e o respeito pela sua soberania.

Uma política que o PCP tem definido, pela qual se tem batido nas instituições e na acção política geral. Uma política que constitui a base para uma acção, mais ampla e mais profunda na mobilização da sociedade, no desenvolvimento dum amplo movimento de opinião que, vencendo as hipocrisias, resignações e insensibilidades das estratégias nacionais e internacionais dos últimos anos, afirme a luta por uma sociedade que não empurre o homem para o caminho ilusório e trágico da dependência, contribua para evitar que mais seres humanos, particularmente jovens, se deixem aprisionar no mundo da droga, e para que possam desenvolver criativamente a sua personalidade e viver plenamente a sua vida.



EM FOCO

## PS/PSD na Revisão Constitucional

# Namoro na praça pública



■ João Amaral

**L**ogo a seguir à apresentação do seu projecto de revisão constitucional, o líder parlamentar do Partido Socialista defendeu publicamente a «obtenção de um largo consenso entre os quatro partidos com assento parlamentar» para aprovação das alterações à Constituição. Usando uma daquelas fórmulas arredondadas que são uma espécie de «chapas» do comportamento parlamentar do PS, acrescentou que o seu partido está «disponível» para fazer da revisão constitucional «um traço de união e diálogo aberto e participado».

Percebem-se bem as preocupações do Deputado Jorge Lacão, quando se aproximam os trabalhos da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional. Percebe-se muito bem que o PS, no momento do início deste processo, queira dar a ideia de que não está amarrado a ninguém e de que está disposto a entendimentos com toda a gente em plano de igualdade. E, como estas fórmulas não são fórmulas abstractas, antes se dirigem a uma situação política definida, vale mais traduzir para o concreto o que quer dizer o líder parlamentar socialista. Como é evidente, está a querer dizer ao PCP (e marginalmente ao PP) que para o PS são tão parceiros da revisão constitucional como o é o PSD.

Só que a **matemática também faz política**. E, se para aprovação de alterações à Constituição são necessários os votos de dois terços dos Deputados em efectividade de funções, então, com a actual composição da Assembleia, é a **matemática que desmente o Deputado Lacão**.

Dois terços são 154 Deputados. O PS tem actualmente 112. Com os 13 do PCP, não se obtêm os 154 necessários para perfazer os dois terços. O mesmo sucede, se se juntarem aos votos do PS e do PCP os votos dos Verdes: tudo junto soma 127. O mesmo exacto raciocínio pode ser feito se forem somados os 112 votos do PS com os 15 do PP. Curiosamente, e por mero exercício matemático, mesmo a soma destes quatro partidos (PS, PCP, PEV e PP) fica longe da maioria qualificada de dois terços: são 142 votos, longe portanto dos 154 necessários.

Com a composição da Assembleia e com a exigência de dois terços, a matemática dita duas conclusões de grandes consequências políticas. Por um lado, bastam os votos do PS e do PSD (112+88) para fazer aprovar a revisão constitucional. Por outro, sem os votos do PS e PSD não é possível fazer qualquer alteração à Constituição. **A matemática dita que a revisão só pode ser feita com o acordo PS/PSD e pode ser feita só pela conjugação dos votos PS e PSD com exclusão dos outros.**

Temos pois que, depois de ter entregue ao CDS-PP para aprovar o Orçamento e assim as linhas fundamentais da política económica e social, o PS tem na calha agora a sua entrega desta vez ao PSD, para aprovar a revisão constitucional e assim as linhas fundamentais de caracterização do regime democrático. É isto que o PS chama «governança pendular», isto é, governança com «acordos pontuais» com uns ou outros partidos. É um truque que enche de gozo pessoal os seus autores (que assim se julgam mais espertos que os outros), mas que afinal se traduz, na prática, em cozinhar com a direita o que é o essencial da vida política e do quotidiano dos cidadãos.

Dir-se-á que a «governança pendular» também toca ao PCP. Neste período passado, há um exemplo: votaram o Orçamento com o PP, prepararam-se para votar a revisão constitucional com o PSD e com o PCP votaram a amnistia às FP-25. Numa versão menos acabrunhante, o Orçamento com o PP, a revisão com o PSD e a regionalização com o PCP. Quase não valeria a pena sublinhar o que é evidente: é que se a regionalização é muito importante, a política económica e social é-o muito mais, como o é também a caracterização do regime consagrada constitucionalmente. A regionalização é muito importante, mas a Constituição e a política económica e social são determinantes.

Torna-se assim essencial saber o que pode fazer convergir PS e PSD no processo de revisão constitucional. E, para o fazer, nada melhor do que percorrer o projecto de revisão apresentado pelo PSD, para ver quais as exigências aí contidas que o PS pode vir a aceitar, particularmente se se sentir de mãos livres, sem a opinião

pública democrática a apertá-lo. Dir-se-á que a leitura do projecto do PSD não resolve o problema, porque o PS tem o soberano poder de não aceitar nenhuma das suas propostas. Mas, vista a experiência das três anteriores revisões constitucionais (as de 1982, 1989 e 1992), constata-se que onde o PS não adianta golpes na Constituição no seu próprio projecto, não significa que esteja fechado a aceitar as propostas do PSD. Às vezes, parece mesmo que as espera, para as aceitar com ar compungido, alegando o «interesse nacional» em não inviabilizar um

revisão constitucional que sem a aceitação dessas propostas, o PSD não realizaria... Voltando às declarações de Jorge Lacão, ele bem avisa: o PS está aberto a um «largo consenso» (com quem o pode fazer!) e quer fazer da revisão um «traço de união» (com quem se pode unir!).

Aliás, já neste próprio processo de revisão constitucional, o PS deu um sinal claro da sua «capacidade de cedência». Basta ver o que se passou com a questão do voto dos emigrantes nos presidenciais. O PS sempre disse no passado que as presidenciais eram uma eleição em que o conhecimento dos candidatos era essencial já que se trata uma eleição unipessoal. Sempre disse que esse conhecimento não era possível aos eleitores que não residissem no território nacional. Sempre salientou que o voto dos emigrantes podia trazer o voto de cidadãos com nacionalidade portuguesa mas sem nenhum conhecimento do nosso país nem da nossa língua, como pode suceder com descendentes de emigrantes. Sempre falou nas manipulações que o apa-

de grau 7. O do PP abana mais, mas ambos provocam destruições irreparáveis.

Mas a Constituição económica e social é onde o projecto do PS é mais contido. A descoincidência é assim grande no plano dos textos de revisão constitucional. Só que disso não vem grande ao mal nem para o PS nem para o PSD. Nem o PS passará por «fixista» (basta ver a proposta da polivalência e da flexibilização dos horários para constatar que o PS não hesita em inconstitucionais regressões sociais de enorme alcance; como basta ver a lista de privatizações que o Governo tem em curso para constatar que mesmo sem mexer na Constituição é possível criar as condições para dar todo o primado ao poder económico), nem o PSD se sentirá frustrado nos seus intentos (já que obtém da prática governativa do PS o mesmo que pretende com as alterações à Constituição).

Onde as coincidências acontecem é no poder político, que é precisamente a parte da Constituição que o PS tomou a peito rever desta vez.

Claro que há propostas que o PS subscreve que o PSD não apresenta, como há propostas do PSD que não figuram no projecto do PS. Assim sucede com propostas do PS, como a moção de censura construtiva ou as polícias municipais. Assim sucede igualmente com propostas do PSD, como a eliminação da obrigatoriedade da regionalização do continente ou a consagração do referendo sobre a matéria de revisão constitucional.

Mas, para além destas diferenças (e para além de múltiplas pequenas semelhanças, quase irrelevantes, que pouco alteram de significado), há algumas zonas de coincidência, ou de intenção coincidente, com grande alcance.

A primeira é a alteração do regime eleitoral para a Assembleia da República, permitindo a criação de círculos uninominais, com a evidente consequência de distorção do princípio de representação proporcional. Claro que há diferenças: o PS fala em «circunscrições uninominais de candidatura», enquanto o PSD diz pura e simplesmente que a lei «pode determinar a existência de círculos uninominais». Mas no léxico eleitoral, a palavra «uninomial» é metida por um e por outro, e essa é a intenção coincidente base do arranjinho possível.

A segunda coincidência é na vontade de alterar a composição das Câmaras Municipais garantindo o seu domínio por

uma única força. Ainda aqui os sistemas propostos são diferentes. O PS acaba com a eleição directa da Câmara, atribuindo ao primeiro eleito da lista mais votada para a Assembleia Municipal o poder de escolher o resto da Câmara (que «passará» na assembleia municipal desde que não tenha dois terços contra si). É pois um sistema claramente antidemocrático, configurando uma garantia de seguro de vida de uma minoria, que pode governar sozinha o município. Já o PSD limita-se a majorar o número de eleitos na Câmara no caso da força mais votada não ter maioria absoluta. É um sistema também antidemocrático, apesar de menos brutal que o proposto pelo PS. Como se vê, há diferenças, mas há vontade comum de atacar a proporcionalidade.

A terceira coincidência é no voto dos emigrantes para a Presidência da República. Aqui também há diferenças... mas o PS vai no caminho que o PSD quer.

A conclusão é evidente: **o sistema eleitoral, a regra da proporcionalidade, e a genuinidade dos actos eleitorais são as vítimas preferenciais deste namoro na praça pública que o PS e PSD encetaram.**

São características essenciais do regime democrático que são postas em questão neste negócio. É um assunto demasiado sério para poder permanecer na **redoma de silêncio** em que tem vivido. Estas são as mais importantes questões da revisão constitucional que se aproxima. Vai certamente haver muita manobra de diversão. Mas é aqui que está o cerne da revisão. Estas é que são as «prendas» deste namoro de Verão de 1996.



relho consular permite. Sempre rejeitou, em consequência, o voto dos emigrantes. Mas, a chantagem do PSD foi crescendo, e quanto mais crescia mais se encolhia o PS. Até que... na presente revisão constitucional já admite o voto dos emigrantes. Com condições restritivas, mas... admite! O PS abre a porta, e, depois disso, há sempre quem meta o pé e empurre!

É por causa deste tipo de comportamento do PS que é fundamental analisar as «exigências» que o PSD faz no seu projecto de revisão constitucional.

No plano social e económico, o projecto do PSD entra em competição directa com o do CDS/PP, no desmantelamento das obrigações sociais do Estado e na desregulamentação da economia. Pode dizer-se que o PSD é menos radical que o PP. Por exemplo: o PP propõe a limitação do direito de greve e a repescagem do lock-out, enquanto o PSD se fica pela limitação da greve. O PP propõe por exemplo que a Segurança Social passa a ser pública só subsidiariamente, enquanto o PSD põe o negócio privado das reformas no mesmo pé do sector público. Outro exemplo: o PP elimina a consagração constitucional da subordinação do poder económico ao poder político, enquanto o PSD não mexe nessa norma, mas, em compensação, acaba com as obrigações constitucionais de eliminação dos latifúndios e de eliminação e impedimento da formação de monopólios privados.

Pode dizer-se que a diferença entre o projecto do PP e do PSD no que respeito à Constituição económica e social é que o projecto do PSD é um terramoto de grau 6,5 da escala de Richter e o do PP é



# João Sarabando

## Um percurso exemplar

■ António Salavessa

Há poucas semanas, o "Avante!" noticiou o falecimento, a 9 de Fevereiro, de João Sarabando, um militante do Partido e um aveirense que muitos conheceram. Mas acontece que, em resultado de uma assumida atitude perante a vida, cheia da humilde dignidade de quem procura passar despercebido, deixando a ribalta livre para que outros a ocupem, nem todos se terão apercebido do que representa o desaparecimento deste homem, com um percurso de vida exemplar - um Homem Bom, como escreveu a DORAV do PCP na nota que distribuiu após a sua morte.

Em tudo o que se empenhou, João Sarabando deixou marcas de competência e de rigor, de firmeza de princípios e de tolerância, de amor à vida, ao povo, à cultura e a Aveiro.

Personagem de múltiplos interesses, João Sarabando foi de tudo um pouco, mas sempre de forma elevada, superior. Atleta com marcas de realce para a sua época. Dirigente associativo nas áreas do desporto e da cultura, nomeadamente em colectividades como o Beira Mar ou os Galitos.

Sendo tido como jornalista desportivo - que esteve presente no arranque de "A Bola" - era simultaneamente jornalista cultural, sendo de consultar toda a colaboração extradesportiva, nomeadamente nos jornais desportivos em que escrevia.

Sobre esta faceta de João Sarabando, pode ler-se no folheto em que outro jornalista sensibilizava eventuais interessados para a participação num jantar de homenagem pelos 40 anos de jornalismo, em 1965 - homenagem que viria a ser proibida pelo Governo Civil quando estavam reunidas mais de 300 inscrições -, o seguinte:

"João Sarabando é uma legenda viva do jornalismo desportivo. A sua pena, brilhante, consciente, está sempre pronta a enaltecer a vitória como a honrar a derrota. Para ele o Desporto é sempre o Desporto, não o compreendendo de outra maneira porque o seu espírito é são e recto."

A sua dedicação, o seu amor ao povo - e em particular ao povo da região aveirense - estiveram sempre presentes no seu pensamento e na sua obra, através da qual procurou registar e preservar hábitos, costumes, tradições, poesia e outras manifestações da cultura popular.

E se alguma dessa obra foi publicada (como o "Cancioneiro de Aveiro" ou "Maria Barbuda e Marques Sardinha ao Desafio"), o espólio ainda inédito não será pequeno. É com alguma expectativa que se aguarda o lançamento de um desses inéditos, no prelo da editora "Campo das Letras", do Porto, obra sobre "cagaréus e ceboleros" designação popular dos habitantes de duas fre-

guesias de Aveiro, cujas provas João Sarabando revia quando a doença o atingiu.

Antifascista convicto, foi desde muito cedo figura destacada da oposição à ditadura. Quando um dia se fizer a história deste período nacional, João Sarabando será, ao lado de outros, referência obrigatória.

A seguir à derrota do nazismo, em 1945, integrou-se no MUD, participando activamente na campanha de Norton de Matos e em todas as batalhas que se seguiram, tendo feito parte das listas da oposição em 1961, altura em que já era militante do PCP, a que tinha aderido sete anos antes, em 1954, e em que se manteve lucidamente presente até à sua morte.

As suas opções e convicções políticas causaram-lhe, como a tantos outros, inúmeros problemas e perseguições, que incluíram a passagem pelas prisões de Salazar, em 1962.

Nem a repressão nem a prisão fizeram João Sarabando desistir, antes pelo contrário. Sempre activo, sempre discreto - até porque nunca mais a PIDE deixou de o vigiar e de acompanhar a sua movimentação - teve um papel muito importante na preparação dos Congressos Republicanos e da Oposição Democrática, realizados em Aveiro.

E, se é verdade que Mário Sacramento surge, muito justamente, como figura emblemática dessa época, em Aveiro, é necessário observar o que o mesmo Mário Sacramento nos quer dizer quando escreve, no seu "Diário" que "João Sarabando foi, no período mais activo da luta política de unidade, aqui, o meu principal apoio".

Foi assim, com o mérito que lhe adveio deste combate de



anos pela liberdade e pela democracia, que se justificou a sua participação, novamente como tarefa do Partido, nas duas Comissões Administrativas Municipais de Aveiro, entre 1974 e 1976. Neste período foi também candidato do PCP, pelo círculo de Aveiro, a deputado à Assembleia Constituinte de 1975, primeiras eleições do Portugal democrático.

Mais tarde, apesar da sua idade já não lhe permitir grande activismo, nunca João Sarabando deixou de estar ligado ao Partido, de participar em todas as iniciativas

públicas, de ajudar na actividade com a sua inteligência, com os seus conhecimentos, com o seu espólio, com os seus recursos materiais, e, sobretudo, com uma amizade e solidariedade sinceras, do tamanho do mundo, que a todos desarmava - até os adversários.

Quando desaparece um homem, de quem Mário Sacramento a certa altura dizia que era "o melhor homem e o mais honrado que conheci até hoje", todos nós, os seus amigos e camaradas ficamos mais pobres.

Mas ficamos também com a certeza de que, se fizesse sentido perguntar a João Sarabando qual a melhor maneira de homenagear a sua memória, ele nos retorquiria com qualquer pergunta do género: "Mas isso tem algum interesse para o Partido?" Ou então, ainda com maior probabilidade, acabaria por dizer: "Deixem-se lá de tolarias e continuai mas é a luta." Porque era assim João Sarabando... inesquecível.

## Breve resenha biográfica

1909 - Nasce em Aveiro, em 1 de Julho, João Evangelista Vieira Sarabando.

1920 - João Sarabando matricula-se no Liceu de Aveiro, que frequenta até ao 6º ano, mudando-se depois para a Escola Comercial, onde obtém o diploma do respectivo curso.

1925 - Estreia-se como jornalista no "Domingo Ilustrado".

1932 - É colocado em Lisboa, como funcionário da Direcção Geral das Contribuições e Impostos. Além de praticar várias modalidades desportivas, colabora em diversos jornais.

1934 - O Internacional Atlético Clube institui o bronze "João Sarabando", para ser disputado no cross-country, em Aveiro.

1935 - Fixa-se definitivamente em Aveiro, onde prossegue a sua actividade no jornalismo e em colectividades desportivas.

1944 - Retira-se do funcionalismo público.

1945 - Integra-se no Movimento de Unidade Democrática - MUD. Faz parte dos colaboradores de "A Bola".

1949 - Participa na campanha de Norton de Matos.

1950 - Colabora na organização e publicação do "Almanaque Desportivo de Aveiro".

1961 - Candidato da Oposição na lista de Aveiro.

1962 - É preso pela Pide.

1965 - Um jantar em sua homenagem é proibido pelo Governo Civil.

1966 - Publica o "Cancioneiro de Aveiro".

1972 - Publica "Três Ignorados Medalhistas Aveirenses".

1974 - Faz parte da Comissão Administrativa Democrática da Câmara Municipal de Aveiro.

1975 - Candidato por Aveiro na lista do PCP à Assembleia Constituinte

1982 - Publica "Marques Sardinha e Maria Barbuda ao Desafio". Recebe a Medalha de Prata da Cidade de Aveiro.



João Sarabando, Mário Sacramento, Heltor Cramês, Ferreira de Castro e Mário Blixirão, em 1967 (em cima). À esquerda, Sarabando com Rosa Ramalho. A seguir, na companhia de dois pugilistas aveirenses, Santa Camarão e Horácio Velha



EM FOCO

Os 50 anos do MUD Juvenil

## «Valeu a pena»

- sintetizou Octávio Pato



**V**aleu a pena! Isto esteve muito bom. Era o comentário que mais se ouvia entre os participantes do almoço comemorativo dos 50 anos do MUD Juvenil, no dia 23 de Março, para evocar a 1ª Semana da Juventude realizada em Portugal, em 1947. Foram mais de 400 antigos aderentes e familiares da mais importante organização juvenil da resistência antifascista, e das mais importantes da história do país, que convergiram para o restaurante dos Montes Claros, num comovente reencontro, onde, porém, a nota dominante não foi o saudosismo, mas a firmeza das convicções e a energia combativa que se fizeram notar, em alguns momentos, especialmente quando se cantou a «Jornada». Nas pessoas presentes podia reconhecer-se o papel desempenhado na vida nacional pela geração que despertou e se formou para a luta democrática nas fileiras do MUD Juvenil.

Ali se reuniram figuras das mais destacadas no campo das letras, das artes, da ciência, da advocacia, da medicina, no ensino, da acção laboral e sindical, das autarquias, da dinamização cultural e naturalmente da intervenção política.

Assinalámos a presença de destacados militantes e dirigentes do PCP, do PS, da Política 21 e de outras organizações de esquerda, de muitos democratas independentes, incluindo vários antigos ministros e secretários de Estado.

É-nos impossível citar nomes sem correremos o risco de omissões injustas.

Registamos de novo a composição da Comissão Promotora das Comemorações em homenagem à comprovada justeza da iniciativa e ao indiscutível êxito desta primeira realização do programa. É a seguinte, pela ordem que tem sido divulgada: António Carvalho, Aurélio Santos, Fernando Pulido Valente, Francisco Castro Rodrigues, Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, Luísa Irene Dias Amado, Mário Casquilho, Mário Ruivo, Octávio Pato, Ramon de La Féria, Sérgio Carvalhão Duarte.

## A presença dos ausentes

Após saudar os presentes, em nome da Comissão Promotora, Mário Casquilho anunciou algumas saudações de ex-aderentes que não puderam comparecer e leu uma mensagem de justificação e de confiança de Corino de Andrade.

Afirmou ele, em certo passo: «Não compareço devido às limitações inerentes aos meus 89 anos. Mas participo à distância, relembrando a vontade de transformação sociopolítica, a convicção da sua possibilidade, a força da solidariedade que uniu os membros do jovem MUD.»

Um outro ausente que também mandou uma mensagem foi Mário Soares. Coube a Mário Ruivo, o membro da Comissão Promotora a quem foi enviada, o encargo de lê-la.

O ex-Presidente da República fez questão de escrever: «O espírito subversivo, como diziam os pides, que então nos animava, continua a subsistir, felizmente, em todos nós. A vida não nos fez conformistas. Ainda bem. Continuamos a gostar de conspirar em favor das boas Causas.»

Mais à frente, salientou: «O MUD Juvenil foi uma sementeira. Fecunda. Deu bons frutos e deixou raízes. Persistentes, como se vê. Ressurgem hoje, de novo, cinquenta anos depois.»

## O valor da luta antifascista

Numa sucessão com grandes intervalos, à medida que ia decorrendo o almoço, falou depois Octávio Pato.

Após as «saudações democráticas», como se dizia nos tempos do MUD Juvenil, sublinhou:

«Creio que será importante que estas iniciativas contribuam para manter presente o valor da luta antifascista na evolução da história portuguesa deste nosso século XX e para manter viva, contra os que pretendem diminuí-la, a memória dos que, com riscos, coragem e determinação, mantiveram erguida, sob a ditadura, a bandeira da democracia, entre os quais se contam centenas de aderentes do MUD Juvenil que passaram pelas prisões da PIDE.»

Mais à frente salientou:

«Falando do MUD Juvenil, não é possível esquecer a contribuição que a sua militância deu para a formação cívica e a consciencialização política e social dos seus aderentes, para divulgação entre a juventude de uma mentalidade progressista e patriótica, para a cooperação entre jovens de várias classes sociais, para a quebra de preconceitos e a intervenção das raparigas na actividade social e política, para as ideias da paz e cooperação internacional.»

«Fazendo o balanço, 50 anos depois», disse o dirigente comunista noutro passo, «podemos dizer: valeu a pena.»

E a terminar: «No espírito que animou o Juvenil, estamos



aqui a comemorá-lo virados para o futuro, confiantes em que as aspirações pelas quais lutámos terão continuidade no Portugal democrático.»

## É preciso lembrar

No mesmo ritmo seguiu-se no uso da palavra, algum tempo depois, Vasco Vieira de Almeida, que fez um improviso centrado nos anos 50.

Lembrou a luta da juventude numa complexa situação em que a repressão se abatia sobre ela, mas com muito mais dureza sobre os jovens trabalhadores. Salientou que o desaparecimento do MUD Juvenil, não parou o desenvolvimento da luta da juventude em torno de objectivos concretos, na melhor tradição do Juvenil. Recordou que os jovens das colónias sentiram necessidade de voltar para a sua luta específica. Sublinhou que o 25 de Abril não teria sido possível sem as gerações que antes dele lutaram pelos mesmos ideais. Terminou afirmando que hoje em dia os problemas são mais complexos, mas muitos continuam a ser basicamente os mesmos problemas, e

exigem também uma resposta assente na convergência em torno de objectivos concretos.

Entre outras intervenções que se seguiram, distinguiu-se a de Margarida Tengarrinha.

Começou por lembrar que se prefaziam naquele dia 49 anos sobre a data da realização do passeio de Belamandil. Foi uma grande realização da juventude algarvia, integrada na Semana da Juventude, de 1947, sobre a qual se abateu a repressão fascista.

A antiga deputada do PCP pelo Algarve evocou a figura de Maria das Dores Medeiros, a «Lolita» de Vila Real de Sto. António, já falecida, pelo papel que desempenhou na organização desta jornada e na luta da juventude de então, valores a que se manteve fiel em toda a sua vida.

Salientando que «é preciso lembrar», Margarida terminou afirmando que «só não querem lembrar os que não estiveram na luta contra o fascismo».

O almoço terminou, mas, o reencontro prosseguiu deixando ainda mais fortes os laços de uma geração que nasceu para a luta política a cantar que «unidos como os dedos da mão! temos de chegar ao fim da estrada».



■ Morais e Castro

# Mude-se o mundo que o homem se mudará

O homem é bom ou mau?  
Como é a alma do homem?  
Onde nascem, porque nascem  
as mil paixões que o consomem?

Que razões, ou que mistérios,  
fazem dele um assassino?  
É no céu ou é na terra  
que está escrito o seu destino?

É do homem ou do mundo  
que se tem razões de queixa?  
O homem tenta ser bom,  
mas o mundo é que não deixa.

Para melhorar o homem,  
um só remédio haverá:  
Mude-se o mundo,  
que o homem se mudará.

Shakespeare – "Measure for measure"  
Versão portuguesa de Luís Francisco Rebelo  
"Dente por Dente"

Estreámos esta Peça com encenação do Mestre António Pedro em 9 de Novembro de 1964 pela Companhia do Teatro Moderno de Lisboa no cinema Império.

O último Secretário de Estado da Cultura do "Cavaquismo" (não me lembro agora o nome dele), revelando uma ignorância digna da dos seus chefes, disse numa entrevista que o problema do Império – IURD era diferente do problema Coliseu – IURD porque para lá do bairrismo portista o Império fora sempre só cinema.

Pasme-se, o Império sempre foi um Cine-Teatro com o respectivo alvará que albergou durante três épocas o Teatro Moderno de Lisboa, companhia importantíssima que ficou na História do Teatro Português, e ainda o Teatro Experimental do Porto, idem, idem, aspas, aspas, e o Grupo Cénico da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pelo menos. Voltando ao "Dente por Dente" de William Shakespeare pelo Teatro Moderno de Lisboa.

Reparem lá no elenco, fazem favor:

Carmen Dolores, Fernanda Alves, Maria Cristina, Maria Shultze, Clara Joana,

Rogério Paulo, Fernando Gusmão, Rui de Carvalho, este vosso amigo, Tomás de Macedo, Armando Caldas, entre outros. Fizeram parte da Companhia também Armando Cortez, Costa Ferreira, Luís Alberto, Nicolau Breyner e Rui Mendes, entre outros actores.

O espectáculo em questão teve um grande êxito de público, para a época, e excelentes críticas. Os versos que abrem esta modesta crónica eram interpretados pelo falecido actor António Sarmiento, irmão de Carmen Dolores, que desempenhava o papel de "Meirinho".

Aqueles versos são um modelo de síntese de um princípio marxista:

"Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, pelo contrário, é a sua existência social que determina a sua consciência" (Karl Marx – prefácio à contribuição crítica à Economia Política).

Um princípio frontalmente exposto no espectáculo, em pleno fascismo, quase 10 anos antes do 25 de Abril.

Calha agora lembrá-lo, por este nosso mundo estar muito feio e ser cada vez mais forçoso mudá-lo.

Palavras

e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

## Querida Cuba

Fui pela primeira vez a Cuba, clandestinamente e ainda jovem, em finais de 1962, começos de 63. Uma longa e excitante viagem, por Praga, Irlanda, Groenlândia. Era um tempo fabuloso, ao mesmo tempo de exaltação e de parcimónia, na ilha da Revolução, que acabara de vencer os Gusanos, apoiados pelos Estados Unidos, em Playa Girón e caminhava, a passos largos, para as grandes transformações da sociedade. O sentimento patriótico coincidia com a Revolução e boa parte da burguesia, que sentira repugnância pela ditadura de Fulgêncio Baptista, mas não aderira ainda à radicalização do processo, aproximava-se agora dos homens da Sierra Maestra.

Eu estava hospedado, com o meu companheiro Manuel Alpedrinha, no Habana Riviera, mas sujeito – e com satisfação – ao racionamento austero daquele momento histórico; e vivia, em plena rua, na noite mágica do primeiro dia do ano, a euforia do povo, cantando, pintando as paredes, gritando Cuba si, yankies no.

Toda a beleza de Cuba, o verde tépido do oceano na praia do Varadero e em Isla de Pinos, o movimento do Malecón, onde a vitalidade sensual do trópico esplendia sob um sol caricioso, brancos e negros comungando os mesmos ideais, a mesma fraternidade em marcha, a elegância arquitectónica da Habana antiga, o poder evocativo da casa de Hemingway, que visitei nessa altura, tudo concorria para a minha sensação de encantamento e de realização.

Ouvi, durante horas, reboar a voz de Fidel na Praça da Revolução, convivi com vários escritores, entre eles Roberto Fernandez Retamar, que me abriu as portas da Casa de las Américas (não encontrei Nicolás Guillén, que já conhecia do seu exílio parisiense) e acima de tudo deparei, em toda a parte, com a presença, mesmo quando ausente, de uma das figuras mais fascinantes da Revolução Cubana e desse tempo de grandes sonhos e esperanças: Ernesto Che Guevara.

Só tornei a Cuba em 1976: já havia automóveis por todo o lado, bons espectáculos, cinema de qualidade, comia-se bem, o povo cubano continuava, na sua esmagadora maioria, solidário com a Revolução. Lá deparei

com amigos muito queridos, de várias proveniências. E o clima doce, o mar de prata e açúcar no Varadero, a beleza da juventude eram os mesmos. Os progressos no domínio da educação, da medicina, da assistência, saltavam aos olhos. Havia porventura faltas de liberdade, erros de avaliação, mais tarde assumidos criticamente, de que me chegavam ecos.

Passaram-se muitos anos em que dificuldades e circunstâncias de vária ordem me impediram de voltar a Habana. Até que o desmoronamento do socialismo, minado pelo atraso económico e pelo enorme fosso entre o povo e a governação, na União Soviética e nos países da Europa de Leste, veio mergulhar Cuba na difícil crise económica que todos conhecemos, agravada pelo insensato e cruel bloqueio norte-americano.

Cumprir dizer, ou repetir, que esse bloqueio é um acto político totalmente imoral e que afronta os princípios de respeito pela soberania e pela liberdade de outros povos, neste caso de Cuba e do povo cubano.

Mas estamos assistindo no mundo à progressão de um capitalismo supranacional, desregrado e opressor, que nalguns aspectos excede os piores períodos deste século em desprezo pela miséria de que é fautor e pela própria dignidade humana.

Cuba é não só geograficamente uma ilha como uma ilha de resistência. Resistência de valores como a justiça e a solidariedade e de um projecto político, que importa manter vivo: o do socialismo.

Nas condições actuais, Cuba, quase asfixiada, não vai evidentemente operar profundas transformações internas, que pudessem pôr em risco a sobrevivência do seu modelo de sociedade. É essa, de momento, a grande prioridade e por ela o povo cubano cerra fileiras em torno de Fidel.

A vinda recente do escritor Abel Prieto a Lisboa deu-me o conforto de encontrar um intelectual cubano, certamente paradigma de muitos outros, arraigado à sua Pátria e com a viva consciência de que, num futuro mais risonho, que há-de vir, se reforçarão e se aperfeiçoarão em Cuba a participação directa dos cidadãos na governação do Estado e o pleno exercício de todos os direitos e liberdades.





EM FOCO

# Flexibilidade recusada

**A**s trabalhadoras da têxtil de Alhos Vedros disseram a uma só voz que não aceitam a introdução do princípio de que devem estar disponíveis quando a empresa precisa, e forçaram a multinacional norueguesa a retroceder nos seus propósitos de impor a flexibilidade dos horários.

No início da semana passada, foi oficialmente dado a conhecer ao pessoal da Helly-Hansen Confeccões que, afinal, o surgimento de encomendas não previstas veio alterar as previsões feitas pela direcção, pelo que era anulado o *lay-off* que em 6 dias de Abril atingiria 130 trabalhadores.

Ao dar por concluído um agitado período de instabilidade, o director-geral reconheceu que a suspensão temporária dos contratos de trabalho iria «ocasionar prejuízos» à empresa e aos trabalhadores. Custou, mas o senhor Bo Olle Ljunstrom admitiu implicitamente que, mais do que poupar umas dezenas ou centenas de contos em salários, a empresa pretendia ensaiar a introdução do princípio da flexibilidade dos horários de trabalho.

## Depois compensam...

Na sexta-feira antes do Carnaval, o director-geral fez saber aos trabalhadores da Helly-Hansen que as encomendas recebidas não condiziam com a capacidade de produção da fábrica, pelo que seria necessário reduzir a laboração em Abril. Na informação que distribuiu, propunha a redução de 6 dias de trabalho em quase todas as linhas de produção, dourando a pílula com a possibilidade de gozar umas curtas férias por ocasião da Páscoa e do 25 de Abril.

Em contrapartida, e também de acordo com os ditames das encomendas, era proposto ao pessoal que, nos meses de Junho, Julho e Agosto, *compensasse* as horas reduzidas em Abril, alargando o horário normal de trabalho... sem receber horas extraordinárias.

Para o caso de haver hesitações, a direcção da empresa esclarecia que estas medidas eram tomadas *para evitar outras mais penalizantes*, precisando que, caso não houvesse acordo dos trabalhadores, recorreria aos mecanismos legais do *lay-off* (suspensão temporária dos contratos de trabalho).

Ainda teve ocasião para adiantar, preto no branco, que os trabalhadores deveriam aceitar a flexibilidade *para garantir o futuro*, que estaria em causa se a capacidade de produção não fosse determinada em função das encomendas.

Não se sabe quanto tempo estiveram estas brilhantes ideias no choco, mas são conhecidas as voltas que lhes deram os seus autores até as retirarem de circulação. Em coisa de um mês, a tentativa de implantar a flexibilidade dos horários na Helly-Hansen acumulou redondas recusas:

- dos representantes dos trabalhadores, os primeiros que dela tiveram conhecimento;

- de um plenário de trabalhadores, a 21 de Fevereiro, onde mereceu unanimidade um veemente não à flexibilização e ao *lay-off*;

- da esmagadora maioria dos trabalhadores, quando estes foram confrontados, pessoalmente, com uma espécie de abaixo-assinado da direcção da empresa pedindo a cada um que indicasse, com a sua rubrica, se concordava ou não com a proposta patronal;

- num novo plenário, a 7 de Março, depois de a empresa reformular a proposta inicial (propondo-se pagar por inteiro os ordenados de Abril e atribuir a cada trabalhador uma verba de 5 mil escudos pelas 49,5 horas que teria que fazer a mais nos três meses de Verão).

Nas reuniões com a direcção da empresa, os representantes sindicais acabaram por

## Vitória da unidade na Helly-Hansen



A Helly-Hansen está instalada há cerca de 25 anos em Alhos Vedros, no concelho da Moita, dedicando-se à produção de impermeáveis e roupa de aquecimento, bem como material desportivo de Inverno e para modalidades como o remo e a pesca. A tentativa frustrada de impor a flexibilidade dos horários ganhou maior relevo, entre outros problemas surgidos desde há cerca de dois anos e que continuam a causar inquietação. É, sobretudo, notória a redução de postos de trabalho, que em 1994 eram mais de 700 e hoje andam à volta dos 400, enquanto está projectado o despedimento de todos os mais de 90 trabalhadores cujos contratos a prazo terminam até Agosto

## CGTP apela ao prosseguimento da luta

**O maior plenário de sindicatos dos últimos dez anos marcou nova jornada para dia 11 de Abril**

Com a participação de um milhar de dirigentes e delegados sindicais de todo o País, o plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN, reunido na semana passada no Porto, decidiu por unanimidade realizar, a 11 de Abril, várias acções a nível de empresas, sectores e regiões, prosseguindo o combate para impedir que a flexibilidade dos horários e a polivalência de funções se transformem em lei.

O encontro, convocado com carácter de urgência, foi quase totalmente dominado pela discussão da proposta de lei do Governo sobre flexibilidade e polivalência, que aguarda publicação oficial para ser objecto de discussão pública durante 30 dias. Depois, aguardará agendamento para discussão em plenário parlamentar, votação na generalidade, discussão e votação na especialidade e votação final global. Os votos do PS e do PP, como noticiámos na semana passada, reprovaram o recurso interposto pelo PCP, que defendia a não admissibilidade da proposta de lei devido às várias inconstitucionalidades que contém.

Em declarações à Agência Lusa, Manuel Lopes, da Comissão Executiva da CGTP, adiantou que estão planeadas manifestações no país e nas empresas, a coordenar nas várias regiões e nos vários sectores de actividade. «Não vamos parar», disse, sublinhando que, «a ser aplicada, a proposta de lei será altamente lesiva para os trabalhadores», uma vez que,

«além de desregular a vida laboral, coloca também sob critério do patronato os direitos mais fundamentais dos trabalhadores e das suas famílias».

### A grande fraude!

Na conferência de imprensa em que, no final do plenário, deu a conhecer as conclusões da reunião, o coordenador da CGTP refutou a ideia de que haveria consenso em torno da flexibilização e da polivalência. Manuel Carvalho da Silva, segundo o «Jornal de Notícias», considerou a flexibilização como a maior fraude feita com os trabalhadores nos últimos 20 anos: apresentando como pretexto para a flexibilização a redução da semana de trabalho para 40 horas, o Governo (cumprindo o acordo que firmou com as confederações patronais e a UGT) quer permitir que haja situações onde o horário poderia efectivamente ser aumentado, já que deixariam de ser contadas as pausas como tempo de trabalho.

Carvalho da Silva denunciou o facto de já haver exemplos de prepotência por parte dos patrões, que tentam implantar os mecanismos da flexibilidade e da polivalência ainda antes de para tal terem suporte legislativo. Um exemplo referido foi o da fábrica da Renault em Cacia: alegando que prevê, para 1997, a ocorrência de 25 dias de inactividade, a administração pretende que os trabalhadores, já este ano, estejam ao serviço durante 10 sábados e mais outros 15 dias, sem qualquer remuneração por este trabalho extra.

mostrar que, para além de irregular, a proposta patronal não iria reduzir os encargos com pessoal, podendo mesmo aumentá-los.

Enquanto todo este processo se desenrolava, notou-se uma degradação do clima laboral na empresa; a instabilidade criada pelos patrões ter-se-á mesmo reflectido nos níveis de produção. A preocupação quanto ao futuro alastrou por toda a fábrica. Gerou-se uma grande unidade na resistência às pressões patronais, tanto por parte dos trabalhadores directamente visados (quase duas centenas), como do restante pessoal, das costureiras até níveis de maior responsabilidade.

Em 18 de Março, foi oficialmente comunicado o abandono do *lay-off* previsto para Abril. Afinal, a empresa teve encomendas não previstas até essa altura, que lhe possibilitam manter a produção.

Desta história se conclui que a unidade, a firmeza, a organização e a disposição de luta dos trabalhadores são armas fundamentais para a defesa de direitos e interesses ameaçados.

Ou, para aqueles a quem esta conclusão não agrada, diremos que o caso da Helly-Hansen mostra como a determinação dos trabalhadores até é capaz de produzir... encomendas não previstas.



## EM FOCO



■ Manoel de Lencastre

# Bandeiras vermelhas

**A**o longo deste e dos próximos trabalhos para o «Avante!» viajaremos por outras paragens. Os portugueses, como os ingleses, são dos povos cujo instinto descobridor e viajante menos pode contestar-se. Para ambos, o conhecimento do mundo faz parte da sua maneira de ser. O mundo, no fim de contas, é pequeno e, quando era grande, desconhecido, portugueses e ingleses foram dos que mais se distinguiram na tarefa de reduzi-lo às suas reais porções. Entretanto, seja-nos permitido, primeiro, «pôr o correio em dia».

1. A principal empresa alemã do ramo da construção naval, a Bremer Vulkan sediada em Bremen, entregou-se à falência e revelou a existência de prejuízos que ascendem a mais de mil milhões de marcos. Na linha de fogo: 23.000 postos de trabalho.

2. Marina Krivonogova, «deusa» do culto do juízo final, foi presa em Kiev quando presidia a uma manifestação onde os participantes se preparavam para testemunhar o «Armageddon» (cena da batalha decisiva conduzindo ao fim do mundo, segundo o Novo Testamento) que, afinal, não se verificou. Marina, bonita, aliás, dizem-nos que fora comunista, em tempos. Mas, perante as novas possibilidades do mercado, vê-se que preferiu tomar outros rumos. E fez-se deusa.

3. Há 50 anos, o Tribunal de Nuremberga, que prosseguia o julgamento dos criminosos nazis, ouviu a seguinte declaração do coronel Pokrovski, do Exército Vermelho: «A exterminação de prisioneiros de guerra soviéticos pela fome, segundo ordens do governo e do Alto-Comando nazi, tornara-se sistemática. Em carta de 28.02.1943, Rosenberg informava Keitel de que a maior parte dos 3.600.000 prisioneiros soviéticos tinha morrido de fome, de tifo, ou da inclemência das temperaturas. Os que restavam, já não podiam trabalhar.»

4. Ironicamente, o portuguêsíssimo «Diário de Notícias» anunciava em grandes títulos, há semanas, a distribuição de «cassetes-vídeo repletas de imagens exclusivas, inéditas e reais» sobre a 2ª Guerra Mundial. Mas, o que figura na capa de apresentação das referidas cassetes-vídeo são imagens da batalha de Midway e da colocação da bandeira americana em Yow-Jima. A encimar o anúncio, destaca-se uma foto-montagem de militares ingleses, provavelmente em El-Alamein, Tobruk, ou coisa parecida. Como é óbvio, os editores das cassetes-vídeo em questão consideram que Moscovo, Stalinegrado e Kursk foram batalhas perdidas, motivo por que se alheiam de referi-las. Sem querer, confessam de que lado se encontram – são falsificadores da História.

5. Os Bancos ingleses registaram fartos lucros, em 1995. Os dois mil seiscientos e oitenta e quatro milhões de contos arrecadados distribuíram-se assim: Abbey National: 1026 milhões de libras; Barclays: 2083; HSBC (Hongkong & Shanghai Banking Corporation): 3672; Midland Bank: 998; Lloyds+Trust Savings Bank: 1650; Natwest: 1753;

6. A cólera do povo japonês, perante as anunciadas medidas governamentais que tendem a salvar os Bancos nipónicos da falência à custa do erário público, exprimiu-se pela eleição de um comunista ao lugar de presidente da Câmara da cidade de Kioto;

7. Em «O Público», de 1 do corrente, o articulista Miguel Sousa Tavares escrevia: «Na China 'socialista', o sistema 'capitalista' de produção desconhece coisas tão elementares como a liberdade sindical, o direito à greve, o limite de horas de trabalho, o pagamento de horas extraordinárias, as férias garantidas, etc., etc.»

Está mesmo a ver-se que, na óptica do sr. Tavares, todas as belas regalias que descreve constituem ofertas inestimáveis do capitalismo verdadeiro, à ocidental, nos países que domina. Ignora ou finge ignorar que o capitalismo não dá nada a ninguém. As garantias mencionadas, aliás actualmente sujeitas a selváticas medidas de anulação, foram, uma a uma, arrancadas ao sistema através de um processo de lutas heróicas que dura desde há séculos. O sr. Tavares, apesar de ler «The New York Times» ou, talvez, por isso mesmo, não sabe nada. Vamos, portanto, ensinar-lhe alguma coisa.

No dia em que a «3M», fabricante de fitas colantes, anunciou o despedimento de 5000 trabalhadores, as respectivas acções subiram em 2,62 dólares; quando, em Novembro passado, um certo número de empresas americanas despediu 41 000 empregados, as

acções das mesmas subiram em 45%; de acordo com a insuspeita «Newsweek», 40 000 funcionários da «AT&T» (American Telephone & Telegraph) receberam, telefonicamente, o recado de que estavam despedidos – em 48 horas, o «valor» da gigantesca companhia subiu em 6 mil milhões de dólares e o presidente da mesma, Robert Allen, «foi buscar», só para si, 5 milhões.

Nesta conjuntura, o cantor Bruce Springsteen, dedicando o seu último álbum ao tema do «Fantasma de Tom Joad», herói de «As Vinhas da Ira», exprimiu o sentir de um operário da siderurgia do

«Midwest» perante o patrão:

«Fiz de ti rico, rico, rico...»

E agora esqueces,  
esqueces o meu nome...»

Ok, Sr. Tavares?

## Da União Soviética

Ao contrário das mentirosas afirmações de Chubais, em Davos, onde disse que Zyuganov fala em duas linguagens diferentes segundo as circunstâncias, o que o «leader» do Partido Comunista da Federação russa declarou, aos homens de negócios americanos que o visitaram, foi o seguinte:

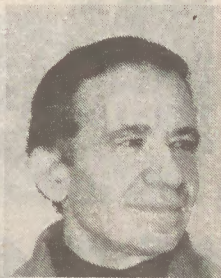
«Vão a Tula. Aí, as pessoas comem ração de animais, ao pequeno-almoço. Vão à região de Ivanovo. Aí, populações inteiras de pequenas cidades, outrora relativamente seguras quanto ao futuro, entram massivamente no desemprego e recebem como compensação o equivalente a 12 dólares. Deixem Moscovo, viajem pelo país. Em muitas regiões, as mães deixaram de acordar os filhos mais cedo porque não lhes podem dar o pequeno-almoço. Quando Gorbachev abandonou os sistemas de controlo da economia, aquilo já não eram reformas – tudo se tornou num completo genocídio. Fora-nos prometido viver como se vive na Suécia, nos Estados Unidos. Agora, estamos como na Colômbia e, em breve, estaremos como no Bangladesh. Cento e trinta milhões de cidadãos da ex-URSS foram escandalosamente roubados.»

Enquanto Igor Ligachev trabalha, afanosamente, no estabelecimento de ligações entre todos os Partidos Comunistas das repúblicas ex-soviéticas. Anatoli Lukianov declarou ao correspondente do «The New Yorker», que não é uma publicação qualquer:

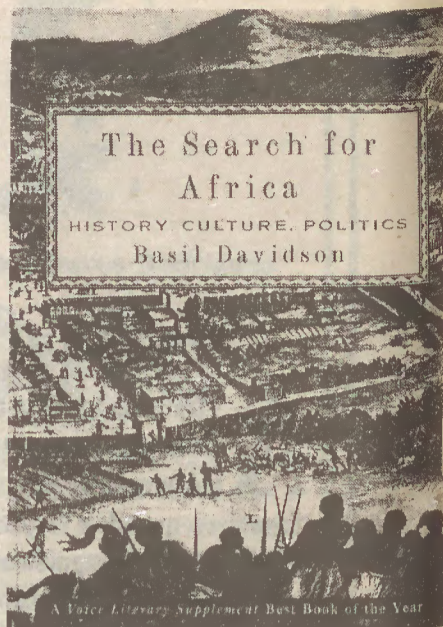
«O papel dos americanos foi sempre o de tentarem destruir a URSS. Basta ler o que escreveram John Foster Dulles, Zbigniew Brezinski, Henry Kissinger. Queriam fazer de nós um simples anexo – um fornecedor de matérias-primas. E bastou a Margaret Thatcher um elogio a Gorbachev para que este passasse a pertencer-lhe. Ao lado de Gorbachev estava sempre Iakovlev, «que tinha passado 10 anos no Canadá como embaixador e se havia tornado num anticomunista virulento. Conheci Gorbachev durante 40 anos. Conheci Iakovlev durante 30 anos. Conheço-os bem, na verdade. O que aconteceu em Agosto de 1991 não foi uma tentativa de golpe de Estado. Foi um esforço para salvar o nosso país. Agora, quando Gorbachev começa a insinuar que projecta candidatar-se à presidência da Rússia, dou-lhe um conselho: que se atreva a passear nas ruas de Moscovo – não regressará inteiro; que se atreva a dirigir-se aos trabalhadores da indústria, aos agricultores, aos militares – não regressará inteiro. Quer saber como Gorbachev está registado no espírito do povo? Digo-lhe isto: como o destruidor da União Soviética.»

Por sua vez, o próprio Gorbachev declarou ao mesmo jornalista, David Zemnick: «É verdade. Tratam-me como um traidor.» E o repórter do «The New Yorker» que, evidentemente, não pode ser acusado de simpatizante com as ideias do socialismo e do comunismo, concluiu, assim, o seu trabalho junto de personalidades russas: «Os comunistas não querem só a cabeça de Yeltsin. Querem a dele (Gorbachev) também. Entretanto, senti que ele não sabe onde a verdade se encontra.»

Em Tambor, os dirigentes da administração local, desafiando as proibições idas de Moscovo, mandaram içar a bandeira soviética em todos os edifícios públicos. Outras autarquias estão a fazer o mesmo. Em breve, toda a antiga União Soviética será um oceano de bandeiras vermelhas.



■ Miguel Urbano Rodrigues



**T**he Search for Africa – History, Culture, Politics é o título do último livro de Basil Davidson (1) A Procura da África será talvez em língua portuguesa a expressão menos infiel àquilo que o autor pretende transmitir nesta obra onde reúne ensaios muito diferentes. Um denominador comum é a motivação: contribuir para uma melhor compreensão do papel dos povos africanos no processo civilizatório.

Publicados em 22 países, os vinte livros de Davidson sobre o passado e o presente da África confirmam que o escritor e o homem souberam responder ao grande desafio assumido após a segunda guerra mundial (2) numa entrega absorvente à tarefa quase pioneira de recuperar e divulgar uma história com poucas zonas iluminadas e simultaneamente mobilizar a solidariedade internacional (como jornalista) para as lutas de libertação nacional dos povos oprimidos pelo colonialismo.

O autor de *Old Africa Rediscovered* não escreveu olhando a África de longe. Percorreu-a como peregrino agnóstico mas apaixonado, para melhor tentar compreender civilizações mortas e se impregnar do seu espírito na contemplação de antiqüíssimas ruínas e de tradições milenárias. Como cidadão progressista, arriscando por vezes a vida, atravessou territórios que foram cenário de lutas decisivas contra o colonialismo. Subiu com Amílcar Cabral, em plena guerra, os rios da Guiné-Bissau; acompanhou os combatentes do MPLA em infatigáveis caminhadas por savanas e florestas do Leste Angolano; esteve com os guerrilheiros da Frelimo em momentos cruciais após o assassinio de Mondlane. Creio não haver outro intelectual europeu cuja solidariedade permanente à prolongada luta do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO lhe tenha valido uma intimidade tão profunda com a direcção desses movimentos e honrarias tão excepcionais.

Cada livro de Basil Davidson tem sido para mim uma fonte do conhecimento que enriquece. Roland Oliver, autor de *Black Africa*, não exagera ao sublinhar que nenhum outro escritor do nosso tempo deu uma contribuição tão importante para a divulgação da história profunda da África o sul do Sahara e desperdiçou tamanho interesse pela sua riqueza arqueológica.

Em alguns dos ensaios deste *The Search For Africa*, Davidson retoma temas já abordados. Não somos colocados perante repetições; não é difícil perceber que a reflexão se adensou, vai mais longe. O leitor sente-se empurrado pelos factos e pelo seu encadeamento e pela lógica do discurso para espaços onde a história se clarifica. Os ensaios mais significativos são, talvez por isso, aqueles em que o autor, com tenacidade, insiste em dar força de evidência a factos e situações que continuam, por vezes com perversidade, a ser deturpados no Ocidente industrializado, de geração em geração e que se tornaram com o tempo parte integrante da falsa história forjada pelo colonialismo e o imperialismo.

Apoiado em fontes irrecusáveis, Davidson vem lembrar que todo o instrumental ideológico e pseudocientífico sobre a suposta inferioridade dos africanos negros é posterior ao século XVI. Foi somente após a organização do tráfico maciço de escravos para as colónias da América que, pela própria exigência do capitalismo em formação, houve interesse em apagar a história da África e dos seus povos. Para justificar o monstruoso crime da escravatura, era indispensável apresentar os negros como seres primários, de mentalidade infantil, cruéis, «sem alma»...

A campanha racista atingiu o objectivo. Um filósofo com a dimensão de Hegel não hesitou em escrever, em 1830, que «a África não é historicamente parte do mundo». O próprio Darwin, que revolucionou a ciência com a sua teoria sobre a Origem das Espécies, e se opunha à escravatura, sustentou sempre



## EM FOCO



# A interminável procura da África na obra de Basil Davidson

que os negros se haviam atrasado na escala da evolução sendo inferiores, moral e intelectualmente, aos povos caucásicos, ditos brancos, nomeadamente aos ingleses.

O tráfico de escravos para a América, ao fazer do braço africano o motor do desenvolvimento das colónias (19 milhões foram arrancados das suas aldeias e exportados como gado ao longo de três séculos), levou à deturpação consciente da história e à escala racista.

A reconstrução, da memória não tem sido fácil. Mais do que as fontes, faltava a atmosfera adequada à reposição da verdade. E, contudo, já na época do Califado Omíada de Al Andalus, viajantes árabes expressavam por escrito a sua admiração pelo que nas suas viagens para além do Sahara haviam visto em grandes reinos da África. O grande historiador magrebino Ibn Khaldun e o incansável e talentoso viajante Ibn Batuta, escrevendo ambos na Baixa Idade Média, foram pródigos em relatos minuciosos sobre a organização, a riqueza e a ordem dos Estados que percorreram. Impérios africanos como Mali, Ghana, Benim, Kanem, Songhay e outros atingiram efectivamente um nível de desenvolvimento económico e social comparável ao que apresentavam muitos estados feudais europeus no início do segundo milénio.

Na Costa Oriental do Continente, o contacto antigo com os árabes permitiu que uma cadeia de cidades-estados, sobretudo na área abrangida pela cultura swahili, atingisse uma prosperidade que provocou o espanto dos primeiros portugueses que ali aportaram nas naus de Vasco da Gama.

Davidson cita o depoimento, posterior, de Duarte Barbosa sobre Quíloa (hoje na Tanzânia) por ele definida em 1518 como bela cidade «com muitas casas de pedra e adobe, com muitas janelas» e com «ruas muito bem cuidadas». De Mombaça (actual Quénia)



o cronista deixou a descrição impressionante de «uma muito formosa praça, com casario de pedra e adobe» e de ruas bem traçadas como as de Quíloa e «um bom porto onde se encontram sempre fundeados barcos de muitos tipos e também grandes navios», que chegam do Índico e para ele partem.

É útil que Davidson venha recordar aos leitores da língua inglesa que na Idade Média e no início do século XVI não existia na Europa um sentimento de superioridade relativamente aos negros. Na Escócia, na Suécia, na Holanda, em França, os primeiros homens e mulheres oriundos da África subsahariana ali vistos despertaram enorme curiosidade, mas foram recebidos com muita cortesia, como iguais. D. Manuel I, nas suas cartas ao Rei do Congo, tratou-o como um príncipe do seu nível («real» irmão). Othelo, personagem ideada pelo génio de Shakespeare, comandava o exército de Veneza, não obstante ser negro.

As crónicas portuguesas das primeiras décadas de quinhentos expressam, aliás, bem os sentimentos gerados pelo descobrimento de sociedades prósperas na Costa Oriental com estruturas sociais e políticas de grande complexidade. Essas cidades marítimas, de Songo Mnara ao Norte de Moçambique, mantinham há séculos um comércio intenso e permanente com a Índia e os emirados do sul da Árabia e do Golfo.

Os nossos compatriotas ficaram particularmente impressionados ao encontrarem ao longo do litoral fragmentos da mais fina porcelana chinesa. Não conseguiram chegar a uma explicação satisfatória para esses achados. Somente transcorridos séculos, a abertura dos arquivos chineses revelou que a China estabeleceu os primeiros contactos com reinos africanos da Costa Oriental no final do século XI. Uma girafa, oferecida pelo rei de Melinde, chegou à China em 1414. Foi um acontecimento que empolgou o povo. Um artista da corte pintou o animal que os sábios locais definiram como mítico. O imperador, para manifestar a sua gratidão, enviou a Melinde, em 1417, a sua esquadra de alto mar, sob o comando do almirante Cheng Ho, numa embaixada de amizade. O mesmo almirante fez mais seis viagens à Costa Oriental da África, todas com grandes frotas. A última foi realizada em 1431.

Essa precedência chinesa no Índico Ocidental não diminuiu minimamente o mérito da viagem revolucionária de Vasco da Gama, como epopeia e marco fundamental no Renascimento, pois alterou as rotas do comércio mundial e veio acelerar o lento e traumatizante processo de integração da humanidade. Mas é importante que a moderna historiografia africana e asiática tenha rompido a cortina de silêncio que durante séculos escondeu ou subestimou as relações que os povos do espaço swahili mantiveram com a longínqua China.

Basil Davidson não pretende apresentar factos que, por não conhecidos, possam vir a alterar a história. Os seus ensaios não resultam de uma investigação orientada para revelações de impacte científico. Basta-lhe contribuir para uma compreensão correcta da história de África. Daí o significado especial deste seu livro para nós, portugueses.

Não esqueço que pertencemos a uma geração que suportou 48 anos de fascismo; à história que nos ensinavam no liceu ajusta-se como uma luva por analogia, a definição de Lucien Fèbvre: «Não era mais, na realidade, que uma deificação do presente com ajuda do passado.»<sup>(1)</sup>

Ao desfazer mitos de alicerces graníticos, Basil Davidson chama a atenção – mais um exemplo didáctico – para a importância decisiva que o ouro africano desempenhou durante muitos séculos na vida económica europeia. Foi ele a fonte básica do dinar muçulmano (herdeiro do *dinarius aureus* de Bizâncio), a moeda de

ouro do Islão que, ao longo da Idade Média, representou no Sul do Mediterrâneo e no Próximo Oriente um papel comparável, pela sua estabilidade e aceitação, ao que cumpre hoje o dólar. Sem o ouro transportado através do Sahara pelas caravanas vindas do Senegal e do Níger, e o ouro da Etiópia e de Sofala, outra teria sido a história da economia monetária mediterrânica no seu conjunto. Porque a origem da maioria do ouro que se acumulou em Veneza, Génova, Florença, nos reinos atlânticos da Europa, no Maghreb e no Médio Oriente era igualmente africana. O sistema de trocas comerciais ajudou a difundir o metal mais precioso.

Confirmando, aliás, o que Davidson nos diz sobre a função do ouro africano no sistema monetário europeu, o historiador francês Fernand Braudel nega, na sua obra mestra<sup>(2)</sup> o suposto dilúvio de ouro que teria inundado a Europa após a conquista do México e do Peru pelos espanhóis. Na sua opinião autorizada, as estatísticas de F. Simiand, segundo as quais o stock monetário europeu quintuplicou de 1500 a 1600, são fantasistas. Na Europa, haveria 5000 toneladas de ouro e 60 000 de prata quando principiaram a chegar os metais da América. Ora, de acordo com Earl Hamilton, o mais respeitado especialista na matéria, o total de prata vinda da América, entre 1500 e 1650, não excedeu as 16 000 toneladas e o de ouro terá rondado apenas as 180 toneladas. No século XVIII, o Brasil produziu, aliás, muito mais ouro do que o Peru e o México nos duzentos anos anteriores; foi a prata e não o ouro, que, a partir do final do século XVI, encheu os cofres vazios da Casa de Austria.

Basil Davidson dá ênfase também à tradição milenária da metalurgia africana. Os escravos levaram para o Brasil técnicas de mineração tão avançadas para a época que um engenheiro alemão, ao visitar a colónia no começo do século XIX, registou, em trabalho editado em Weimar, que até 1800 os portugueses utilizavam na Capitania de Minas Gerais processos africanos para trabalhar o minério de ferro.

Em *The Search for Africa*, livro de muitas pistas e azimutes, não poderia faltar um texto sobre os heróis cujo combate marcou a trajectória e as opções dos movimentos que se bateram pela libertação das antigas colónias de Portugal. Davidson fala-nos do legado de Amílcar Cabral, de quem foi amigo fraternal, num belo e polémico ensaio sobre o seu pensamento político<sup>(3)</sup>. São páginas que não perderam actualidade num livro importante no qual cada capítulo faz subir à memória uma melancólica evidência: no limiar do século XXI, continuamos, na Europa, a conhecer melhor a época de César ou o choque entre Bizâncio e os Sassânidas persas do que a história da África anterior à expansão imperialista.

Basil Davidson, aos 81 anos, permanece com maior e muita determinação e coerência no coração da batalha pelo conhecimento do passado e do presente da África.

(1) Times Books, Randim House, N. York e James Carvey Ld, Londres, 374 páginas.

(2) Davidson serviu como oficial no VIII Exército Britânico, de Montgomery. Lançado de pára-quadras na Jugoslávia ocupada, acompanhou a luta dos guerrilheiros de Tito. Terminou a guerra lutando com os partisanos italianos até à libertação de Génova, que lhe conferiu o título de cidadão honorário.

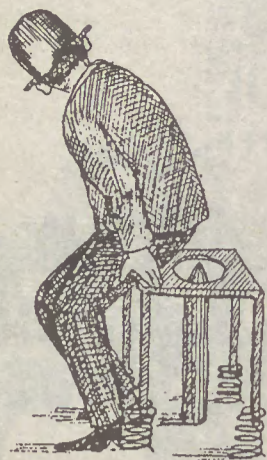
(3) In «Combats pour l'Histoire», de Lucien Fèbvre, Ed. Armand Colin, Paris, 1953.

(4) In «La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II», Armand Colin, 9ª edição, págs. 412, 422 e seguintes, Paris, 1990.

(5) Esse trabalho foi apresentado na Praia, em Cabo Verde, durante um Simpósio Internacional promovido, em 1983, pelo PAICV. Está publicado em português em edição cabo-verdiana.



# PONTOS CARDEAIS



## Herói na selva americana

O actor norte-americano Tom Cruise ganhou há dias as primeiras páginas dos jornais por ter «agido como um herói», não na tela, mas na vida real. Contam as gazetas que o famoso artista, estando tranquilamente a almoçar num restaurante de Santa Mónica, na Califórnia, foi testemunha do

atropelamento de uma mulher (por acaso brasileira) derrubada no asfalto por alguém que se pôs em fuga; com notável expediente, saltou para o seu Porsche estacionado à porta, atravessou-o na estrada a proteger a vítima, chamou a ambulância pelo telemóvel e acompanhou-a até ao hospital onde declarou: «Sou Tom Cruise. Tratem esta mulher que eu pago.» E pagou. No entanto, segundo a

opinião do enfermeiro que recebeu a doente e registou o oferecimento do insólito benemérito, o actor não se limitou a garantir a assistência à sinistrada - salvou-lhe a própria vida. E explicou porque: «Se não fosse a rápida intervenção de Tom Cruise o mais certo era a mulher ter morrido, não do primeiro atropelamento, que felizmente não foi mortal, mas de outros que se poderiam seguir, caso permanecesse estendida no meio da estrada.»

Neste «flagrante da vida real», como diria o *Reader's Digest* - e para além do inegável mérito da intervenção de Tom Cruise - ficam à mostra algumas evidências da «América Terra das Oportunidades». Uma, a de que não se entra num hospital dos EUA, por muito acidentado que se esteja, sem garantia de pagamento. A brasileira valeu a disponibilidade de Tom Cruise,

mas há uns tempos chegou a notícia de um desgraçado com uma faca espetada nas costas que a polícia norte-americana passou por cinco hospitais sem nenhum lhe abrir as portas porque... não tinha seguro. Outra evidência está na selvajaria reinante nos EUA, como se depreende da opinião do enfermeiro que recebeu a brasileira acidentada, ao afirmar que Tom Cruise lhe tinha salvo a vida porque, o mais certo, era ser passada definitivamente a ferro se continuasse estendida na estrada, para onde, aliás, fora atirada por um automobilista que nem se deu ao trabalho de parar... Ser solidário em tal selva aproxima-se, de facto, do heroísmo.

## Lucros I

A Companhia de Seguros



Tranquilidade, a seguradora do Grupo Espírito Santo que mantém a liderança do sector desde o ano passado, registou só nos dois primeiros meses deste ano, em prémios de seguro directo, um crescimento consolidado superior a 200% sobre um volume de negócios de 33,6 milhões de contos. O volume de prémios consolidados o ano passado foi de 100,4 milhões de contos e o resultado líquido consolidado foi de 2,044 milhões de contos,

mais 69,5% que em 1994, o que permitiu à administração propor a distribuição de um dividendo bruto de 40 escudos por acção (760 mil contos), mais 60% que no exercício anterior.

Lê-se estes números e pasma-se: onde estão os famosos «prejuízos» reclamados todos os anos pelas seguradoras e que «justificam» os brutais aumentos que, também todos os anos, aplicam nomeadamente ao ramo automóvel?!... Está-se mesmo a ver onde estão: nem mais nem menos que nestes crescimentos fabulosos dos lucros...

# PONTOS NATURAIS

## A violência da polivalência

*Repórter* - Carlos Paulino, 43 anos, operário fabril na Cimentos Maceira e Pataia onde trabalha há já 20 anos. A vida profissional não lhe corre bem. Nada bem mesmo. É vigilante de máquinas de segunda, mas não faz outra coisa do que limpar a fábrica ou transportar matérias-primas. Diz ser vítima de perseguição pela simples razão de ser dirigente de um sindicato e ao serviço deste exercer funções de delegado sindical na cimenteira.

*Carlos Paulino* - O engenheiro Coutinho, director da fábrica, diz que ou sindicato ou empresa. Como eu não abdicar do sindicato, a empresa corta-me as pernas.

*Repórter* - Nada como ouvir o director da fábrica. Mas não. O engenheiro Coutinho recusa-se a falar sobre o assunto, alegando que se trata de um caso interno, ao qual a empresa não atribui a menor importância.

Por alturas de uma greve, os problemas agravaram-se. Mas Carlos Paulino ainda se sujeitou a mais. Começou a fazer limpezas até que um dia, há três anos, não acatou uma ordem superior. Foi alvo então de um processo disciplinar e acabou despedido, sem que a empresa aceitasse a sua resposta à nota de culpa.

Regressou três anos depois, após sentenças do Tribunal do Trabalho de Leiria e da Relação de Coimbra. Regressou também às limpezas. Mas o que a empresa queria mesmo era vê-lo pelas costas.

*Carlos Paulino* - Fizem-me uma proposta através do meu advogado, não a mim directamente, de 4500 contos, para eu rescindir o contrato. Não aceitei.

*Repórter* - Todos os dias de manhã o caminho para a fábrica é um martírio.

Passou de cavalo para burro em termos profissionais. Uma questão de legalidade que está entregue à Inspeção do Trabalho, mas o processo não há meio de andar.

Na fábrica todos o conhecem, mas alguns têm a língua presa.

*Repórter* - O senhor conhece o senhor Carlos Paulino?

*Primeiro operário* - Conheço.

*Repórter* - E o que é que acha da situação dele?

*Primeiro operário* - Eh, pá... Eu estou um boca-do-por-fora. Não me pronuncio acerca disso. Tá uma situação chata, mas...

*Repórter* - Acha que ele está a ser perseguido, ou não?

*Segundo operário* - Eh pá... Não sei...

*Repórter* - Acha que o Carlos Paulino está a ser perseguido?

*Segundo operário* - Quem pode dizer é ele.

*Terceiro operário* - Os tribunais já decidiram tudo e mais alguma coisa a favor dele, continua-se neste impasse.

*Repórter* - Acha que ele está a ser perseguido?

*Quarto operário* - O director da empresa que lhe responda.

*Quinto operário* - O Carlos Paulino acha que o estão a perseguir.

*Repórter* - Por que acha que o estão a perseguir?

*Quinto operário* - Pá, isso já vem de tempos atrás.

*Repórter* - Será por ele exercer funções sindicais?

*Quinto operário* - Creio que sim. Eu também já estive metido no sindicato e...

*Sexto operário* - Acho que ele tem toda a razão.

*Repórter* - Acha que desempenha bem as suas funções sindicais?

*Sexto operário* - Muito bem. É um operário responsável e está bem certo daquilo que diz. Tem mostrado muita segurança naquilo que faz e é bom que seja assim, para bem de nós todos.

*Repórter* - Em casa, as coisas vão andando, mas a família está preocupada.

*Mulher* - Não dorme, enerva-se connosco, cá em casa a tensão é bastante grande. Até já me chegou a dizer, como nós não somos casados, vivemos juntos há 17 anos, que poria a casa em meu nome e agarrava no engenheiro e o botava pela janela fora.

*Nota* - Fiquei, como qualquer cidadão, inquieto com a flexibilização do horário de trabalho e a polivalência inscritos no acordo entre os «parceiros» (e que parceiros!) sociais. Os palavrasões escondem muitas vezes a realidade. Felizmente, Manuel Carvalho da Silva traduziu aquelas expressões para os menos letrados - infelizmente o programa aproximava-se da uma hora da madrugada, pouco própria, portanto, para ser visto pelos trabalhadores. Por acaso, e a propósito de polivalência, encontrei nos meus arquivos uma emissão da Praça Pública, salvo erro de 1994, excelente para ilustrar a situação. Daqui faço votos para que Carlos Paulino tenha vencido a dura batalha e saído o operário que não teve medo de defender o camarada.

Manoel Carvalho

## Lucros II

Entretanto, a CP facturou 23 milhões de contos com o serviço de passageiros em 1995, dos quais cerca de 10 milhões em combóios de longo curso.

Percebem agora por que está o capital privado com tanto interesse em se abotoar com o transporte ferroviário de passageiros, deixando para o Estado as linhas menos rentáveis e a construção e manutenção de todas as infra-estruturas e equipamentos?!...

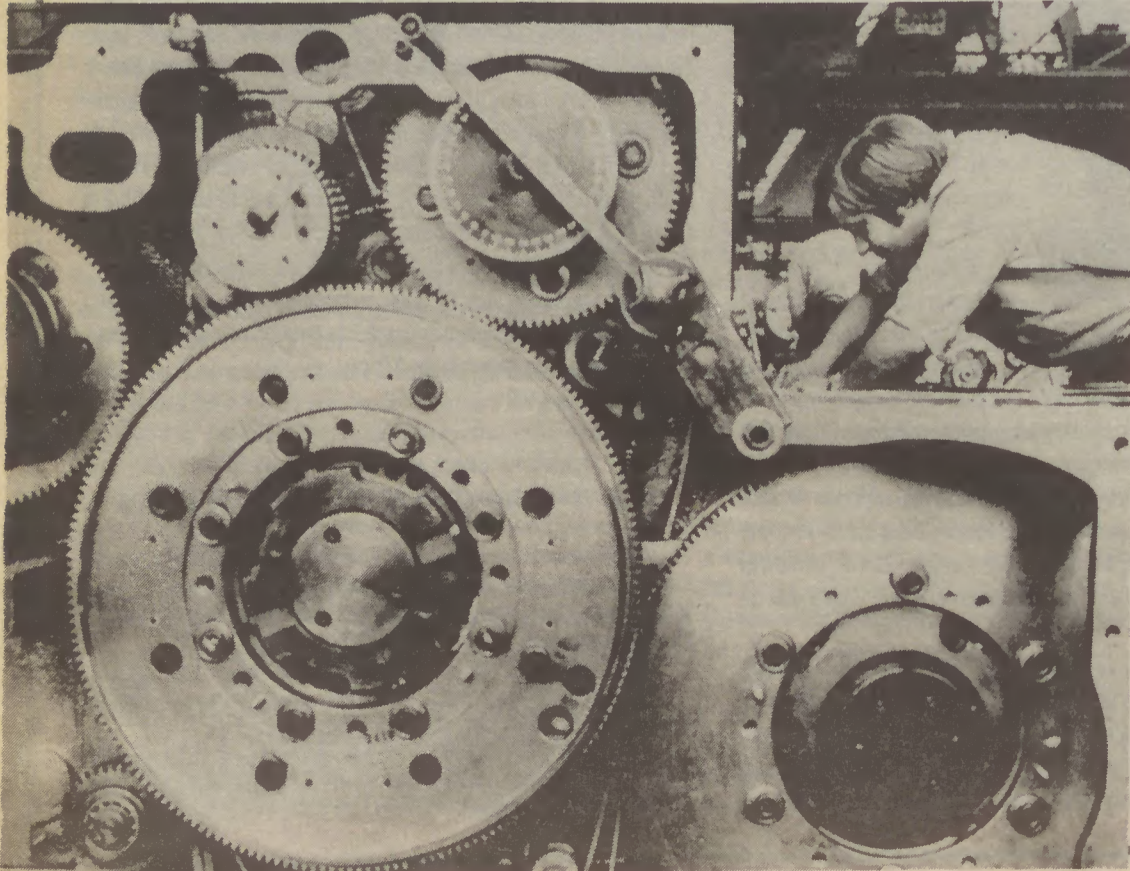
A isso chamam eles «boa gestão»: o capitalismo fica com os lucros e os contribuintes com as despesas.

## Lucros III

Mas os lucros não são como o sol, que quando brilha é para todos. A prova está no facto de o investimento em certificados de aforro, nos dois primeiros meses deste ano, se ter elevado a 58 milhões de contos, o que representa um crescimento de 20% em relação a igual período do ano anterior, que atingiu os 48 milhões de contos.

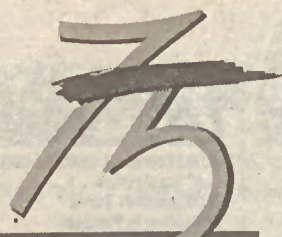
A explicação é esclarecedora: este aumento dos certificados de aforro acompanha a tendência de quebra de rentabilidade dos depósitos a prazo, a fraqueza dos mercados de capitais para pequenos accionistas e a ausência de alternativas seguras de aplicação de poupanças particulares.

Pois é. A concentração dos grandes lucros nas mãos de alguns é de tal ordem, que já nem as migalhas deixam para o maralhal...





## AGENDA



75  
anos  
PCP

**Pela Democracia  
Pelo Socialismo  
Por Portugal**

## Alpiarça

Encontro de Quadros do Distrito de Santarém  
Sábado, 30, a partir das 15h no CT de Alpiarça  
Sessão pública de encerramento às 18h30  
com intervenção de  
**CARLOS CARVALHAS**

## Distrito de COIMBRA

COMÍCIO na Pç. República COIMBRA  
Sexta, 29, às 21h30  
com a participação de  
**ÁLVARO CUNHAL**

## Miranda do Corvo

Sexta, 29, às 19h30  
Jantar-convívio no Grupo Recreativo Mirandense  
também com **Álvaro Cunhal**

## Cantanhede

Sábado, 30, às 20h  
Jantar no Rest. «O Catito»  
com **Carlos Fraião**

## Arganil

Domingo, 31, às 13h  
Cantina da Esc. Prof. Alice Jacob  
Almoço-convívio das organizações de  
Arganil-Oliv. do Hospital-Tábua  
com **Vasco Paiva**

## Palmela

Cinema S. João, sexta-feira às 21h  
Encontro com **CARLOS CARVALHAS**:  
«PCP - um projecto de futuro para Portugal»

## ALCÁCER DO SAL

Almoço no Centro Social da Albergaria - domingo, 31, 13h

## ALCOBAÇA

Debate com **Dias Lourenço** sobre «75 anos de vida e de luta»  
- na Sala da Assembleia Municipal, sábado, 30, às 21h30.

## ALMADA

Charneca da Caparica - Convívio no CT - sábado, 30, 16h  
Caparica - Almoços no CT da Costa e no CT de Monte da  
Caparica - domingo, 31, 13h

## AMADORA

Almoço no Refeitório Municipal dos Moinhos da Funcheira,  
promovido pelas organizações de freg. **Mina e Empresas da  
Amadora**, com **Jerónimo de Sousa** - domingo, 31, às 13h  
Almoço no CT da Amadora, com **Carlos Chaparro** - sábado, 30,  
às 13h

## AVEIRO

Vila Chã (Vale de Cambra) - Jantar na «Adega Soares» com **Artur  
Ramísio** - sábado, 30, às 20h  
Espinho - Jantar no «Rest. Ripolim» com **Jorge Sarabando** -  
sábado, 30, às 20h

## BENAVENTE

Jantar no Rest. «Miradouro», com **José Casanova** - sexta, 29,  
às 20h.

## BRAGA

Exibição do filme «Ardente Paciência». **Homenagem a Pablo  
Neruda** (iniciativa do sector Intelectual de Braga do PCP) - sábado,  
30, às 21.45, na Casa dos Crivos  
Esposende - **Exposição comemorativa do 75º aniversário**  
- no Auditório do Posto de Turismo, dias 28 a 30 de Março

## LISBOA

Sector Transportes - Jantar no CT Vitória, com **Jerónimo de  
Sousa** - sexta, 29.  
Célula da CML/Zona Centro - Almoço no CT Vitória - sábado, 30,  
às 12h.

## MOITA

Convívios em **Alhos Vedros** (no CT, dia 30 às 15h) e em **Sarilhos  
Grandes** (no CT, com **Virgílio Azevedo**, domingo, 31, 13h)

## MORA

Plenário e convívio no CT do PCP - sábado, 30, às 16h

## MORTÁGUA

Jantar no restaurante «O Imigrante» em Vale de Açores, com **José  
Vitoriano**, seguido de animação musical por núcleo da JCP/Viscu  
- sábado, 30, às 19h30.

## Viana do Castelo

Auditório do Instituto Politécnico, sábado às 14h30  
Conferência de **ÁLVARO CUNHAL**:  
«O PCP - o presente, o passado e o futuro»

## Vila Franca de Xira

Domingo, 31, às 13h  
Almoço-convívio em **A-dos-Loucos** (Pavilhão da UDRA)  
com a participação de **CARLOS CARVALHAS**

Ciclo de conversas  
com quem fez e faz  
a história do PCP

Março/Maio 1996

ESPAÇO CULTURAL VITÓRIA

29 de Março - 21h30

II - CONTINUAR O COMBATE NAS CADEIAS. AS FUGAS.

Organização do Partido nas cadeias e ligação ao Partido.

Iniciativa individual e trabalho colectivo. Fugir para  
continuar o combate.

com **António Dias Lourenço, Joaquim Gomes, Jaime Serra,  
M. Adelaide Aboim Inglês, I. Dias Lourenço, Conceição Matos.**  
Moderador: **Alexandre Magrinho**

SETÚBAL

Exposição comemorativa  
do 75º aniversário do PCP

- Palmela - Cinema S. João - Sexta, 29, às 21h

- Montijo - Biblioteca Municipal - De 1 a 3 de Abril

## JCP/V Congresso

- LISBOA - Plenário Nacional do Ensino  
Secundário: sábado, 30, na Esc. António Arroio

- PAREDE - Debate: «A intervenção dos  
comunistas no País Cor-de-Rosa», com  
**Bernardino Soares**: no CT do PCP, domingo,  
31, às 15.30

- MONTE-MOR-O-NOVO - Jantar-convívio  
no CT do PCP: segunda-feira, 1, às 21h

- SILVES - reunião preparatória do V  
Congresso: quarta-feira, 3

- PAUL - Festa-convívio e Torneio de Futebol:  
domingo, 31, a partir das 15h



## Assembleias da Organização

**BRAGA** - 7ª Assembleia da Organização Concelhia  
Sexta-feira, 29, às 21h30 no CT de Braga  
com a participação de **Henrique de Sousa**

**PÓVOA DE VARZIM** - Assembleia da Organização  
Concelhia  
Sábado, 30, às 14h30 no Auditório da Biblioteca Municipal.  
Encerramento às 18h, com **Emídio Ribeiro**

**ODIVELAS** - 3ª Assembleia da Organização da Freguesia  
Sábado, 30, às 14h30 na Soc. Musical Odivelense  
com a participação de **Aurélio Santos**

**PINHAL NOVO** - 5ª Assembleia da Organização da Freguesia  
Sábado, 30, às 15h no CT do PCP  
com a participação de **Jaime Serra**

**LISBOA** - 4ª Assembleia da célula da CML  
Sábado, 30, às 15h no CT Vitória  
com a participação de **João Amaral**

## Outras reuniões

LISBOA

Reuniões preparatórias  
(cl eleição delegados)  
da 3ª Assembleia da ORL  
(Coliseu dos Recreios, 13 Abril 1996)

## Lisboa

Dia 28 - CT Vitória - das Orgs dos **Professores - Profs. do Ensino Superior**  
- Sector Com. Social - **Quadros Técnicos - Freg. Arroios** (todos às 21h30);  
de **Serviços no CT Duque Loulé**; freg. **Fátima** (CT Soeiro, 21h); freg. **S.**  
**Jorge Arroios e Anjos** (CT Vit., 21h)

Dia 29 - Sect. **Empresas** (Dq. Loulé, 19h); freg. **Penha e S. João**  
(JFS. João).

Dia 30 - **Táxis de Lisboa e Autocoop** no CT Vitória, 16h: **Núcleo Jovem de**  
**Serviços** (Dq. Loulé, 15h30); freg. **Alto do Pina** (Al. Afonso Henr, 72, 2º,  
15h); freg. **Ajuda e S. Francisco Xavier** (CT Ajuda, 16h30). freg.  
**Alcântara, S. Cond., Campolide, Belém, Prazeres** (CT Alcântara, 15h, com  
**Fernanda Barroso**)

Dia 31 - **Charneca** (15h30, CT Vit.)

Dia 1 Abril - **Artes e Letras** (CT Vit., 21h30); freg. **Lumiar** (CT Lumiar,  
21h); **Olivais** (CT, 16h)

Dia 2 - **Transportes** (c/ José Casanova, CT Vit., 19h); **Reformados Z.**  
**Centro** (15h30, CT Vitória); freg. **Beato** (JF, 21h30); **Colina da Graça** (CT  
Graça, 21h30)

Dia 3 - freg. **Ameixoeira** (CT Lumiar, 21h); **militantes Z. Centro** (CT Vit.,  
21h); freg. **Benfica** (CT, 21h); **Ferrovários** (CT Vit., 18h30); **Olivais**  
(CT, 21h)

## Amadora

freg. **Mina e Brandoa** - dia 29, 21h30, CT Amadora. Dia 30 - freg. de  
**Reboleira e Buraca/Alfragide** (nas respectivas JF), às 15h. Dia 31 - freg.  
**Damaia** (CT, 10h). Dia 1 - **Célula CM** (CT, 18.30). Dia 3 - freg.  
**Falagueira/Venda Nova** (JF, 21h); célula **Sorefame** (Quinta S. Miguel, 18h)

## Sintra

freg. **Rio de Mouro** (dia 30, 15h, CT). **Empresas conc. Sintra** (dia 2, 21h,  
CT Rio de Mouro); **Aqualva-Cacém** (dia 28, 21h30); **Queluz** (dia 29, 21h30)  
- **Sobral Monte Agraço** - Dia 30, 21h30, CT  
- **Arruda dos Vinhos** - Dia 31, 17h30, CT

## Cascais

**Alcabideche** (dia 30, 15h30), **Cascais** (dia 31, 15h30), **Tires** (dia 30, 15h30),  
**Sassoeiros** (15h30), **Estoril** (dia 31, 15h30)

## Loures

Dia 28 - **Olival Basto; Bobadela; Unhos** (21h30). Dia 29 - **Caneças;**  
**Camarate; Fanhões** (21h30). Dia 30 - **Odivelas** (com **Aurélio Santos**,  
14h30); **Loures** (com **D. Abrantes**, 14h30); **Pontinha** (com **V. Dias**, 15h);  
**Moscavide** (15h); **Sacavém** (15h); **Prior Velho** (21h30); **Famões** (21h30).  
Dia 2 - **Ramada** (21h30)

## Oeiras

**Empresas** (29, 19h); **Porto Salvo** (29, 21h); **Linda-a-Velha, Paço D'Arcos,**  
**Algés, Carcavelos** (dia 30, 15h), **Barcarena** (dia 30, 21h)

## Vila Franca de Xira

Dia 29 - **Sobralinho, Vila Franca de Xira, Alhandra, Vialonga, Alverca**  
(todos às 21h30). **Póvoa de Sta. Iria** (dia 1, 21h30); **CMAS e CM V.F. Xira**  
(dia 2, 18h); **Castanheira** (dia 2, 21h30).

## TORTOSENDO

Reunião da Comissão de Freguesia do PCP e dos trabalhadores  
Têxteis do Tortosendo membros do PCP: domingo, 31, a partir das 10h,  
no CT do PCP, com a participação do cam. **Luís Garra**, para análise da  
situação política e da situação actual no sector Têxtil.

## LISBOA

«O PCP e a Lisboa do virar do século» - ciclo de debates no CT Vitória.  
Esta semana (hoje, quinta-feira, às 18h30): **Transportes, acessibilidades**  
e trânsito.

## SETÚBAL

Encontro da Concelhia da CDU de Setúbal com a participação de  
**Francisco Lopes**: domingo, 31, das 10h30 às 18h, na Albergaria Laitav.  
**Almada** - Plenário da célula da Lisnave - quinta-feira, 28, às 17h, no CT  
concelhio de Almada.

**Arrentela** - Plenário de militantes da freguesia - no CT, dia 30 às 15h  
**Fernão Ferro** - Plenário de militantes - no Auditório da JF, dia 30 às 15h  
**Seixal** - Plenário da célula da Indelma - no CT do Seixal, dia 30 às 16h

## Ciclo de debates no CT de Faro

Esta semana (sexta-feira às 21h30):

**A MÚSICA EM DEBATE** - Em matéria de música,  
o melhor dos anos 60 foram os anos 50...  
com **Ruben de Carvalho**



REFORMA DEMOCRÁTICA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

SEMINÁRIO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
30 DE MARÇO DE 1996 (SÁBADO) - 10.00 HORAS - TEATRO TABORDA - LISBOA



TELEVISÃO

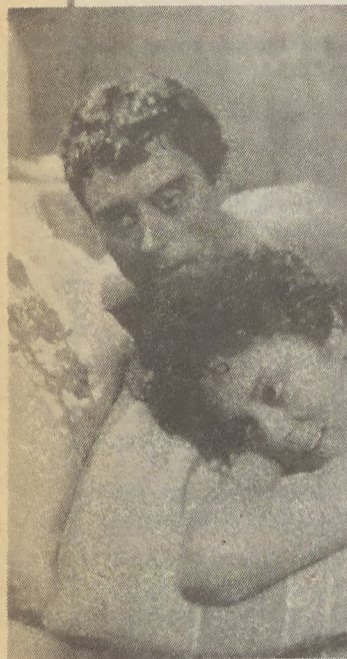
Quinta, 28

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.30 À Minha Medida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Infantil / Juvenil
16.45 Os Dias Úteis
18.05 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.10 Tudo pelos Outros
22.05 Prova Oral
23.40 Murphy Brown
00.10 24 Horas
00.40 Remate
01.00 Sangue nos Trópicos
(Filme de Ivan Hall, Afr.Sul-1987. Comédia)

TV2

16.30 Desporto de A a Z
17.45 Rua Sésamo
18.15 Um, Dó, Li, Tá
19.15 Musical: «Beat Special II»
20.10 Campos de Fogo



Anno Domini, o habitual «folhetim bíblico» da Páscoa na TVI. Entre os intérpretes, Susan Sarandon, premiada esta semana com um Óscar

21.15 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.40 Acontece
22.50 Fim-de-Semana no Ascensor
(Filme de Louis Malle, Fr-1957. Ver Destaque)
00.35 Ver Artes
01.00 In Concert

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Lei e Ordem
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Tralhões
22.15 Marina, Dona Revista
23.15 A Noite da Má Língua
00.35 Último Jornal
00.50 O Regresso
(Filme de Peter Fonda, EUA-1971. Ver Destaque)

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.55 Jornal do Mundo
11.25 Portugal Português
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 Encontro
16.40 A Hora do Recreio
17.50 Já Tocou na Faculdade
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Poço do Ódio
(Filme de Stanley Kramer, EUA-1973. Ver Destaque)
24.00 TVI Jornal
00.45 Rua Jump, 21

Sexta, 29

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.30 À Minha Medida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.40 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
16.00 Congresso do PSD
16.05 Infantil / Juvenil
16.45 Os Dias Úteis
18.00 Golo!
18.40 Cinzas
19.15 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.35 Isto É o Agilido
22.20 Congresso do PSD
22.25 Prémios RTC
23.35 24 Horas
00.05 Remate
00.25 O Jogo de Abutres
(Filme de James Fargo, Gr.Br.-1979. Drama)

TV2

16.30 Motociclismo
17.40 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Arte em Imagens
19.25 Artes e Letras - «Steven Spielberg»
20.15 Irmãs
21.20 Máquinas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.40 Acontece
22.55 Actual Reportagem
24.00 O Magnífico Matador
(Filme de Budd Boetticher, EUA-1956. Drama)

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Lei e Ordem
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Malucos do Riso
22.15 Camilo e Filho
22.45 Táxi
23.45 Os Donos da Bola
01.05 Último Jornal
01.25 Playboy

TVI

10.10 Clube da Manhã
11.00 Sinais e Leis
11.30 Luzes da Ribalta
12.50 Dez Prá Uma
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 Encontro
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Já Tocou na Faculdade
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo



«Testemunhos» - uma peça de Eugene O'Neill filmada para televisão por John Frankenheimer com grandes actores como Robert Ryan, Lee Marvin e os Irmãos Bridges - terça e quarta à noite na TV2

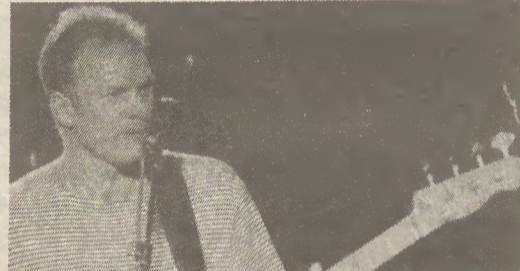
22.00 O Rapto
(Filme de Roger Young, EUA-1987. «Thriller»)
24.00 Grande Plano
00.20 TVI Jornal
01.15 Rua Jump, 21

13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Tênis - Torneios ATP
15.30 A Hora do Recreio
16.15 Doutores e Engenheiros
17.30 O Professor de Música
(Filme de Howard Hawks EUA-1947. Ver Destaque)
19.30 Telejornal
20.10 Diagnóstico: Crime
21.10 Regresso ao Crime
(Filme de Bob Butler, EUA-1988. Ficção Científica)
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.45 Últimas Notícias
01.05 Pena de Talião
(Filme de Henry Levin, EUA/1948. Ver Destaque)

Sábado, 30

CANAL 1

08.00 Infantil / Juvenil
10.55 Clube Disney
12.20 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 Congresso do PSD
15.05 Jornal Jovem
16.05 Rumo a Avonlea
17.05 Automobilismo: G.P. F1 Brasil
18.30 Chefe, Mas Pouco
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Boavista-Benfica
22.45 Congresso do PSD
23.15 Parabéns
01.00 24 Horas
01.35 Loucos sobre Rodas
(Filme de Alan Gibson, EUA-1976. Aventuras)



In Concert: actuações ao vivo das grandes estrelas da música popular. Esta semana, entre outros, Sting e Springsteen

TV2

09.00 Universidade Aberta
12.10 Fórum Musical
13.00 Parlamento
14.00 A Europa na Encruzilhada - «Reforma das Instituições»
15.00 Atalanta 96 - «Atletismo»
16.00 Desporto
17.10 O Preço da Audácia
(Filme de Joseph Pevney, EUA-1960. Drama)
19.00 TV2 Informação
19.05 Circo
20.20 Ilhas Desertas
20.55 Trio de Quatro
22.00 TV2 Informação
22.05 Seis Histórias
22.55 Remate
23.20 Jogo Falado
24.00 Os Anjos da Guarda
(Filme de Richard Rush, EUA-1974. Ver Destaque)

SIC

09.00 Buêrére
11.30 Portugal Radical
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Tostões e Milhões
14.00 Malhação
15.00 Danielle Steel - Um Dia Desconhecido
17.00 O Juiz Decide
18.15 Futebol: Sporting-Guimarães
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Big Show Sic
00.35 Último Jornal
00.50 American Graffiti - II
(Filme de B. W. L. Norton, EUA-1979. Drama)

TVI

09.40 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Quem Sai aos Seus...
12.30 Novos Ventos

Domingo, 31

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
14.45 86-60-86
15.35 Os Jovens Cowboys
16.45 Automobilismo: G.P. de F1 do Brasil
19.15 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Porto-Leiria
22.45 Quem É o Quê?
00.05 24 Horas
00.35 Imagens Vivas
01.30 No Calor da Noite

TV2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes



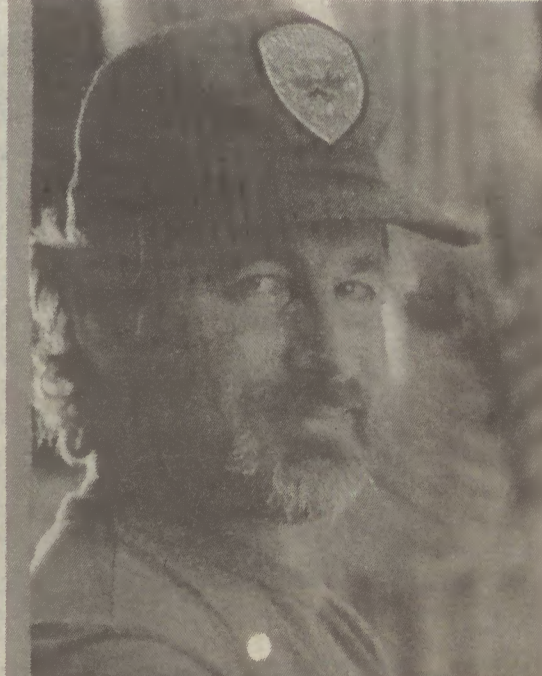
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 O Homem e a Cidade
12.00 Regiões
13.00 Atalanta / 96
14.00 Golo Europa
14.00 Desporto de A a Z
15.55 Jornada na Dois
17.55 Para Além do Ano 2000
18.40 TV2 Informação
18.45 Os Três Recrutados
(Filme de Roy Del Ruth, EUA-1952. Comédia Musical)
20.50 O Reino do Ló (2ª parte)
22.00 TV2 Informação
22.05 A Ilha das Galvotas
23.05 Domingo Desportivo
00.35 A Guerra Aberta
(Filme de Richard C. Serafin, Gr.Br./EUA-1979. Comédia)

SIC

09.00 Buêrére
12.00 Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.00 Malhação
14.55 Uma Mulher de Honra
15.45 O Guarda-Costas
16.35 007 - Ordem para Matar
(Filme de John Glen, Gr.Br.-1989. Ver Destaque)
18.50 Moda Paris Primavera-Verão
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas (Final)
23.55 Viagem a Lisboa
(Filme de Wim Wenders, RFA-1995. Ver Destaque)
01.50 Último Jornal
02.05 Labirinto de Paixões
(Filme de Robert Mulligan, EUA-1962. Ver Destaque)

TVI

09.30 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.00 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.40 Olhó Popular
17.10 O Jogo do Ganso
19.30 Telejornal
20.15 Menina Prodigio
20.45 O Pai da Chefe
21.10 Raio Azul
22.20 Jornada de Doidos
(Filme de Peter Faiman, EUA-1991. Comédia)
23.55 Últimas Notícias
00.10 Hunter



Segunda, 1

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.30 À Minha Medida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.40 Marco Paulo com Música no Coração
22.55 Nova Oportunidade
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.35 O Enxame
(Filme de Irwin Allen, EUA-1978. Catastrofe)

TV2

16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
18.10 Um, Dó, Li, Tá
19.10 O Templo dos Deuses
20.15 Série
21.15 A Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - «The White Room»

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Lei e Ordem
15.10 Os Donos do Jogo
16.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
18.55 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração
22.00 Ponto de Encontro
22.30 Os Salteadores da Arca Perdida
(Filme de Steven Spielberg, EUA-1981. Ver Destaque)
00.45 Último Jornal
01.00 Flash Back

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.50 Novos Ventos
11.25 Rumores
12.00 Fado, Fadinho
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Já Tocou na Faculdade
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 Anno Domini (I)
00.35 TVI Jornal + Primeira Fila
01.45 Rua Jump, 21

Terça, 2

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.35 À Minha Medida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.40 A Mulher do Sr. Ministro
22.00 Cotton Club
(Filme de Francis Ford Coppola, EUA-1984. Ver Destaque)
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.50 Direitos de Mãe
(Filme de Larry Pearce, EUA-1982. Melodrama)

TV2

16.40 Golo Europa
17.40 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Contos a Óleo
19.10 De Boa Saúde
19.30 Rotações
20.45 Vingadores
21.20 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.55 Teatro: «Testemunhos» (1ª parte)
00.10 Coleção Platinum

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Lei e Ordem
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Al, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 Sonhar Acordado
01.20 No Fim do Mundo

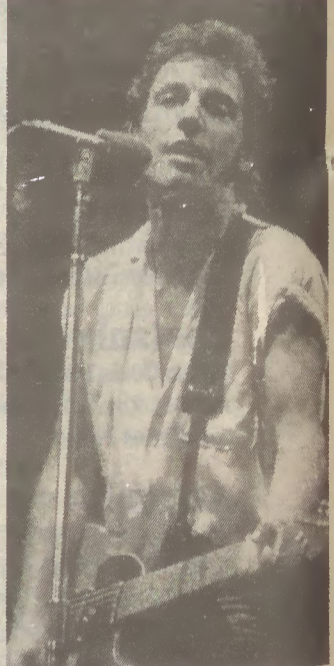
TVI

10.10 Clube da Manhã
10.40 O 8º Dia
11.10 Momentos de Glória
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Já Tocou na Faculdade
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 Anno Domini (II)
23.55 TVI Jornal
00.35 Jornal de Negócios
01.05 Rua Jump, 21

Quarta, 3

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 A Minha Gente
09.30 À Minha Medida
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária



11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.50 Roseira Brava
21.30 A Lei das Ruas
22.50 Sinatra
00.15 24 Horas
00.30 Remate
01.00 Barreira de Sangue
(Filme de Christopher Leitch, EUA. Acção)

TV2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Desafios
19.45 À Descoberta do Mundo
20.30 Uma Cidade, Dois Mundos
21.30 Planeta Terra
22.00 TV2 Jornal
22.40 Acontece
22.55 Documentário: «Alma Russa»
23.50 Liga dos Campeões
01.00 Teatro - «Testemunhos» (2ª parte)

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Lei e Ordem
15.00 Futebol: Tirsense-Chaves
17.00 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Barba e Cabelo
21.10 Explode Coração
22.05 Casos de Polícia
23.15 Decadência
00.20 Último Jornal
00.40 Toda a Verdade

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.30 Jornal de Negócios
11.00 Olhó Popular
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Já Tocou na Faculdade
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.35 Fora de Jogo
22.00 Anno Domini (III)
23.50 TVI Jornal
00.35 Jornal do Mundo
01.05 Rua Jump, 21

Steven Spielberg: notas sobre uma personalidade e obra notáveis no «Artes e Letras» desta semana



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## O Poço do Ódio

(Quinta, 22.00, TVI)

Filme de aventuras assumido, à antiga, como parece que já não se fazem assim hoje, é este *O Poço do Ódio* que, como o título indica, está carregado de fortes conflitos entre uma «mulher de armas», Lena (Faye Dunaway) que defende a todo o custo um poço de petróleo de que é proprietária contra as investidas de um grande senhor do petróleo (Jack Palance), sendo nesta empresa ajudada por um vagabundo, Mase. No papel deste último - e responsável por surpreendentes momentos de humor - brilha a grande altura George C. Scott, numa grande interpretação.

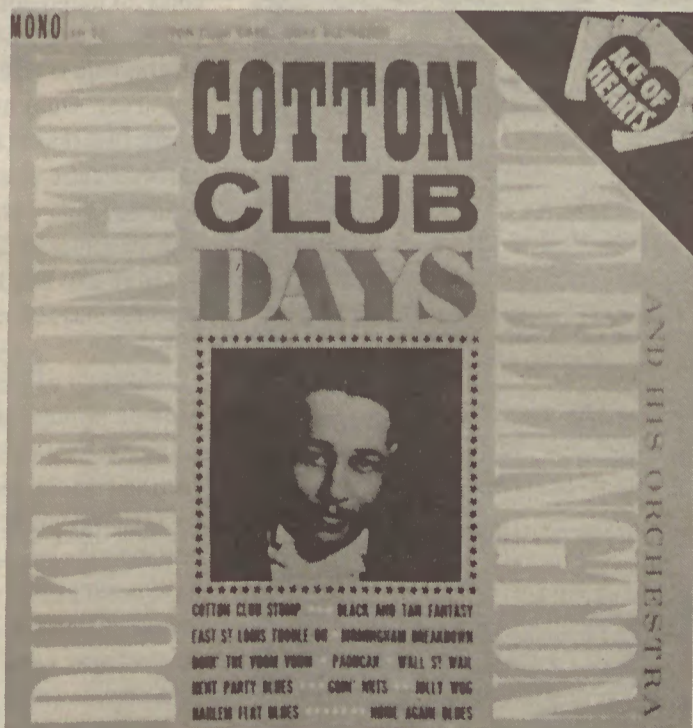
O novo James Bond (Timothy Dalton) com Carey Lowell, em «007, Licença Para Matar»



## Fim-de-Semana no Ascensor

(Quinta, 23.00, TV2)

Depois de ter morto o marido da sua amante, Julien volta ao local do crime porque se esquecera de um objecto; mas é apanhado no elevador, a meio da descida, pela falta de energia eléctrica, tentando sem êxito libertar-se durante a noite e ficando ali preso durante o fim-de-semana. Entretanto, o seu carro é roubado por um parzinho de enamorados que acabam por atropelar mortalmente um casal de cidadãos alemães. Assim, Julien é o virtual culpado desse crime e a amante, Florence, acaba por descobrir o casalinho em fuga. Mas, ao denunciá-los à polícia, ela incrimina assim o seu amante e desvenda a sua própria cumplicidade... Trata-se da primeira longa-metragem de Louis Malle, especialmente saborosa pela argúcia do argumento e pelo rigor da encenação, e iluminada na banda sonora pela grande música de Miles Davis, improvisada e registada «em directo» durante a passagem em estúdio das bobinas com as sequências pré-determinadas.



A música de Duke Ellington na banda sonora de «Cotton Club», de Francis Ford Coppola

## O Regresso

(Quinta, 00.50, SIC)

Um vagabundo abandona o seu companheiro de errâncias para ir ao encontro de sua mulher e filha, que já não via há sete anos. Mas acaba por voltar a partir ao saber que o seu ex-cúmplice fora feito prisioneiro. Um *western* realizado e interpretado por Peter

Fonda, bem acompanhado por Warren Oates e Verna Bloom, com uma fabulosa fotografia de Vilmos Zsigmond.

## O Professor de Música

(Sábado, 17.30, TVI)

Esta história de uns professores de música que investigam a evolução do Jazz é mero pretexto para um filme *musical* em que participam alguns conhecidos nomes daquele género musical, como Benny Goodman, Louis Armstrong, Lionel Hampton ou Jimmy Dorsey. Mas, embora recheada de alguns *gags* ao feitiço de Danny Kaye, a história é fraquinha e a rotineira realização de mestre Howard Hawks não faz grande esforço para melhorar as coisas. Neste caso, foi acertado porem o filme à *matinée*...

## Os Anjos da Guarda

(Sábado, 00.00, TV 2)

Se há filme onde abundem violentas e destruidoras perseguições de carros, dezenas de «dúplios» a amachucarem-se visivelmente em vez das vedetas e outros ingredientes calistos neste tipo de aventuras, *os Anjos da Guarda* é um deles. E, no entanto, passa-se cerca de hora e meia de grande divertimento pois a história destes dois polícias de S. Francisco (um americano, outro de origem mexicana) a perseguirem o chefe de um bando, ao mesmo tempo que um deles desconfia da infelidade da própria mulher, é realizada com adequado despacho por Richard Rush e interpretada com grande gozo por figuras como James Caan, Alan Arkin e Alex Rocco.

## A Pena de Talião

(Sábado, 01.05, TVI)

Particularmente violento e cruel, este surpreendente *western* conta-nos a história de um ex-coronel *nortista*, conhecido pelas suas represálias, que se torna juiz numa pequena cidade do Colorado, onde um seu ex-adjunto é *sheriff*. Mas a severidade do juiz leva à revolta entre os mineiros, à demissão do *sheriff* e ao abandono do lar pela sua própria mulher. Em destaque está Glenn Ford tirando excelente partido de um poderoso papel.

## 007, Licença para Matar

(Domingo, 16.35, SIC)

Em mais uma espectacular e sempre disparatada e

inverosímil sequela das aventuras de James Bond - que, aqui, voltam a subir alguns pontos com a chegada de um novo intérprete, Timothy Dalton - a história leva-nos desta vez a seguir o 007 na perseguição tenaz ao chefe de um cartel da droga e à vingança pelo assassinio de um casal amigo. É uma estreia na televisão, o que quer dizer que se trata muito provavelmente de mais uma cópia que vai ficar estragada pelo *pan & scan*.

## Viagem a Lisboa

(Domingo, 23.55, SIC)

Encomendado por Lisboa-94, *Capital da Cultura*, e considerado pelo próprio como uma contribuição para o centenário do cinema, este filme-documentário é a terceira experiência cinema-

tográfica do realizador Wim Wenders na capital portuguesa. Desta vez, a câmara debruça-se mais profundamente do que nunca na fotogenia e personalidade de Lisboa ao acompanhar as deambulações de um técnico de som que estuda tecnicamente os locais para a rodagem de um filme. Nos papéis principais, o destaque vai para Teresa Salgueiro (Madredeus) e para uma «perninha» feita por Manoel de Oliveira.

## Os Salteadores da Arca Perdida

(Segunda, 22.20, SIC)

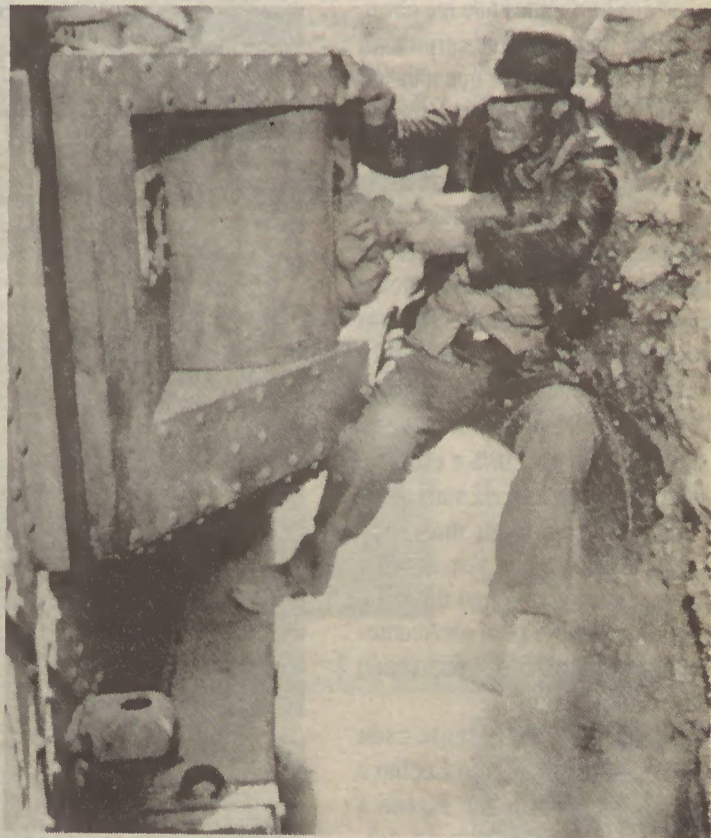
É, mais uma vez, ao mundo dos *seriais* de aventuras dos anos 30/40, vistos pelos olhos dos anos 80. Pois, não é isso mesmo que o realizador e os co-autores do argumento nos propõem? Exemplares manipuladores dos mecanismos do cinema-espectáculo - e vindos, todos eles, da formação cinéfila universitária - Steven Spielberg, Lawrence Kasdan e George Lucas, de uma outra maneira, revisitam, também eles, o *faz-de-conta* da memória de um certo cinema, transformando-o, agora e mais uma vez, na *escapatória* de uma sociedade americana em crise profunda e temperando-o com a sensibilidade audiovisual contemporânea: são as inenarráveis e inacreditáveis aventuras de um herói típico de *banda desenhada*, não já tosca e pobremente encenadas e a deixar campo livre à imaginação dos

miúdos das *matinées* de todos os Coliseus, Olímpias e Politeamas deste mundo, mas servidas por um dispendiosíssimo catálogo de truques e efeitos especiais que, dir-se-ia pela primeira vez no cinema, eram capazes de encenar, montar e sonorizar a *materialização* da nossa própria imaginação - coisa, a um tempo, tão inovadora quanto sedutora. Sempre com um pé atrás, deixemo-nos mais uma vez embalar...

## Cotton Club

(Terça, 22.00, Canal 1)

Embora alguns furos abaixo de outras obras incontestáveis de um grande cineasta como é Coppola - sobretudo pela relativa



Harrison Ford, numa cena arriscada de «Os Salteadores da Arca Perdida», de Steven Spielberg

inconsistência do argumento e por uma certa contradição entre ritmos diversos próprios de géneros diferentes - este *Cotton Club* não deixa de ser um resplandecente espectáculo cinematográfico, na reconstituição fulgurante dos *anos loucos* do mundo do crime em Nova Iorque e da especial atmosfera de um dos mais famosos clubes de Jazz da «grande maçã». Na banda sonora, os *clássicos* imortais de Duke Ellington demonstram o génio de um dos maiores compositores deste século. Factores que tornam imprescindível a visão desta «Lotação Esgotada» - isto se se confirmar ser este o filme a transmitir neste dia...



■ Correia  
da Fonseca

# Saudades antecipadas

**E**ra o momento em que «Acontece» de certo modo celebrava o 34.º aniversário da rebelião estudantil de 62, e eu seguia a entrevista concedida por Jorge Sampaio, então presidente da RIA – Reunião Inter Associações, agora presidente da República Portuguesa, a Carlos Pinto Coelho, que o tratava repetidamente por «Presidente Sampaio», decerto que com plena justificação, já se vê, mas ao que me pareceu também com um secreto prazer. Seguiu eu a entrevista, e fazia-o, reconheço-o, com algum enlevo. Entende-se: afinal, naquele homem a falar ali, naquelas funções, estava também o meu voto e o dos meus camaradas, por sinal votos que se haviam revelado decisivos. Por isso eu o ia ouvindo também com uma pontinha de orgulho ingénuo.

Seguiu-se-lhe um duplo comentário, menos interessante, protagonizado por Medeiros Ferreira, ao tempo também ele destacado interveniente na contestação agora comemorada, e Jaime Nogueira Pinto, que em 62 integrava uma organização ultranacionalista e paranazi situada na ala mais à direita do salazarismo. Nessas breves intervenções, uma só nota relevante: Nogueira Pinto a queixar-se das violências entre 70 e 74 perpetradas pelos estudantes ditos de extrema-esquerda sobre os jovens direitistas na Faculdade de Direito. Jaime a gemer sobre isso reportando-se a um tempo em que a PIDE continuava a prender, a espancar, a torturar, a assassinar. Se o desmascaramento tivesse asas, este homem andava sempre em altos voos.

## Uma remota angústia

Depois, «Acontece» prosseguiu e, como de costume, por mais de uma vez me maravilhou, talvez não tanto pelo que disse e mostrou como pela largueza dos horizontes que me abriu. E isto de tal modo que me surpreendi a perguntar-me por que é que não sou espectador assíduo e quotidiano da rubrica. À primeira busca, encontrei uma boa desculpa: preciso de estar atento aos três restantes canais, onde ocorrem as coisas mais escandalosas e indignantes que, justamente por o serem, constituem material mais óbvio, e porventura mais fácil, para intevenções no plano da crítica ou do que o queira ser. Logo, porém, senti que a explicação era curta e escassa, que para além dela haveria mais qualquer coisa. Aplicando-me um pouco mais, auscultando o que vem sendo a minha experiência ao longo dos dias, descobri que sempre olho o «Acontece» com um ligeiro sufoco provocado por uma remota angústia.

A questão é que, perante cada emissão da rubrica de Pinto Coelho e da sua equipa, sempre me assalta a quase convicção de que, um dia destes, aquilo acaba. Talvez porque os que a fazem vão desistir de cansados, de desmobilizados pela distância abismal entre o seu esforço e a desencorajante discrição do «feedback» obtido. Talvez porque a RTP pode não entender que «Acontece» é, de entre todas as rubricas dos seus dois canais, a que mais a qualifica, enobrece, lhe ensina o caminho de uma resposta para a secular desculturalização do País.

Decerto, porque «Acontece» rema contra as marés antigas que são também a expressão de interesses poderosos acostumados a vencer. Por tudo isto, e provavelmente por muito mais ainda, sintonizar «Acontece» suscita-me a mágoa distante de uma saudade antecipada, um pouquinho como a que é provocada pelo convívio com um amigo que sabemos tocado por uma doença irreversível. E fico tristonho, a par da alegria que decorre de ver e ouvir que uma rubrica de TV cuida, embora para um auditório minoritário, de coisas que são verdadeiramente importantes.

## Um carro, ruas e gente

Em escala menor, por vezes muito menor, sucede-me o mesmo com outras rubricas que mérito desigual mas que têm, como traço comum, a característica de eu as julgar

injustamente avaliadas pelo comum das gentes. Não é que eu me suponha estar sempre com razão ao julgar detectar-lhes méritos que outros não reconhecem: o que acontece é que, como se compreenderá, não sou capaz de ter opinião que não seja, precisamente, a minha. Fatalidade esta que, por vezes, me é muito desconfortante.

Isto acontece, por exemplo, com «Taxi». Bem sei que não é uma obra-prima, é escusado que mo digam. Mas julgo que a rubrica é vítima, antes de mais, de um equívoco: é olhada como mais uma rubrica de «apanhados» ao estilo que Joaquim Letria em tempos introduziu na TV portuguesa e rapidamente deslizou para a exploração inescrupulosa da boa-fé de alguns ingénuos incautos. Por outro lado, a distorção das imagens captadas pelas câmaras ocultas no interior do carro que Luís Vicente conduz não ajuda a conquista do público, para lá de não parecer corresponder a uma linguagem visual significativa e premeditada. Mas as câmaras quase coladas aos rostos vigiados são, pelo menos, um sinal de intromissão secreta que nesse particular é eficaz. E «Taxi» parece-me muito mais que uma vulgar rubrica de «apanhados», tal como os conhecemos, quer na produção nacional quer na estrangeira.

Quase sempre há, é certo, a provocação confiada a Luís Vicente: pela aparente insolência, pela indiscrição, pelo despropósito, pelo insólito. Contudo, trata-se apenas de uma ponte lançada pelo actor para que tenhamos acesso à revelação de humanidades que um relacionamento normal, standardizado, não permitiria descobrir. O melhor vem depois, embora nem sempre, é certo. Mas esse melhor é a descoberta de pequeninos mundos, de pessoas, de vida discreta, mas de verdade. Não surgem com dramas familiares antigos como no «Ponto de Encontro», não há humilhações com situações ridículas como em «Minas e Arma-dilhas», não serve o carro como domicílio de situações de engate como no «All You Need is Love»: é apenas gente a viver um quotidiano não-espectacular, aparentemente desinteressante. Mas são autênticas. E, de súbito, é um casal já no entardecer da vida que vai separar-se por alguns dias, e naquela banalidade pressente-se um grão de comoção. Ou é uma mulher que perdeu muita coisa ao longo dos anos, mas agora tem netos, e os netos dão-lhe força e alegria para o resto que tem a fazer e a viver. Ou é um jovem que se torna interessante por o vermos balançar entre o reconhecimento do actor que guia o carro e a incredulidade da situação. É, enfim, a vida a desfilar não nas ruas que o carro percorre mas sim no interior do próprio táxi.

Nada de espectacular, é certo, nada de ininterruptamente sublime como em tempos exigia um grande escritor francês. Mas a vida é assim, e «Taxi» vai ao encontro dela, acrescentando-lhe apenas a ironia injectada nos sucessivos encontros pelo motorista Luís Vicente. Como pouca coisa ocorre, como não assistimos a torrentes de irreprimíveis lágrimas ou a cenas de grossa pancadaria, há muitos que franzem o nariz, enjoados. Eu não. Pelo contrário: olhando os sucessivos episódios e sabendo que um dia destes Luís Vicente vai encostar o seu táxi e partir para corrida diferente, também neste caso já vou começando a sentir-me mordiscado por saudades antecipadas.





ESCAPARATE

DISCOS

Como sempre - I

O Lado Lunar, Rui Veloso, 1995, EMI-Valentim de Carvalho

Rui Veloso e Carlos Tê talvez tenham perdido a capacidade de nos surpreender mas continuam a ter o «toque» mágico daqueles compositores e letristas capazes de continuar a comover-nos ou de fazer-nos sorrir da mesma forma com que o faziam há para aí 15 anos. O «Lado Lunar» já agarrou os lugares cimeiros das tabelas de vendas, merecidamente, e oferece uma talentosa colecção de 13 cantigas onde se contam histórias de amor e de maneiras de ser portugueses.



-se de um homem que não é capaz de gravar um disco mau; trata-se de um indivíduo que não produz obra sem tentar fazer passar uma mensagem, por vezes um pouco «naif» ou «incomodada» por lugares-comuns, mas onde se misturam sempre generosidade, atenção e sentido de responsabilidade. Sting pensa sobre o seu papel de «pop star» do mundo. Sting tenta que as suas canções não sejam inúteis e contraria a tendência para a futilidade de alguns dos seus companheiros de profissão.

Como sempre - II

Mercury Falling, Sting, 1996, A&M Records

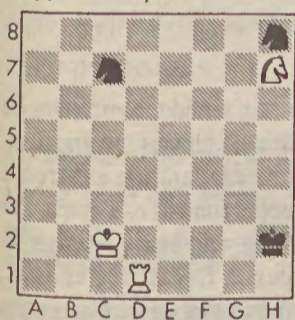
O que acima se escreve acerca de Rui Veloso poderia repetir-se sobre o inglês Sting. O músico não é surpreendente mas é muito bom! Depois: trata-



XADREZ

DLIII - 28 DE MARÇO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996X014-A Por: JINDRICH FRITZ Československy Sach, 1952

Pr.: [3]: Cs. e7, h8 - Rh2 Br.: [3]: Ch7 - Td1 - Rc2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLIII

Nº 1996X014-A [J.F.]: 1. Cf8!, Cc8; 2. Td8, Cf6; 3. Ch7, Ch7; 4. Th8 e g. 3. ... Cf7; 4. Td2+, R -> 5. Cf6 e g.

A. de M. M.

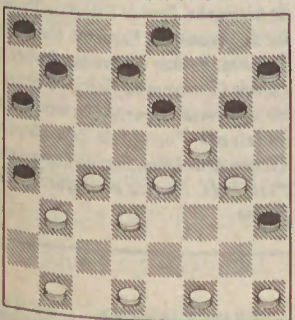
DAMAS

DLIII - 28 DE MARÇO DE 1996 PROPOSIÇÃO Nº 1996D014-A GOLPE Nº 159

Por: Orlando Augusto Lopes, Lisboa, 1953 Fonte: Enciclopédia Damista, Fafe

1. 12-15, 23-19, 2-8, 12, 27-23, 3, 11-14, 21-18, 4, 14-21, 25-18, 5, 6-11, 31-27, 6, 9-13, 18-9, 7, 10-13, 19-14, 8, 11-18, 23-20, 9, 7-11, 29-25, 10, 5-10, 26-21, 11, 10-14, 20-16 Diagrama

Pr.: [10]: 9-16-22-23-24-27-29-30-31 Br.: [10]: 1-2-3-4-11-12-13-14-15-18



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLIII

Nº 1996D014-A [O.A.L.]: 12, 3-6, 16-7; 13, 14-19, 21-14, 14, 19-26, 30-21; 15, 11-18; 21-14, 16, 4-18+

A. de M. M.

CD ROM

Uma enciclopédia bem desenhada

Integrada na série Microsoft Home, a Encarta'96 em CD ROM é uma das mais bem desenhadas e funcionais enciclopédias on line existentes no mercado. Já compatível com o Windows'95, uma das suas mais agradáveis características é a facilidade e multiplicidade de



caminhos de navegação para encontrar os temas ou as definições que se procuram. Apetrechado com a nova função de carregamento automático, o CD ROM não necessita de ser accionado através do duplo-clique no ícon e, quando inserido no leitor, surge alguns segundos depois um primeiro écran que apresenta várias hipóteses. Entre outras: um «motor» de pesquisa de artigos ou definições, um tutorial de ensaio, um mapa histórico cronológico que permite localizar acontecimentos e (para quem está ligado à Internet) um apontador directo à página respectiva para puxar actualizações mensais. Nada mau!

Dinheiro pelo dinheiro

Casino, de Martin Scorsese, com Robert de Niro, Sharon Stone e Joe Pesci. EUA 1995. Exibição em Alcântara (Centro Comercial Pingo Doce), Alfaz Triplex, Amoreiras, Fonte Nova, Monumental, Quarteto, Olivaishoping, Centro Comercial Cidade do Porto, Passos Manuel e Gaiashopping.

Dos méritos da realização de Martin Scorsese ninguém se surpreenderá. Da tradicional ausência do realizador e dos seus filmes das principais listas de nomeações para Oscars é caso que também já não escandaliza. O facto de Sharon Stone - a única candidatura à estatueta ligada ao filme Casino - não ter sido contemplada com o prémio para a melhor actriz é, provavelmente, justo, apesar da excelente interpretação aqui protagonizada. Novidade não existe igualmente sobre as recomendações habituais da crítica sobre a imprescindibilidade dos filmes de Scorsese. Aqui se junta mais uma dessas recomendações sobre um filme que mostra a violência associada aos valores, éticas e padrões de comportamentos regulamentados pela conquista do dinheiro a qualquer preço, desde que esse preço não seja o preço do dinheiro. A tese de Scorsese é a de essa luta, nesse padrão, ultrapassar amizades, questões racionais e ligações familiares, acabando por se transformar num fito em si mesmo, pondo em segundo plano o próprio benefício material que o dinheiro pode trazer. Toda a história parte de um grupo de velhos italianos que, bem longe da «pecadora» Las Vegas, são os verdadeiros controla-



dores dos lucros dos casinos. Vivem com modéstia, num universo familiar e bairrista de cozinhas a cheirar ao molho das pastas, pequenos cafés e mercearias. Ordenam com naturalidade a morte de quem se atravessa no caminho da conquista das fortunas que possuem mas não usufruem. De Niro, judeu, apesar de pecar aos olhos desse grupo, sobrevive porque pode continuar a dar lucro. Joe Pesci, italiano «querido dos chefes», é selvaticamente espancado e enterrado vivo, para servir de exemplo: incomodava e já não tinha hipóteses de se transformar num fazedor de dinheiro. Um filme de sequências luxuosamente pormenorizadas, à Scorsese, cuja absorção só será absoluta após vários visionamentos.

PT

TEATRO

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto. Tel. 2004540. De 3ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. ÓPERA DO MALANDRO, de Chico Buarque, direcção de Roberto Lage, pelos Seiva Trupe

CASA DAS ARTES

Porto. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. MARLONE ESTÁ A MORRER, de Samuel Beckett, encenação de Paulo Castro, pelo TEP

CONVENTO DOS INGLESIINHOS

Lisboa, Trv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). Tel. 3460228. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CAMÕES - TANTA GUERRA, TANTO ENGANO, encenação de Silvína Pereira, pelo Teatro Maizum (até 31 Março)

TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AMAR LISBOA (Revista à Portuguesa)

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pq. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ENSAIO, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos. Tel. 3955275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. O ÚLTIMO BAILE DO IMPÉRIO, de José Montello, encenação de Maria do Céu Guerra (estreia prevista: 28 de Março)

TEATRO CIRCO

Braga. Tel. 29423. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. LUX IN TENEBRIS, de Bertolt Brecht, pela Comp. de Teatro de Braga (até 31 Março)

TEATRO DA COMUNA

Lisboa, Pq. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00.

TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. TRADUÇÕES, de Brian Friel, encenação de António Solmer, pelo elenco do Teatro da Malaposta.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sábados, domingos e feriados, às 16.00. ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. PORTUGAL, ANOS QUARENTA, de Luiz Francisco Rebelo, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. RAZÕES E CORAÇÕES, a partir de Gil Vicente, encenação de Vítor Gonçalves.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. TRÊS MULHERES ALTAS, de Edward Albee, encenação de Jacinto Ramos.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Sala Garrett - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AS TROIANAS, de Eurípedes/Jean-Paul Sartre, encenação de João Mota, com Eunice Muñoz e outros actores do elenco do Teatro Nac. D. Maria II e os cantores Fernando Serafim e Helena Vieira.

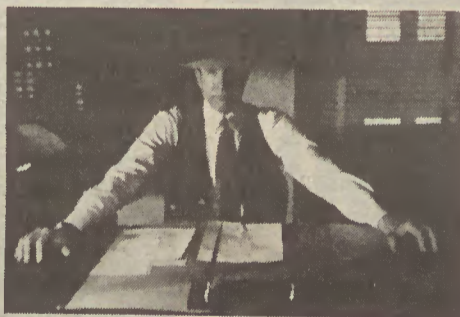
TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. AONDE ESTÁ VOCÊ AGORA?, de Regiana Antonine. - De 3ª a sáb. às 21.45. COISAS DE FOLGAR - FARSAS DE ANRIQUE DA MOTA, encenação de Acácio de Carvalho (de 28 a 31 Março)

VIDEO

Um filme aos quadradinhos...

... é o que poderia chamar-se a este pedaço de divertido e imaginativo cinema realizado e protagonizado por Warren



Beatty, na companhia de gente tão diversa como Madonna, Al Pacino, Charles Durning, William Forsythe, Dustin Hoffman, Dick Van Dyke, James Caan ou Kathy Bates. Trata-se, como já perceberam, de «Dick Tracy», a adaptação ao cinema da famosa banda desenhada de Chester Gould, onde as figuras «humanas» se inserem com grande imaginação em cenários de fantasia e cor, de grande invenção e impacte visual. Um filme que dispõe bem, numa edição de boa qualidade e na modalidade de aluguer.

LIVROS

Soha Arafat

De Gérard Sebag, com tradução de Joana Caspurro, as confidências da Soha, esposa do líder palestino Yasser Arafat, foram agora publicadas pela Campo das Letras, na sua colecção Campo da Actualidade. Não se trata de uma biografia, mas de histórias da vida de Soha de Nablus, hoje Arafat, baseadas em entrevistas que esta concedeu ao jornalista. Escreve o autor em prefácio que se trata do relato, num contexto histórico, do seu destino, do da sua família e, finalmente, do destino de um homem impenetrável, enigmático, que continua a avançar enquanto os seus companheiros sucumbem, o seu marido, Yasser Arafat.

E Gérard Sebag, acrescenta: Para lá do seu testemunho, o meu olhar crítico permanece o de um jornalista, o testemunho de trinta anos de uma infima parcela da História do Médio Oriente.



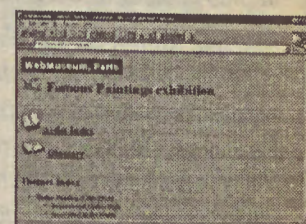
Portugal no Coração

Enviou-nos o autor, em edição própria, um romance, a que chamou «a saga da emigração», e que tem por título Portugal no Coração. José Manuel de Sá, que fez acompanhar o seu livro de uma carta que também agradecemos, esclarece que aí se fala do antigo regime, sobretudo da odiosa PIDE/DGS, e da guerra colonial - onde o autor esteve apenas seis meses - contando as peripécias que deram aso a uma certa diáspora; ainda hoje, esses emigrantes fugidos à teia monstruosa urdida pela PIDE e pelos caciques que proliferavam um pouco por todo o lado são expoentes de portugalidade e, com o seu acrisolado amor à liberdade, tudo fazem para contar aos filhos-e netos o que foram aqueles ominosos tempos.

INTERNET

O Louvre «on line»

Se é amante de pintura, provavelmente gostará de saber (se é que já não passou por lá) que, na página do célebre museu parisiense, pode ter acesso a uma série de quadros célebres ali existentes. O endereço é: <http://www.emf.net/wm/paint/> e, embora à primeira vista o visual da página não impressione por aí além, a qualidade das reproduções a que se tem acesso é belíssima. A busca está organizada por épocas,



por escolas, por países de origem ou, nalguns casos, por pintores. Eis alguns «destinos», a título de exemplo: a Pintura Gótica, a Renascença Italiana, o Barroco, o Impressionismo, Picasso e o Cubismo, Paul Klee, a Arte e a Arquitectura Japonesa, etc. Boa viagem!



# ATALHE DE FOICE

## O Príncipe

Ninguém escapou ao acontecimento: jornais, televisões e rádios de todos os lusos matizes juntaram-se esta semana na unanimidade de noticiar o caso.

Nasceu o Príncipe da Beira.

Aqui para nós, o recém-nascido é Príncipe um pouco ao lado pela linear razão de que não é filho de reis, mas de duques, o que não tem qualquer importância.

Afinal de contas, a República Portuguesa, apesar de lhe saírem regularmente bastantes duques, há quase cem anos que não tem mais que uma monarquia a fingir.

Quem não brinca em serviço e anda a levar a coisa muito a sério é a generalidade dos órgãos de Comunicação Social que, num indiscutível sentido da oportunidade e da proporção, nos tem obsequiado com os mais ínfimos pormenores. E ab origine, por assim dizer.

Deste modo, começámos por saber das ecografias que garantiam vir aí um Príncipe e não uma Princesa, o que arrumou logo duas questões: estava assegurada a vergôntea bragantina por linha viril (o que fica bem numa casa vulgar quanto mais numa Real) e posto de lado metade do quebra-cabeças onomástico por exclusão de todos os nomes femininos, obviamente não aplicáveis ao nascituro.

Mas embora reduzido a metade, o problema onomástico não deixou de ter também a sua oportunidade de brilhar no escaparate noticioso. Foi o tempo dos enigmas baptismais numa encantadora decorrência dos tabus do Primeiro-Ministro de então, o que talvez explique porque agia Cavaco Silva como um chanceler do Reino.

Se calhar o homem nem era arrogante - o que nele pulsava resumia-se a uma natural graça aristocrática.

Seja como for, o nome do futuro Príncipe tornou-se uma interrogação nacional, ao ponto de sibilar um pretenso conflito entre a mãe que lhe queria chamar Sebastião e o pai que teimava em Dinis, atoarda a que energicamente D. Duarte cortou o pio decidindo que não se decidia nada até a criança nascer.

Meu dito meu feito, pelo que a Comunicação Social teve de esperar até ao evento para ter a oportunidade de reanimar a real história.

E verdade seja dita que o fez afincadamente, pois ninguém perdeu pitada, desde a chegada de D. Isabel Herédia ao hospital para ter a criança, à saída do pai para lhe anunciar o nome, que afinal não foi Sebastião nem Dinis, mas Afonso como o nosso primeiro rei. É de monarca.

Entretanto, é de supor que muita gente ficou descoroçoada com o nome escolhido, o que vem dar peso à vontade da mãe, se a houve.

Tomando a sério este empenho informativo que tem acompanhado a vida do pretenso herdeiro do trono português desde que se casou, o Príncipe devia mesmo chamar-se Sebastião.

Não que Afonso lhe fique mal. Mas Sebastião adequar-se-ia melhor à obsessão parece que sebastiânica com que os patrões da informação neste País se entregaram ao revivalismo monárquico por interpostos duques, a quem aproveitou para cumprimentar pelo feliz acontecimento.

Quanto ao jovem Príncipe, bem-vindo ao mundo e à vida, que é o melhor que há!

De qualquer modo, que ninguém se preocupe: se em Portugal a monarquia não tem eira, como se vê, isso não impede que nasça um Príncipe com Beira.

E sobretudo com saúde, que é o que interessa.

■ HC



Cerca de duas dezenas de entidades, na sua maioria associações de imigrantes, participaram segunda-feira numa reunião promovida pelo PCP na Assembleia da República para análise das medidas e propostas preconizadas no projecto de lei do Grupo comunista que hoje estará em debate

## Regularização extraordinária de imigrantes

# PCP propõe melhor integração

A abertura de um processo de regularização extraordinária dos cidadãos estrangeiros residentes no nosso país sem autorização legal estará hoje em foco no Parlamento. Em debate, preenchendo a totalidade da ordem do dia, uma proposta de lei governamental e projectos de lei da autoria do PCP e do Partido "Os Verdes".

Para o PCP, que promoveu segunda-feira um encontro na Assembleia da República com associações de imigrantes e outras entidades envolvidas neste processo, no âmbito da preparação do debate de hoje, trata-se, em síntese, de concretizar um processo de regulari-

zação de acesso fácil, "embora não facilitista, participado, amplamente divulgado e que contribua de forma decisiva para uma melhor integração dos cidadãos imigrantes na sociedade portuguesa".

Nos seus objectivos, o diploma comunista não perde

de vista a necessidade de pôr termo ao que considera ser a "situação escandalosa de exploração de mão-de-obra clandestina", pretendendo contribuir simultaneamente para a "erradicação de situações de marginalidade social que hoje persistem dada a situação ilegal de muitos cidadãos".

No seu articulado, o diploma do PCP prevê, designadamente, formas de suprir a impossibilidade de obter declaração da entidade patro-

nal relativa à prestação de uma actividade remunerada, propondo ainda a participação no processo de um representante das associações representativas dos cidadãos originários dos países de língua oficial portuguesa.

Destaque merece também a proposta de criação descentralizada de locais de recepção de requerimentos, contando com a colaboração das autarquias locais, bem como a atribuição de apoios específicos às associações com vista à sua participação directa no processo de regularização.

## Contra o desemprego

# Por uma Europa dos povos, do emprego e do progresso social

Carlos Carvalhas divulgou anteontem, em conferência de imprensa, o apelo que aqui se transcreve alusivo ao comício a realizar em Paris, a 11 de Maio.

Mais de vinte milhões de desempregados na União Europeia: eis o amargo fruto das políticas neoliberais. Globalização económica, poder crescente das empresas transnacionais e dos mercados financeiros, concorrência desenfreada, novos padrões produtivos, o uso capitalista das novas tecnologias reduzindo o emprego mesmo quando há aumentos de produção e produtividade - tudo isto está a destruir as conquistas sociais de várias gerações e a gerar um desequilíbrio entre a taxa de emprego e as tendências do crescimento económico. Cortam-se os salários, precariza-se o emprego, reduzem-se os benefícios sociais, até a segurança social, a saúde e o ensino estão a ser privatizados, todos os serviços públicos são sacrificados no altar duma estratégia global.

A aplicação do Tratado de Maastricht, e em particular as

políticas de convergência para a moeda única, veio aumentar o custo social dessas políticas, gerando uma Europa dividida entre fortes e fracos, criando grandes bolsas de pobreza, penalizando os jovens e as mulheres, degradando o meio ambiente e aprofundando as diferenças sociais. As políticas monetaristas e os cortes nas despesas públicas estão a causar desemprego em massa e desagregação social.

Contra estas políticas neoliberais, até agora consideradas «inevitáveis», acentuam-se sinais de protesto e resistência, diversos de país para país, mas todos tendencialmente convergentes. Expressam uma exigência de mudança à qual as forças de esquerda e progressistas devem dar resposta.

A defesa e aumento de salários e pensões, a manutenção e melhoria dos serviços sociais públicos, a solida-

riedade entre comunidades e a cooperação com os países do Leste e do Sul, uma luta implacável contra a xenofobia e o racismo, são fundamentais para se defender e difundir uma visão da sociedade cuja base está a ser minada pelas forças negativas do mercado e pelas políticas de direita.

Uma política económica alternativa ao neoliberalismo e à filosofia de Maastricht deve centrar-se na luta contra o desemprego de massa através, por exemplo, da redução geral do horário de trabalho sem perda de salário. Terá de haver novas prioridades na utilização dos recursos financeiros, concentrando-os na criação de novos empregos e na satisfação de necessidades sociais e ambientais, defendendo e reabilitando também as actividades agrícolas e produtivas e promovendo a paridade real entre homens e mulheres, como condição para a qualidade do desenvolvimento.

Nós, partidos signatários deste Apelo, empenhamo-nos

nesse sentido, conscientes de que problemas tão gigantesco exigem um esforço e acção comuns na Europa. Por isso, apelamos a todos os povos, forças progressistas, intelectuais democráticos, a todos os que estejam interessados em participar num grande Comício em Paris, em 11 de Maio, para que em conjunto apontemos e empreendamos um novo caminho para uma Europa dos povos, baseada no emprego, no progresso social, na participação democrática dos cidadãos e na paz.

Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, Partido Socialista Popular da Dinamarca, Esquerda Unida de Espanha, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grécia, Synapismo da Grécia, Esquerda Democrática da Irlanda, Partido da Refundação Comunista de Itália, Partido Comunista Português, Partido da Esquerda da Suécia.

